

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Débora Sartori

O JULGAMENTO DO MENSALÃO NO JORNAL NACIONAL: os recursos
dramáticos utilizados na construção da narrativa

Porto Alegre

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Débora Sartori

O JULGAMENTO DO MENSALÃO NO JORNAL NACIONAL: os recursos
dramáticos utilizados na construção da narrativa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Comunicação e Informação.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Antônio
Camargo Porcello

Porto Alegre

2014

CIP - Catalogação na Publicação

Sartori, Débora

O JULGAMENTO DO MENSALÃO NO JORNAL NACIONAL: os recursos dramáticos utilizados na construção da narrativa / Débora Sartori. -- 2014.
164 f.

Orientador: Flávio Antônio Camargo Porcello.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Jornalismo. 2. Escândalos Políticos. 3. Narrativa. 4. Jornal Nacional. 5. Mensalão. I. Porcello, Flávio Antônio Camargo, orient. II. Título.

Débora Sartori

O JULGAMENTO DO MENSALÃO NO JORNAL NACIONAL: os recursos
dramáticos utilizados na construção da narrativa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Comunicação e Informação.

Aprovada em 12 de março de 2014

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Flávio Antônio Camargo Porcello (orientador) – PPGCOM/UFRGS

Prof. Dra. Ana Cláudia Gruszynski – PPGCOM/UFRGS

Prof. Dra. Cristiane Finger Costa – PPGCOM/PUCRS

Prof. Dra. Maria Helena Weber - PPGCOM/UFRGS

*Aos meus parceiros da vida, que me foram dados por laços de
sangue ou por escolha.*

AGRADECIMENTOS

À Capes, pelo investimento em minha formação, por ter viabilizado a conclusão desta pesquisa. Ao meu orientador, Prof. Dr. Flávio Antônio Camargo Porcello, e ao meu amigo Porcello, pela generosidade, pela presença incansável, por ter dividido comigo momentos tão únicos neste período de mestrado, pelas conversas cheias de bom humor, mas, principalmente, pelas orientações para a dissertação e para a vida. Afinal, um trabalho como este está impregnado de vida.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em especial aos da linha de pesquisa Jornalismo e Processos Editoriais. Ao Prof. Dr. Alexandre Rocha e à Prof. Dra. Ana Cláudia Gruszynski pelas contribuições na banca de qualificação. Aos colegas de mestrado, pelas discussões e companheirismo, em especial, à Taís Teixeira, pela amizade.

Ao meus pais, Vânia e Admir, por terem sido sempre tão parceiros, tão presentes, por terem investido tanto e, principalmente, por acreditarem nas minhas decisões. À minha irmã Deisi, com quem divido momentos de vida que são só nossos. Ao encantador Antônio, apenas por me sorrir.

À minha família, meus amores, minhas escolhas. À Vanessa, que me ensinou tanto e desfez muitas das minhas certezas. Ao Alessandro, por tudo, e tudo não é pouco. Ao pequeno Davi, tão forte, tão presente, tão....Davi.

“Devido a isso, eles [os escândalos políticos] alentam a especulação e, como uma boa novela, eles constantemente testam a capacidade dos leitores e espectadores de avaliar a veracidade dos protagonistas, imaginar a trama e predizer seu resultado” (John B. Thompson)

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar os recursos dramáticos utilizados na construção da narrativa sobre o julgamento do Mensalão pelo Jornal Nacional. Acredita-se na perspectiva das notícias apresentadas em telejornais como dramas cotidianos e vistas como narrativas sobre o mundo. Como métodos de investigação, utilizou-se a análise da narrativa de forma a atingir os quatro objetivos específicos propostos: identificar o conflito em torno do qual se desenvolveu a história; analisar o papel atribuído aos personagens e a ação deles dentro da narrativa; buscar modelos de roteiro da informação nas reportagens e avaliar a existência de tom moralista na fiscalização de condutas explicitadas nas matérias. O corpus de pesquisa inclui vinte reportagens, exibidas pelo Jornal Nacional nos dias 30 e 31 de julho e 23 de outubro de 2012, 18 de setembro e 15 de novembro de 2013. Conclui-se que o conflito teve papel fundamental na narrativa sobre o julgamento do Mensalão e apareceu em 95% das cabeças das reportagens, que são as falas dos âncoras no estúdio para apresentar o material que será exibido. A pesquisa registrou a transformação das fontes de informação em personagens ao longo da história, com o desenvolvimento de treze papéis, entre eles vilão, vítima, herói e defensores. Percebemos, ainda, a existência de dois modelos do que convencionamos chamar de roteiro da informação. Por fim, encontramos, em 80% das unidades de análise, a inclusão de uma lição de fundo moral. Na maioria dos casos, reforçou-se a ideia de punição ao vilão e seus aliados.

Palavras-chave: Jornalismo; Escândalos Políticos; Dramaturgia; Narrativa; Jornal Nacional; Mensalão.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the dramatic resources used in the construction of the narrative about the trial of Mensalão by Jornal Nacional. It is believed the perspective of the news presented on TV news as everyday dramas and seen as narratives about the world. As research method, a narrative analysis was conducted in order to attain the specific objectives outlined: identify the conflict around which the history is developed, analyze the role assigned to the characters and their action within the narrative; search for model scripts of the information in the reports and evaluate the existence of a moralistic tone in inspecting explicit conduct in the field. The corpus research includes twenty reports, displayed at Jornal Nacional on 30th and 31th July and 23th October 2012, 18th September and 15th November, 2013. We conclude that the conflict played a key role in the narrative about the trial of the and appeared in 95% of the head stories, which are the lines of anchors in the studio to present the material to be displayed. The survey recorded the transformation of information sources on characters throughout the history, with the development of thirteen roles, including the villain, victim, hero and defenders. Also realize that there are two models that conventionally call script information. Finally, we found on 80% of the units of analysis , the inclusion of a moral background. In most cases, reinforced the idea of punishing the villain and his allies.

Keywords: Journalism, Political Scandals, Drama, Narrative; Jornal Nacional; Mensalão.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1: Roberto Jefferson sendo aplaudido com bandeira do PTB nas mãos.....	76
Figura 2: Jefferson encenando o gesto de quem leva uma facada nas costas.....	77
Figura 3: Jefferson aparece no Congresso com olho roxo.....	77
Figura 4: Jefferson sendo atendido por enfermeira.....	77
Figura 5: sonora de Delúbio Soares falando em nome do PT.....	81
Figura 6: recurso gráfico de alteração das cores da imagem para preto e branco.....	81
Figura 7: imagens criadas por computador com fotos dos réus e indicação do crime de que são acusados.....	81
Figura 8: arte com foto de Delúbio Soares dentro de uma cela de prisão.....	82
Figura 9: imagem criada por computador com foto de Marcos Valério exibida em reportagem do JN de 23 de outubro de 2012.....	84
Figura 10: imagem criada por computador de cela de prisão sendo fechada.....	85
Figura 11: foto de Marcos Valério dentro da cela.....	85
Figura 12: foto em preto e branco de José Genoíno utilizada em reportagem do JN de 31 de julho de 2012.....	86
Figura 13: foto de Genoíno em imagem criada por computador de cela de prisão.....	87
Figura 14: Anúncio da saída de José Dirceu do governo.....	88
Figura 15: imagem que encerra a primeira reportagem da série veiculada em 31 de julho de 2012.....	89
Figura 16: imagem criada por computador exibida em reportagem do JN de 31 de julho de 2012.....	90
Figura 17: foto de Dirceu em imagem criada por computador de cela de prisão, em reportagem exibida pelo JN em 15 de novembro de 2013.....	91
Figura 18: imagem extraída de reportagem do JN de 23 de outubro de 2012.....	94
Figura 19: imagem extraída de reportagem do JN de 23 de outubro de 2012.....	96
Figura 20: ministro Joaquim Barbosa em pé, durante julgamento. Imagem veiculada no JN em 23 de outubro de 2012.....	100
Figura 21: imagem que encerra a série de reportagens exibida no JN de 23 de outubro de 2012.....	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Identificação do conflito na reportagem 1.....	66
Tabela 2 – Identificação do conflito na reportagem 2.....	66
Tabela 3 – Identificação do conflito na reportagem 3.....	66
Tabela 4 – Identificação do conflito na reportagem 4.....	67
Tabela 5 – Identificação do conflito na reportagem 5.....	67
Tabela 6 – Identificação do conflito na reportagem 6.....	67
Tabela 7 – Identificação do conflito na reportagem 7.....	68
Tabela 8 – Identificação do conflito na reportagem 8.....	68
Tabela 9 – Identificação do conflito na reportagem 9.....	68
Tabela 10 – Identificação do conflito na reportagem 10.....	68
Tabela 11 – Identificação do conflito na reportagem 11.....	69
Tabela 12 – Identificação do conflito na reportagem 12.....	69
Tabela 13 – Identificação do conflito na reportagem 13.....	69
Tabela 14 – Identificação do conflito na reportagem 14.....	70
Tabela 15 – Identificação do conflito na reportagem 15.....	70
Tabela 16 – Identificação do conflito na reportagem 16.....	70
Tabela 17 – Identificação do conflito na reportagem 17.....	71
Tabela 18 – Identificação do conflito na reportagem 18.....	71
Tabela 19 – Identificação do conflito na reportagem 19.....	71
Tabela 20 – Identificação do conflito na reportagem 20.....	72
Tabela 21 – Distribuição dos personagens por reportagem.....	73
Tabela 22 – Ficha 3 Roteiro da Informação. Reportagem 1.....	104
Tabela 23 – Ficha 3 Roteiro da Informação. Reportagem 2.....	105
Tabela 24 – Ficha 3 Roteiro da Informação. Reportagem 3.....	106
Tabela 25 – Ficha 3 Roteiro da Informação. Reportagem 4.....	106
Tabela 26 – Ficha 3 Roteiro da Informação. Reportagem 5.....	107

Tabela 27 – Ficha 3 Roteiro da Informação. Reportagem 6.....	108
Tabela 28 – Ficha 3 Roteiro da Informação. Reportagem 7.....	109
Tabela 29 – Ficha 3 Roteiro da Informação. Reportagem 8.....	109
Tabela 30 – Ficha 3 Roteiro da Informação. Reportagem 9.....	110
Tabela 31 – Ficha 3 Roteiro da Informação. Reportagem 10.....	110
Tabela 32 – Ficha 3 Roteiro da Informação. Reportagem 11.....	111
Tabela 33 – Ficha 3 Roteiro da Informação. Reportagem 12.....	112
Tabela 34 – Ficha 3 Roteiro da Informação. Reportagem 13.....	113
Tabela 35 – Ficha 3 Roteiro da Informação. Reportagem 14.....	113
Tabela 36 – Ficha 3 Roteiro da Informação. Reportagem 15.....	114
Tabela 37 – Ficha 3 Roteiro da Informação. Reportagem 16.....	115
Tabela 38 – Ficha 3 Roteiro da Informação. Reportagem 17.....	115
Tabela 39 – Ficha 3 Roteiro da Informação. Reportagem 18.....	116
Tabela 40 – Ficha 3 Roteiro da Informação. Reportagem 19.....	118
Tabela 41 – Ficha 3 Roteiro da Informação. Reportagem 20.....	119

LISTA DE SIGLAS

AP – Ação Penal

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

JN – Jornal Nacional

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP – Partido Progressista

PF – Polícia Federal

PL – Partido Liberal

PR – Partido da República

PRN – Partido da Reconstrução Nacional

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

STF – Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 TELEVISÃO, VISIBILIDADE E ESCÂNDALOS POLÍTICOS.....	24
1.1 O lugar onde mídia e política se encontram.....	27
1.1.2 Escândalos Políticos.....	30
1.2 Dramaturgia, narrativa e conflito no telejornalismo.....	33
1.2.1 Dramaturgia e Narrativa do Telejornalismo.....	41
1.2.2 O conflito no telejornalismo político.....	49
2 O JORNAL NACIONAL E O JULGAMENTO DO MENSALÃO.....	52
2.1O Jornal Nacional – Política e História.....	52
2.1.2 A tentativa de criação de uma linguagem nacional.....	56
2.2 O julgamento do Mensalão.....	59
2.2.1 O Mensalão antes do julgamento.....	59
2.2.2 O Mensalão em julgamento.....	60
3 PERCURSOS METODOLÓGICOS.....	62
3.1 Descrição do Corpus.....	64
3.2 Apresentação do conflito.....	65
4 IDENTIFICAÇÃO DOS PERSONAGENS.....	73
4.1 Revista Veja: mocinho.....	75
4.2 Maurício Marinho: beneficiado.....	75
4.3 Roberto Jefferson: vilão regenerado e vítima.....	75
4.4 Jornal Nacional: mocinho.....	78
4.5 Luiz Gushiken: vítima.....	78
4.6 Duda Mendonça: beneficiado.....	79
4.7 Silvio Pereira: beneficiado.....	79
4.8 Delúbio Soares: aliado.....	80
4.9 Marcos Valério: principal aliado.....	83
4.10 José Genoíno: principal aliado, mediador.....	85
4.11 José Dirceu: vilão.....	87
4.12 Antônio Fernando de Souza: defensor.....	91
4.13 Roberto Gurgel: expert/especialista.....	92
4.14 Ministro Ayres Britto: competidor vencido, mediador.....	93
4.15 Ministra Cármen Lúcia: defensora.....	94

4.16	Ministro Gilmar Mendes: competidor derrotado, defensor.....	95
4.17	Ministro Celso de Mello: defensor, vilão.....	95
4.18	Ministro Ricardo Lewandowski: vilão implícito.....	98
4.19	Ministro Joaquim Barbosa: vítima, competidor, defensor, herói.....	99

5 ROTEIRO DA INFORMAÇÃO E CONCLUSÃO DO DRAMA.....103

5.1 Roteiro da Informação.....103

5.2 Tom moralista na fiscalização de condutas explicitadas nas reportagens.....121

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....124

REFERÊNCIAS.....129

ANEXO – DVD: Reportagens do corpus consolidado

APÊNDICE A

APÊNDICE B

INTRODUÇÃO

O presente trabalho vai analisar a cobertura do Jornal Nacional sobre o julgamento da Ação Penal 470 pelo Supremo Tribunal Federal, que começou no dia dois de agosto de 2012. Conhecido como Mensalão¹, o escândalo tornou-se público em 2005, durante o governo do petista Luiz Inácio Lula da Silva, depois que o então deputado federal e presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Roberto Jefferson, em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, afirmou haver esquema de pagamento de mesada aos parlamentares da base aliada do governo, em troca de apoio político.

Já na época, o escândalo, que desencadeou a instalação de CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito), a demissão de ministros e a cassação de mandatos de deputados, desenrolou-se sob os holofotes da mídia. Sete anos depois, o assunto voltou a ocupar as manchetes dos principais meios de comunicação do Brasil. Só que desta vez, o escândalo, que até então teve efeitos só no campo político, passou a ser discutido em outra esfera, a jurídica. Quase dez anos depois, em 2014, ministros do STF ainda votam recursos e alguns réus condenados estão presos. Tudo acontecendo na arena midiática.

Defende-se que este escândalo político foi, em parte, caracterizado pela mídia. Assim, utilizamos o conceito de Thompson (2002), para quem escândalos midiáticos se referem a ações que envolvem, principalmente, a transgressão de valores, normas ou códigos morais e que se desenrolam, pelo menos em parte, através da mídia. Mas só se caracterizam como políticos quando possuem impacto dentro do próprio campo. Além disso, podem ser observadas as fases do escândalo. No caso deste escândalo chegar a outros campos, como o jurídico, poderíamos considerar o julgamento – escândalo transformado em Ação Penal – como uma destas fases.

Assim, esta pesquisa se insere em estudos sobre jornalismo e política. Os termos mídia e comunicação seriam muito amplos, atrelados ao conteúdo produzido em diversas disciplinas e suportes. O foco recai sobre o jornalismo, que é o lugar onde a

¹ O termo Mensalão foi incorporado ao vocabulário da crise depois de ser usado publicamente, pela primeira vez, em 2005, pelo então deputado Roberto Jefferson (LIMA, 2006)

visibilidade do agente político não pode ser totalmente administrada (WEBER, 2009). E o escândalo político, em nosso entendimento, é uma das situações em que o campo político não consegue administrar totalmente o que se torna público através da imprensa.

A televisão, embora não apresente mais os mesmos números do passado, ainda é capaz de atingir índices de audiência expressivos. Mesmo desafiada pela internet, continua ocupando um espaço hegemônico. No Brasil, a medição do Ibope constatou que o número de aparelhos ligados no país caiu 4% em 2012 na comparação com o ano anterior². Apesar disso, uma pesquisa sobre hábitos de informação e formação de opinião encomendada pelo Governo Federal (META, 2010) mostra que a televisão é o canal de comunicação mais utilizado pela população brasileira e que a maioria tem o hábito de assistir os canais de televisão aberta (83,5%). Os telejornais são considerados como a programação televisiva mais relevante (64,6%), e o mais assistido é o Jornal Nacional (56,4%). A confiança na Rede Globo é apontada como o principal motivo para assisti-lo (27,8%). Números que reforçam o cenário de centralidade da televisão.

Pretendemos, ainda, neste trabalho, fazer uma aproximação entre telejornalismo, dramaturgia e narrativa. Entendemos as notícias veiculadas diariamente nos telejornais como dramas cotidianos (COUTINHO, 2012), impregnadas de narratividade (MOTTA, 2006, 2007, 2013). Assim, este estudo apresenta o seguinte problema de pesquisa: Quais os recursos dramáticos utilizados pelo Jornal Nacional ao construir a narrativa sobre o julgamento do Mensalão? Para responder a esta pergunta, propomos os objetivos abaixo:

- **OBJETIVO GERAL:** Analisar os recursos dramáticos utilizados pelo Jornal Nacional na construção da narrativa sobre o julgamento do Mensalão.

- **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- a) Identificar o conflito em torno do qual se desenvolveu a história;

² Disponível em: veja.abril.com.br/blog/radar-on-line/tag/ibope

- b) Analisar o papel atribuído aos personagens e a ação deles dentro da narrativa;
- c) Buscar modelos de roteiro da informação nas reportagens;
- d) Avaliar a existência de tom moralista na fiscalização de condutas explicitadas nas matérias.

Para entender a localização deste estudo, apresentaremos um breve panorama das pesquisas dos dois eixos temáticos nos quais se inserem este trabalho: jornalismo e escândalos políticos e telejornalismo e drama. Buscamos cercar os assuntos que sustentam este estudo a partir dos trabalhos disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Filtramos os trabalhos que poderão, de alguma maneira, contribuir com o foco desta pesquisa. Assim, teremos condições de acrescentar conhecimento àquilo que já foi estudado, evitando repetições.

Ao procurar pelas palavras-chave “jornalismo” e “escândalo político”, apareceram 26 registros. Destes, oito trabalhos foram refutados, por estarem em outras áreas de conhecimento sem pontos de convergência, ou por utilizarem referencial teórico diverso desta pesquisa.

A dissertação de Acácio Salvador Veras e Silva Junior, defendida em 2010 pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, sob o título “A cobertura cotidiana da política no Jornal Nacional e no Jornal da Globo” analisou a cobertura da política realizada pelo Jornal Nacional e pelo Jornal da Globo. A técnica escolhida foi a da semana composta, a fim de garantir um material menos homogêneo do que aquele resultante de um período dominado por um escândalo político.

A hipótese do autor foi a de que existe uma cobertura ordinária dos temas políticos, que fogem exclusivamente da cobertura de escândalos e eleições. Depois de mapear as temáticas mais recorrentes, além de escândalos políticos e eleições, encontraram-se assuntos como as disputas entre governo e oposição. A abordagem entre os dois telejornais foi comparativa.

A partir do referencial teórico das teorias construtivistas do jornalismo, como newsmaking e agenda-setting, Carlos Peres de Figueiredo Sobrinho defendeu, em 2009, na Universidade Federal de Pernambuco, a dissertação “O Caso ‘Maria do Socorro’:

Escândalo Político, Imprensa e Eleição”. A pesquisa afirma que o escândalo estudado pode ter influenciado no resultado das eleições municipais em Recife no ano de 2004.

Em 2012, sob o título “História e Ficção na Narrativa de um Escândalo Midiático”, Eduardo Luiz Correia defendeu a tese de doutorado pela Universidade de Brasília. A base teórica da Hermenêutica de Profundidade converge com a deste estudo. Mas o autor utiliza, também, as perspectivas da narratologia e do enquadramento, ao tentar compreender os processos que levaram a prevalência de uma versão do acontecimento em oposição à outra.

A cobertura estudada foi a da Folha de São Paulo no caso Celso Daniel, através do método da análise narrativa crítica. O pesquisador parte da hipótese de que as versões predominantes no imaginário dos leitores devem-se a uma conjunção de fatores, como, por exemplo, o acontecimento ter sido narrado com elementos do jornalismo e da ficção.

A metodologia da análise de narrativa foi utilizada em muitas pesquisas sobre jornalismo e política desenvolvidas na UnB, a maioria sob orientação de Luiz Gonzaga Motta. Foi o caso da tese de Liziane Soares Guazina, defendida em 2011, sob o título “Jornalismo em Busca da Credibilidade: A cobertura adversária do Jornal Nacional no Escândalo do Mensalão”. Ao analisar a cobertura do Jornal Nacional no Escândalo do Mensalão, em 2005, Guazina desenvolveu a hipótese de que o JN praticou uma “cobertura adversária” à política e aos políticos.

Para a pesquisadora, a cobertura foi constituída pela oposição entre jornalismo e política, através do enquadramento nas denúncias de corrupção e na desqualificação da política e dos políticos. Este foi uma estratégia na busca pela credibilidade e garantia de um lugar de autoridade e legitimidade ao telejornalismo da Globo. Além de analisar o material que foi ao ar, Guazina também entrevistou repórteres, editores e assessores políticos.

Outras duas dissertações sobre o escândalo do Mensalão desenvolvidas na UnB também podem contribuir com este trabalho. A pesquisa de Fábio José Novaes Senne (2009) desenvolve uma análise comparativa da cobertura de três escândalos políticos midiáticos de proporção nacional realizada por dois jornais impressos de circulação nacional. A referência teórica foi a do enquadramento entendido como ideia central

organizadora. O conceito de escândalo político utilizado por Senne é o desenvolvido por Thompson (2002) e interessa na medida em que, a partir dos resultados, é possível ter uma noção da cobertura jornalística durante as fases do escândalo. Fornece elementos de categorização e medição da cobertura que, adaptados às especificidades dos processos telejornalísticos, podem ser utilizados nesta pesquisa.

A investigação de Renata Giraldi (2008) tem como objetivo verificar a presença do humor nas reportagens publicadas na editoria de política em dois jornais impressos referentes ao escândalo do Mensalão e também utiliza análise de narrativa como metodologia e a noção de enquadramento como referencial teórico.

Em 2007, Fábio Souza Vasconcellos defendeu a dissertação de título “Disputas de Imagens no Escândalo Político - Os enquadramentos midiáticos do Jornal Nacional e do presidente Lula na crise de 2005”. Os conceitos adotados na análise sistemática foram o de agendamento e enquadramento midiático e o corpus foi formado pelas reportagens do Jornal Nacional. Os resultados mostram que o JN utilizou predominantemente enquadramentos de responsabilização, com seu forte aspecto moral, enquanto Lula procurou reforçar a expectativa quanto ao seu comportamento ético. As matérias do JN sobre o presidente enfatizaram, na maioria das vezes, as características pessoais de Lula como autoridade política.

Ainda sobre o escândalo do Mensalão, vale ressaltar a dissertação defendida em 2012, na Universidade de São Paulo, por Eduardo Yoshio Nunomura. O pesquisador analisou a cobertura da Folha de São Paulo e da revista Veja. O referencial teórico baseado em Thompson converge com o presente estudo. Na parte da análise quantitativa, foram levantadas informações com base nos critérios de seleção ("valor-notícia"), agendamento ("agenda setting") e enquadramento ("framing") do noticiário. Para a qualitativa, adotou-se o método dos "pacotes interpretativos" de Gamson e Modigliani.

O trabalho comparou, ainda, a cobertura do Mensalão com outro escândalo político-midiático da época do governo de Fernando Henrique Cardoso, a fim de tentar extrair elementos que indicassem, de forma objetiva, variações no tratamento da imprensa em relação aos dois governantes. O estudo indicou que a partir do Mensalão, Veja aumentou consideravelmente o teor de conteúdo crítico sobre o presidente petista Lula, enquanto poupou o tucano Fernando Henrique Cardoso. Já Folha elevou sua cobertura

crítica ao petista durante a crise política, mas esse comportamento guarda semelhanças com o padrão que adotou com o tucano.

Outra tese desenvolvida na USP por Elvia Elena Acevedo Moreno analisou a cobertura de três veículos de comunicação nos escândalos que envolveram o uso de dinheiro do cartel de Cali para a campanha eleitoral do então candidato do Partido Liberal, e mais tarde Presidente da Colômbia, Ernesto Samper Pizano. Os resultados da pesquisa demonstraram que os veículos contribuíram para a revelação dos fatos, mas ao mesmo tempo sustentaram a opção de encerrar o episódio mediante soluções conjunturais em vez de salientarem aquelas que reformulassem as tradicionais práticas da política colombiana.

Uma pesquisa, desenvolvida na área de ciências sociais por José Henrique Pereira e Silva, na PUC de São Paulo, procura destacar momentos importantes na disputa pelo poder simbólico ocorrida na crise política do escândalo do Mensalão, mostrada a partir da discursividade do jornal Folha de S. Paulo (editoriais) e da Presidência da República (discursos e entrevistas). Contribui com a presente investigação pelo referencial teórico acerca do poder simbólico.

Apesar de não tratar de um escândalo político, a dissertação de Débora Lapa Gadret (2011), defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dialoga em certa medida com este trabalho ao focar o enquadramento de Dilma Roussef no Jornal Nacional, principalmente porque busca compreender a construção da imagem do ator político e também por fornecer subsídios metodológicos que, adaptados ao objeto empírico, podem ser utilizados nesta pesquisa.

Como este trabalho busca uma aproximação entre telejornalismo, escândalo político, conflito e recursos de dramatização, o outro eixo temático incluiu a busca por pesquisas que também façam análises de material telejornalístico a partir da linguagem dramática. Entretanto, foram encontrados apenas quatro registros.

Em uma dissertação de 1996, defendida na Universidade Federal da Bahia, Luiz Cesar Alves Marfuz examinou as tensões e as possibilidades de diálogo entre as linguagens do drama e da notícia na construção do acontecimento na televisão. Assim, identificou alguns dispositivos que operam nesta construção, a partir da interferência de

outros campos e linguagens no telejornal, como o folhetim, o melodrama, a soap opera, a radionovela e a telenovela. A pesquisa procurou, também, apontar distinções na dramaturgia do acontecimento na televisão, a partir do exame de um evento específico: o seqüestro.

Desenvolvida na área de artes cênicas também da UFBA, Maria de Fátima Barreto Bastos analisou o uso dos ingredientes próprios do drama pelo telejornalismo. O objeto empírico foi o programa Linha Direta, da TV Globo, em que foi detectada, pelo estudo, a influência de estéticas modernas como o melodrama.

Um pouco mais recente, de 2009, a dissertação de Mariana Pimenta Cama, defendida na PUC-SP, refletiu sobre os modos de representação da criminalidade nas mídias audiovisuais, em especial na mídia televisiva. O objetivo foi apontar processos midiáticos que evidenciem como o crime é transformado em espetáculo, reconfigurando os formatos narrativos de dramas policiais. A representação das imagens de violência e criminalidade, segundo o estudo, demonstra duas vertentes predominantes: o telejornalismo que incorpora elementos típicos das telenovelas e a programação ficcional que se pretende realista, retratando o cotidiano da polícia em ação nos grandes centros urbanos.

Mas a pesquisa que mais pode contribuir, e que faz parte do referencial teórico deste trabalho, é a desenvolvida por Iluska Maria da Silva Coutinho, em 2003. A ideia central da tese é a de que as notícias em televisão e a edição nos telejornais brasileiros são organizadas em torno de uma estrutura característica do drama. A autora entrevistou repórteres e editores e aplicou a Análise de Conteúdo em edições do Jornal Nacional e do Jornal da Cultura (TV Cultura de São Paulo). A partir disso, foi possível evidenciar a existência de conflito narrativo, personagens em ação e o uso de lições de moral como marca de encerramento das histórias.

Dado esse panorama sobre os temas do trabalho, delineado o problema e os objetivos da pesquisa, partimos para a apresentação da estrutura da dissertação. No primeiro capítulo, será desenvolvido o referencial teórico deste estudo, dividido em dois eixos. Inicialmente, trata-se das alterações na visibilidade política com os meios de comunicação de massa, principalmente a televisão. Em seguida, discutiremos o cruzamento de mídia e política, a partir do conceito de campos sociais (BOURDIEU,

2010) e como os escândalos políticos³ (THOMPSON, 2002) podem ganhar projeção para fora do subcampo político através da publicidade midiática.

Na segunda parte do referencial teórico, vamos embasar a aproximação feita entre telejornalismo, drama e narrativa. Começaremos explicando como as notícias em telejornalismo podem ser consideradas como dramas cotidianos (COUTINHO, 2012). Proporemos, ainda, a ligação entre dramaturgia do telejornalismo e as notícias vistas como grandes narrativas do mundo. A narratividade é, portanto, considerada como a qualidade de descrever algo como uma sucessão de acontecimentos em transformação. O nosso esforço será entender um conjunto de reportagens sobre um tema como uma narrativa com começo, meio e fim (MOTTA, 2006; 2007; 2013).

Vistas como partes de uma narrativa e como a representação dos dramas cotidianos, as notícias carregariam os conflitos. Em torno das intrigas é que se desenvolveriam todas as ações e os destinos dos personagens. Portanto, mais do que um valor-notícia (TRAQUINA, 2005), o conflito seria o ponto de partida em torno do qual tudo o mais giraria (MOTTA, GUAZINA, 2010).

No segundo capítulo, abordaremos o objeto empírico de análise em duas etapas. Já que serão analisadas reportagens veiculadas no Jornal Nacional, será necessário apresentar o papel deste telejornal na formação de um padrão para a linguagem do telejornalismo brasileiro. Em um segundo ponto, como pretendemos analisar a cobertura do julgamento da Ação Penal 470 no Supremo Tribunal Federal, vamos fazer uma breve reconstituição do caso a partir de trabalhos científicos e de reportagens veiculadas em telejornais, jornais impressos, revistas e sites de notícias.

O terceiro capítulo concentra-se na metodologia utilizada para conduzir este estudo. Apresentaremos a análise da narrativa como método de investigação que permite compreender a construção dos significados através da expressão narrativa da realidade. A segunda parte do terceiro capítulo já começa a apresentar os resultados da pesquisa, identificando o conflito explícito a partir da cabeça das reportagens, que é fala dos apresentadores que antecede a matéria feita pelos repórteres fora do estúdio.

No quarto e quinto capítulos, continuaremos apresentando e discutindo os dados encontrados, com inferências sobre cada um dos itens analisados. Na quarta seção,

³ Estamos considerando o julgamento da Ação Penal 470 como uma das fases de um escândalo político

vamos identificar o papel atribuído pelo telejornal a cada uma das fontes de informação, transformadas em personagens, e a ação deles dentro da narrativa.

No quinto capítulo, apresentaremos os resultados obtidos na busca por modelos de roteiro da informação nas reportagens e avaliação da existência de tom moralista na fiscalização de condutas explicitadas nas matérias.

Por fim, apresentam-se as considerações finais do trabalho articulando os resultados encontrados nos quatro objetivos específicos e trazendo avaliações sobre a cobertura do julgamento do chamado Mensalão, analisando como o Jornal Nacional construiu a narrativa.

Salientamos que, no Jornal Nacional, a cobertura sobre o julgamento começou em 30 de julho de 2012. Entretanto, em 2014, o fato ainda repercute, seja pela votação de recursos de advogados de defesa, seja pela prisão de alguns condenados. O que significa um objeto de pesquisa ainda em andamento, e todos os riscos e desafios de uma escolha como esta. Além disso, acreditamos ser este um dos primeiros trabalhos científicos a respeito da cobertura sobre o julgamento da Ação Penal 470 pelo Jornal Nacional. Por isso, foram necessários inúmeros recortes e, portanto, muito precisou ser excluído.

1 TELEVISÃO, VISIBILIDADE E ESCÂNDALOS POLÍTICOS

A onipresença da mídia – jornais, revistas, televisão, rádio, internet – nos mostra que vem dos meios de comunicação a maior parte da informação a que as pessoas têm acesso. Especificamente, são as notícias que nos possibilitam saber o que se passa na cidade, no país e no mundo. Em uma sociedade sujeita a um intenso fluxo de informação, quase tudo a que temos acesso é, de alguma maneira, mediado.

Graças ao desenvolvimento de instituições da mídia – em um certo sentido independentes do poder do estado – e à proliferação da comunicação midiática, vivemos em um ambiente informacional que é mais intenso, mais extenso e menos controlável do que no passado (THOMPSON, 2002, pg. 313). Mais intenso porque, com mais veículos de comunicação, a quantidade de informação que circula é maior. Mais extenso porque muitos mais indivíduos têm acesso a essas informações, em uma abrangência geográfica bem maior. Ultrapassam-se os limites locais e até nacionais. Menos controlável porque, neste cenário, fica mais difícil esconder atitudes e prever as conseqüências de possíveis revelações.

Neste trabalho o que nos interessa é o âmbito dos meios de comunicação de massa. Ao usarmos a expressão meios de comunicação de massa, estamos assumindo a definição de Thompson (2012): “produção institucionalizada e difusão generalizada de bens simbólicos através da fixação e transmissão de informação ou conteúdo simbólico” (pg. 53). Do ponto de vista da recepção, entendemos que a comunicação de massa é toda aquela que está disponível a um grande público potencial, mesmo que não seja acessada por todos.

Os meios de comunicação de massa, para Thompson (2012), possuem algumas características. A primeira delas é a que implica o uso de meios técnicos, tanto para a produção quanto para a difusão da informação. Alguns também têm a capacidade de armazenamento para uso futuro. Um segundo atributo é que possuem um certo grau de reprodução, o que leva à mercantilização, ou seja, os objetos produzidos pelas instituições midiáticas passam por um processo de valorização econômica. Tornam-se, portanto, bens culturais.

A mídia estabelece, ainda, como terceira característica, uma dissociação entre as instâncias de produção das formas simbólicas e de recepção. Com isso, permite um grau de distanciamento de espaço e tempo. Isso acarreta em uma quarta característica: a extensão da disponibilidade deste conteúdo do espaço e no tempo. Assim, pode-se afirmar que espaço e tempo passam a ter dimensões separadas com a mídia. A forma simbólica é retirada de seu contexto de espaço e tempo e reinserida em novos contextos. Um fato acontecido em determinados locais e momentos passa a significar em outro local (um telejornal, por exemplo) e outro tempo (o horário de exibição deste telejornal). Neste sentido, requer um conjunto de regras e procedimentos usados na codificação e decodificação do conteúdo simbólico. Portanto, exige certos tipos de habilidades, competências e formas de conhecimento, tanto da parte de quem produz quanto da parte do receptor, já que implica em uma atividade interpretativa. Uma das conseqüências da separação entre instância produtiva e da recepção está no que Thompson (2012) chama de “mundanidade mediada”, isto é, o entendimento de mundo que está fora do alcance de nossas experiências vividas passa a se dar através da mediação de formas simbólicas⁴.

A quinta característica dos meios de comunicação de massa é a capacidade de circulação pública das formas simbólicas. Os produtos da mídia estão disponíveis a uma pluralidade de destinatários, desde que tenham os meios técnicos, as habilidades e os recursos necessários para consumi-los. Os bens culturais devem, então, estar à disposição de um grande número de receptores, mesmo que não sejam acessados por todos. Diferencia-se de outras formas de comunicação que se destinam a um grupo restrito de receptores. Esta questão, no entanto, já está bastante confusa e pode ficar ainda mais nos próximos anos, já que as tecnologias que vão surgindo permitem a produção de conteúdos cada vez mais direcionados ou personalizados.

Já que estão disponíveis, em princípio, a uma pluralidade de receptores, o conteúdo midiático carrega consigo o caráter de público, no sentido de estar disponível ao público. E estas mensagens tornam-se públicas, visíveis, a indivíduos que podem estar em contextos espaciais e temporais diversos. Isso significa que a mídia, principalmente a televisão, altera as fronteiras entre o público e o privado.

⁴ O termo “experiência vivida” é utilizado por Thompson, seguindo outros autores das tradições hermenêuticas e fenomenológicas, para referir-se às experiências adquiridas no fluxo da vida. Para o autor, essa experiência é situada, já que é adquirida em contextos práticos da vida cotidiana.

Antes de retomar esta relação, é preciso entender as novas possibilidades de interação criadas a partir da mídia, que Thompson (2012) chama de “quase-interação mediada”. Sem a presença dos meios de comunicação de massa, os indivíduos podem ter dois outros tipos de interação: “face a face”⁵ e “mediada”. Já as interações mediadas exigem o uso de um meio técnico, permitem que os indivíduos estejam em contextos espaciais e temporais diferentes, mas reduzem as possibilidades de uso de deixas simbólicas.

A quase-interação mediada são as relações sociais estabelecidas pelos meios de comunicação de massa. Dissemina-se através do espaço e do tempo e as formas simbólicas são produzidas para um número indefinido de receptores em potencial. O grau de reciprocidade é menor.

Ela é uma situação estruturada na qual alguns indivíduos se ocupam principalmente na produção de formas simbólicas para outros que não estão fisicamente presentes, enquanto estes se ocupam em receber formas simbólicas produzidas por outros a quem eles não podem responder, mas com quem podem criar laços de amizade, afeto e lealdade. (THOMPSON, 2012, pg. 122)

No caso da quase-interação mediada, a capacidade técnica permitiu à televisão a capacidade de utilizar grande quantidade de deixas simbólicas, o que, em certo sentido, a aproxima da interação face a face. Por outro lado, possui um campo de visão diferente e direciona a visão do destinatário, porque é na instância de produção que são escolhidas as imagens e os enquadramentos que serão veiculados. De qualquer maneira, recursos visuais e auditivos criam, na televisão, um tipo de intimidade impossível a outros meios, como rádio, jornal e internet. Neste sentido, ao pensarmos em atores do campo político, podemos afirmar que questões relativas à aparência visual passaram a ser relevantes na administração da imagem pública.

A distinção entre público e privado, que tem origens na Grécia Clássica e no início do desenvolvimento do direito romano ganha, a partir do tipo de interação criada pelos meios de comunicação de massa, novos contornos na sociedade moderna. A dicotomia é assim definida por Thompson (2012):

⁵ A interação face a face é aquela que acontece em um contexto de copresença, em que os participantes estão no mesmo referencial de espaço e tempo e que implica em ida e volta do fluxo da informação. Neste tipo de interação geralmente empregam-se deixas simbólicas. Deixas simbólicas podem ser gestos, entonações de voz, gestual, entre outros, usados para aumentar a compreensão na mensagem.

Público, neste sentido é o que é visível ou observável, o que é realizado na frente de espectadores, o que está aberto para que todos os muitos vejam ou ouçam. Privado é, ao contrário, o que se esconde da vista dos outros, o que é dito ou feito em privacidade ou segredo ou entre um círculo restrito de pessoas. Neste sentido, a dicotomia tem a ver com publicidade versus privacidade, com abertura versus segredo, com visibilidade versus invisibilidade. Um ato público é um ato visível, realizado abertamente para que qualquer um possa ver; um ato privado é um ato invisível, realizado secretamente atrás de portas fechadas. (pg. 165)

O tipo de visibilidade criado pela mídia, portanto, alterou a noção de publicidade de um indivíduo em um evento como acontecia antes do advento da imprensa. Para um acontecimento tornar-se público, dependia de um contexto de copresença. Os meios de comunicação de massa alteram essa lógica ao separar instância de produção e de recepção. Dirigem-se a um público espectador sem lugar.

1.1 O lugar onde mídia e política se encontram

Admitindo a comunicação dos meios de massa exercida num contexto social estruturado, partimos, agora, para a análise dos meios de comunicação de massa e da política⁶ como campos sociais em que os indivíduos perseguem os mais variados fins e objetivos. Pretendemos, também, explicitar em que momento os dois campos se cruzam e como o conceito de poder simbólico (Bourdieu, 2010) perpassa as ações dos agentes. Tomamos como pressuposto a perspectiva de Thompson (1995), para quem as formas simbólicas devem ser estudadas à luz das relações sociais estruturadas, ou ao que o autor chama de *usos sociais das formas simbólicas*. Portanto, o interesse é “[...] em que medida e como (se for o caso) as formas simbólicas servem para estabelecer e sustentar relações de dominação nos contextos sociais em que elas são produzidas” (pg. 18).

Na sociedade, os indivíduos estão localizados em campos sociais, pensados como campos de produção como espaços de relações objetivas internas e externas.

⁶ Para Bourdieu (2008), “campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de consumidores, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção” (pg. 164). Thompson (2002) classifica o campo político como “[...]o campo da ação e interação que está ligado à aquisição e ao exercício de poder político através do uso do poder simbólico, entre outras coisas” (pg. 132). Para Bourdieu, o campo político oferece produtos que são instrumentos de percepção e de expressão do mundo. Delega os eleitores à condição de consumidores e afirma que a opinião da população depende do acesso que os diferentes grupos têm a esses instrumentos. Thompson os nomeia como não-profissionais, ou seja, como participantes de um campo que possui um lógica dupla e distinta e em que as ações devem ser voltadas para o interior e para o exterior.

Como espaço de luta, os indivíduos ocupam diferentes posições - dominantes e dominados -, dependendo do tipo de recursos que possuem. O único consenso dentro do campo é sobre o que está em jogo, é onde se determina o que é legítimo naquele contexto. É esta noção de campo que permite que se pense relacionalmente, ou seja, aquele campo só existe daquela maneira em relação a outros fatores internos e externos. Portanto, a legitimação de um campo depende, também, do grau de independência dele. Um campo torna-se mais autônomo quanto mais suas demandas internas forem mais importantes em relação às externas. Para Bourdieu (2010, pg. 70), o movimento dos campos para a autonomia é o movimento para reforçar aquilo que o define e o distingue. É o essencial daquilo que o separa de outros campos.

O que é legítimo em cada campo pressupõe jogadores dotados de *habitus*, ou de reconhecimento das regras do jogo. O *habitus*, para o autor, identifica uma disposição encontrada historicamente, construída, mas que determina disposições futuras. É uma atuação voltada para o sentido prático e na busca de um fim. É, também, sistema de classificação, produz esquemas gerativos que orientam a maneira de ver. O que pode ser relacionado com a interpretação de Thompson (2012), por exemplo, para a ação comunicativa: “A vida social é feita por indivíduos que perseguem fins e objetivos os mais variados. Assim fazendo, eles sempre agem dentro de um conjunto de circunstâncias previamente dadas que proporcionam a diferentes indivíduos diferentes inclinações e oportunidades” (pg. 37)

O poder dentro e fora do campo depende da quantidade de recursos acumulados pelo indivíduo. Bourdieu classifica quatro tipos de capital: social, cultural, econômico e simbólico. O tipo de capital vai ser mais valorizado pelos indivíduos dependendo da posição que eles ocupam dentro do campo. É neste sentido que tornam-se importantes as instâncias de consagração e legitimação.

Quanto mais capital específico acumulado, mais chance o indivíduo ou a instituição terão de exercer o poder simbólico. Para Bourdieu (2008), “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (pg. 7). Assim, o autor interpreta o poder simbólico como dominação cultural, só possível porque invisível, que ativa a noção de luta de classe e reforça relações assimétricas de força.

Thompson (2002) afirma que a mídia é uma instituição paradigmática de exercício do poder simbólico através dos meios de comunicação. No campo político, o exercício deste poder também é exercido, mas aliado ao poder formal do estado. Mas, diferente de Bourdieu, para Thompson, o poder simbólico ativa os sentidos de cumplicidade. É usado para cultivar a crença na legitimidade daquele poder. É a “[...] capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações e crenças de outros e, na verdade, de também criar acontecimentos, através da produção e transmissão de formas simbólicas” (pg. 131).

Mas, ao analisar o campo político e o jornalístico - e a área de cruzamento entre os dois - estamos tratando de dois campos mais ou menos sujeitos à interferência de outros campos. Primeiro porque só se legitimam a partir de relações externas (o jornalismo precisa de audiência e o político, em uma democracia, depende do voto) e, segundo, porque um depende do outro em certa medida. O campo midiático, pela dependência das fontes oficiais de informação⁷, e o político para tornar-se visível a outros agentes não profissionais do campo: os eleitores. Por esta lógica dupla e distinta é que Thompson reitera que, na política, o poder simbólico não é secundário, mas vital.

Neste ponto é que se dá o cruzamento entre mídia e política. Os meios de comunicação são o espaço público onde a visibilidade do homem político adquire repercussão.

A mídia se torna a arena central onde essa luta por poder simbólico é travada. Sendo a mídia o meio mais importante pelo qual os líderes políticos se relacionam com os cidadãos comuns, ela se torna assim o meio principal através do qual os líderes políticos acumulam capital simbólico no campo político mais amplo. Através do contínuo gerenciamento da visibilidade e da apresentação cuidadosa de si mesmos, os líderes políticos usam a mídia para construir um estoque de capital simbólico diante do eleitorado: e esse fato ao propiciar a eles, por sua vez, uma base de apoio popular, lhes dá poder no subcampo político. (THOMPSON, 2002, pg. 139)

É claro que a disputa por visibilidade não depende apenas do jornalismo ou da comunicação midiática. Mas é neste ambiente em que a maneira como o político será mostrado não pode ser totalmente administrada. Ao mesmo tempo que pode reforçar a imagem que o indivíduo quer projetar, também pode construí-la de maneira totalmente diversa da pretendida. Para Weber (2009), o jornalismo:

⁷ E também porque as fontes de informação legitimam o espaço da mídia como o espaço de informação

É o espaço que vigia, critica e expõe ações e informações geradas por políticos, partidos e instituições do campo político. Mesmo estabelecendo pactos econômicos e ideológicos com determinadas instituições e sujeitos políticos, é nesse ambiente que prevalece a credibilidade. A instância que julga e tempo o poder de propiciar visibilidade (pg. 87).

É por ser o campo da credibilidade que o jornalismo precisa ser legitimado como tal. É a credibilidade o seu principal capital simbólico e é preciso reforçar, a todo o momento, a crença neste poder. É esta crença o objeto de disputa dentro e fora do campo.

A credibilidade é construída no interior do jornal assim como um rótulo ou uma marca que deve se afirmar, sem, no entanto, nomear-se como tal. Credibilidade tem a ver com persuasão pois, no diálogo com o leitor, valem os ‘efeitos de verdade’, que são cuidadosamente construídos para servirem de comprovação, através de argumentos de autoridade, testemunhas e provas (BERGER, 1998 pg. 21-22)

A tensão na constante necessidade de legitimação como campo de credibilidade pode ser uma explicação para a quantidade de escândalos políticos que se proliferam na mídia. Por outro lado, constituem-se numa fonte de preocupação para os agentes do campo político, principalmente porque são um risco iminente na administração do tipo de visibilidade proporcionada pelos meios de comunicação. É o que trataremos no item a seguir.

1.1.2 Escândalos políticos

O tipo de visibilidade dado ao atores do campo político criado a partir da mídia difere-se em vários aspectos daquele que se dá em um contexto de copresença. As dimensões de tempo e espaço são alteradas na separação entre os contextos de produção e de recepção. A televisão, no entanto, possui algumas características distintas. A capacidade técnica de transmitir áudio e vídeo possibilita a utilização de algumas deixas simbólicas semelhantes às usadas em uma situação de interação face a face. Por isso, mesmo que, com diferenças, como o campo e a direcionalidade da visão, a TV possibilita um novo tipo de “intimidade na esfera pública” (THOMPSON, 2002), onde os políticos não mostram-se apenas como líderes, mas como seres humanos, e passam a ser julgados por suas características pessoais. Perdem, portanto, um pouco da aura, da majestade. Hoje, com a comunicação mediada, esta publicidade, que se dá em um espaço não localizado, também perde o caráter dialógico, no sentido de que produtores e

receptores das formas simbólicas não dialogam, ou que este diálogo é restrito e, normalmente, não imediato.

A publicidade mediada é um espaço aberto no sentido de que ela é criativa e incontrolável, um espaço onde novas formas simbólicas podem ser expressas, onde novas palavras e imagens podem aparecer de repente, onde novas informações ocultas podem ser reveladas, e onde as conseqüências da visibilidade não podem ser prevenidas nem controladas” (THOMPSON, 2012, pg. 309)

Mas o caráter imprevisível na visibilidade dos agentes do campo político se dá, principalmente no jornalismo. É o espaço que Vizeu (2010) chama de “lugar de referência na contemporaneidade. Para o autor, “os telejornais funcionariam como uma janela para a realidade, mostrando que o mundo circundante existe, está lá e tudo não se transformou num caos, a vida segue sua normalidade”. Se campo político e mídia cruzam-se, principalmente, no espaço do jornalismo, e se a televisão permite um novo tipo de intimidade, então é preciso destacar a centralidade do telejornalismo. É neste espaço que situações como o surgimento de um escândalo político tornam-se um risco na administração da imagem pública.

Um ambiente de maior visibilidade aumenta as chances de que atividades executadas privadamente ou para um grupo restrito de pessoas sejam manifestadas na esfera pública. É o que Thompson (2002) chama de “escândalo midiático”. Escândalo ao se referir a ações que envolvem, principalmente, a transgressão de valores, normas ou códigos morais. Midiático porque caracterizam aqueles acontecimentos que se desenrolam, pelo menos em parte, através da mídia. Os escândalos midiáticos, portanto, têm uma publicidade modelada pelas características de interação da mídia.

Utilizando-se do trabalho do sociólogo Erving Goffman, Thompson apropria-se dos conceitos de região frontal e região de fundos para explicar como o vazamento de informações de uma região para outra podem caracterizar um escândalo. Toda a ação de um indivíduo acontece dentro de um referencial interativo, composto por convenções, pressupostos e características físicas do local. O indivíduo vai tentar adaptar seu comportamento a este referencial com o objetivo de tentar passar uma imagem de si próprio compatível com a impressão que deseja passar. Este referencial de ação acontece na região frontal. As ações que podem contradizer o que a pessoa quer mostrar são deixadas para as regiões de fundo, onde diminuem os mecanismos de autocontrole.

Com a mídia, pode haver o vazamento de atitudes da zona de fundos para a zona frontal. Se elas transgredirem certos valores, normas ou códigos morais, podem tornar-se escândalos midiáticos. Assim, as ações situadas no centro do escândalo ganham uma visibilidade que, de outro modo, não teriam. Portanto, o caráter midiático do escândalo aumenta suas proporções ao envolver indivíduos localizados em diferentes locais espaçotemporais. Para caracterizar-se como político, o escândalo precisa envolver indivíduos ou ações com impacto dentro do próprio campo. “É o campo político que caracteriza um escândalo político como político; ele fornece o contexto para o escândalo e configura seu padrão de desenvolvimento” (THOMPSON, 2002, pg. 129).

No cruzamento entre mídia e campo político, o escândalo ganha, então, projeção para fora do subcampo político, passa a ser de domínio público e pode afetar a imagem pública de um ator político em relação aos agentes não-profissionais do campo. Dependentes que são da acumulação de capital simbólico, conseguido, em parte, através da interação midiática com os não-profissionais, os políticos podem ver esvaziado o capital simbólico do qual depende o exercício do poder.

O prejuízo à reputação de alguém não é apenas um golpe pessoal: ele pode ser também em revés político sério, pois ele pode enfraquecer de maneira significativa sua capacidade de agir no subcampo político e de assegurar o tipo de apoio – tanto dentro do subcampo, como no campo político mais amplo – do qual seu sucesso (e talvez o sucesso do partido de alguém), em última instância, depende. (THOMPSON, 2002, pg. 136)

Ao estudar o escândalo político, Thompson se preocupou em entender os motivos da proliferação de casos na mídia. Para o autor, este fato pode estar ligado ao desenvolvimento da imprensa. O escândalo como acontecimento midiático nasceu no século XIX, mas se consolidou no século XX, através de duas vertentes, conforme Thompson. Uma está ligada ao crescimento e circulação da imprensa de massa. Os jornais, que começavam a se organizar em grandes empresas e buscar lucros a baixos custos para os leitores. Com isso, a disputa pela demarcação de posições e por fatias de mercado tornou-se mais acirrada. Dividiu-se, então, a imprensa mais ligada a critérios de objetividade, focada em informar, daquela de grande circulação que enfatizava o entretenimento.

Outra explicação é a consolidação da profissão do jornalismo, especialmente do jornalismo investigativo. Traquina (2005) aponta, entre as principais características do jornalismo contemporâneo, a constituição de uma cultura profissional compartilhada e um modo específico de ver o mundo que privilegia posições bipolares. No caso do jornalismo político, as ações de seleção e organização dos acontecimentos para dar sentido à realidade política podem ajudar a orientar as interpretações sobre este campo.

Neste sentido, o jornalismo se legitima como posição de oposição. Ou seja, o jornalista se firma com a função de buscar atos ocultos, principalmente em relação aos governos. A imprensa ocuparia, neste sentido, um papel de fiscalizador do Poder Público. Uma ideia ligada ao resguardo dos valores morais, da ética e do interesse público, além de reforçar a imagem de independência em relação aos poderes constituídos. Assim, ganha credibilidade e, acumulando recursos, assegura seu lugar no exercício do poder simbólico na sociedade. O jornalismo, portanto, baseia seu poder na ideia de representação do mundo e do interesse do público, um saber reconhecido como contra-poder (TRAQUINA, 2005).

O escândalo político atenderia às duas frentes, seja do ponto de vista econômico, pensando em uma mídia que obtém lucro com a venda de bens simbólicos – a notícia – ou do jornalismo guardião dos interesses públicos. Naquele, por serem histórias que se prestam bem à dramatização, principalmente por não terem um fim totalmente previsível. Neste, por assegurarem a legitimação da função fiscalizadora do campo.

Por possuir característica seqüencial, em que uma fase é seguida da outra⁸, os escândalos políticos podem atrair o interesse das pessoas. Com um fim incerto, “alentam a especulação e, como uma boa novela, eles constantemente testam a capacidade dos leitores e espectadores de avaliar a veracidade dos protagonistas, imaginar a trama, predizer seu resultado” (THOMPSON, 2002, pg. 103). Assim, pode-se dizer que este tipo de acontecimento atende tanto ao jornalismo focado nas formas populares de histórias quanto àquele mais interessado em reunir e divulgar fatos.

⁸ Thompson define quatro fases para o escândalo. A fase pré-escândalo começa com a revelação da transgressão. A fase do escândalo propriamente dita caracteriza-se pela divulgação pública de uma ação, em que afirmações e contra-afirmações estão no foco. A mídia tem, neste momento, papel central. A fase do clímax ou desenlace é quando o escândalo atinge o estágio crítico e pode culminar com um julgamento ou indiciamento. A última fase é a das conseqüências, quando o calor dos acontecimentos passou e a reflexão sobre as implicações ganham espaço, especialmente na mídia

Um escândalo político pode ter ainda mais repercussão se analisado à luz do que Bourdieu (1997) chamou de a “circulação circular da informação”. Em um mercado altamente competitivo, que, em vez de diversificar, uniformiza, um fato levado a público por um veículo rapidamente é citado por todos os outros. Com isso, um acontecimento que ainda não tornou-se escândalo rapidamente ganha em importância e visibilidade. Neste sentido, compactuamos com a ideia de que a televisão é a nova praça pública onde os assuntos são tornados visíveis no sentido de estarem acessíveis a um grande número de receptores.

1.2 Dramaturgia, narrativa e conflito no telejornalismo

A comunicação midiática relaciona, sempre, dois pólos: o de produção e o de recepção. Em outras palavras, significa dizer que toda mensagem contida dentro de um telejornal é produzida em uma instância e se destina a outra, a de quem recebe. Charaudeau (2010), entretanto, lembra que esta comunicação depende dos limites específicos da circunstância, ou seja, das condições específicas existentes naquela situação de troca. Para que a troca aconteça, é necessário que os agentes envolvidos reconheçam quais são as situações de troca, o que ativa a noção de cointencionalidade, de que os dois pólos estariam ligados por uma espécie de acordo prévio, ou, nas palavras do autor, por um contrato de comunicação.

Mesmo marcado por uma série de contradições, no contrato de comunicação estão definidos, de certa maneira, os papéis de cada uma das instâncias. No caso da instância de produção, os jornalistas, em nome da credibilidade – o principal capital simbólico do jornalismo –, se colocam como simples fornecedores da informação, mediadores entre o mundo e o público, como se fossem a testemunha mais objetiva possível. Mas, ao colocar o assunto em cena, ou, melhor dizendo, ao escolher nas mais variadas situações em que uma decisão se faz necessária, ao enquadrar aquele acontecimento dentro de uma lógica do próprio telejornal, o que significa contextualizá-lo em uma nova situação diferente da de origem, a informação torna-se totalmente mediada.

Nenhum ato de comunicação está previamente determinado. Se é verdade que o sujeito falante está sempre sobredeterminado pelo contrato de comunicação que caracteriza cada situação de troca (condição de socialidade do ato da linguagem e da construção de sentido), é apenas em parte que está determinado, pois dispõe de uma margem de manobra que lhe permite manifestar um ato de

individualização: na realização do ato de linguagem, pode escolher os modos de expressão que correspondam a seu próprio projeto de fala. Contrato de comunicação e projeto de fala se completam, trazendo, um seu quadro de restrições situacionais e discursivas, outro, desdobrando-se num espaço de estratégias, o que faz com que todo ato de linguagem seja um ato de liberdade, sem deixar de ser uma liberdade vigiada. (CHARAUDEAU, 2010, pg. 71)

O fornecedor da informação deve fazer saber, ao mesmo tempo em que desempenha o papel de propulsor do desejo de consumir as informações para conseguir captar seu público. Mas este é um processo complexo. Primeiro, porque a construção desta informação depende de como se constrói a ideia do público e, por outro lado, porque o público nunca se ajusta exatamente a esta representação. Os receptores não estão fisicamente presentes nesta relação de troca. Assim, a instância produtiva não consegue perceber imediatamente suas reações. Mesmo as pesquisas que determinam perfis de público não deixam de ser hipóteses, porque este é sempre heterogêneo e instável. Portanto, o que os jornalistas fazem são previsões.

A respeito destas previsões, Charaudeau pensa em dois tipos de alvo segundos os quais os receptores podem ser abordados: o intelectual e o afetivo. O alvo intelectual é aquele ao qual se atribui a capacidade de pensar. O interesse deste público estaria no grau de utilidade da informação, mas também reside no fato de que a informação pode ser um fator de distinção e, portanto, de poder. A este alvo caberia o papel de conferir credibilidade ao veículo de comunicação. Neste caso, a informação também precisa ser acessível e, por isso, o discurso precisa ser simples e claro.

Já o alvo afetivo não avaliaria nada racionalmente, mas através de reações de ordem emocional. Assim, cabe à instância midiática construir hipóteses sobre o que é mais apropriado para tocar a afetividade deste sujeito. Para isso, recorre a categorias como o inesperado, o repetitivo, o insólito, o inaudito, o enorme, o trágico. Para o autor, os dois alvos interagem na hora da construção da instância-alvo.

A informação contida em um contrato de comunicação integra, sempre, um campo contraditório, porque precisa ter credibilidade e, ao mesmo tempo, atingir o maior número de pessoas possível. A finalidade deste contrato, portanto, está localizada em uma área de tensão entre o que o autor chama de visada de informação, ou a finalidade de fazer saber, e a visada de captação, com o objetivo de fazer sentir. A

visada de informação consiste em fazer saber o cidadão sobre o que está acontecendo no mundo. Isso pode ser feito de duas maneiras: descrição-narração (reportar os fatos) ou explicação (causas e conseqüências).

Nos dois casos se coloca o problema de relação com a verdade (no sentido de significar o verdadeiro ou significar o falso, ou seja, de produzir um efeito de um ou outro por meio do discurso). A imagem é um importante meio de designação de veracidade porque, no imaginário social, a imagem faz com que se tome aquilo que representa o objeto pelo próprio objeto. Mas, como existe uma lacuna entre o fato e o relato, isso se dá através da reconstituição. Assim, torna-se algo verossímil, ou seja, tenta-se atingir o dito como o mais fiel possível ao fato. Isso se faz por analogia, que tenta descrever o mundo segundo roteiros de verossimilhança.

A visada de captação está orientada para conquistar o outro. Deste ponto de vista, a instância midiática coloca-se num impasse, porque precisa mostrar-se credível, mas, em função de sua submissão ao campo comercial, precisa buscar o maior número possível de consumidores da informação, o que geralmente se faz através da emoção do público, mobilizando sua afetividade, a fim de desencadear o interesse e a paixão pelo que está sendo transmitido. Na visada de captação, a instância midiática deve proceder “uma encenação sutil do discurso da informação”, baseada nos apelos emocionais que prevalecem em cada comunidade e a partir do conhecimento de crenças que circulam neste ambiente, pensando que as emoções são sociais, resultam da regulação coletiva das trocas.

Neste sentido é que pode-se afirmar que o contrato de comunicação é, necessariamente, contraditório.

As mídias situam-se num campo de poder complexo que entrecruza vários outros campos cujo ponto comum é o famoso alvo da maioria: o campo do político diante do qual as mídias se legitimam por uma dupla ação, de contrapoder, ao opor-se a esse campo, e de interface com a sociedade civil, o que as leva a denunciar; o campo do econômico, no qual as mídias se legitimam por sua capacidade de alcançar o grande público, o que as leva a dramatizar; o campo da cidadania, no qual as mídias se legitimam por uma aptidão em realizar um projeto de construção de opinião pública, o que as leva a serem credíveis. Na tensão entre os pólos de credibilidade e de captação, quanto mais as mídias tendem para o primeiro, cujas exigências são da austeridade racionalizante, menos tocam o grande público; quanto mais tendem para a captação, cujas exigências são as da imaginação

dramatizante, menos credíveis serão. (CHARAUDEAU, 2010, pg. 92-93)

Filiado à perspectiva construtivista, Alsina (2009) defende que o acontecimento, transformado em notícia, chega às pessoas através da mídia. Isso não significa vincular o conceito de construção da realidade, tributário de Berger e Luckmann (2012), exclusivamente aos meios de comunicação. Até porque os autores referiram-se, em sua obra, ao nível da vida cotidiana, à interação e à institucionalização de práticas e papéis, em um processo que é social e intersubjetivamente construído. A contribuição de Alsina é caracterizar o jornalismo como portador de um “papel socialmente legitimado para gerar construções da realidade publicamente relevantes” (pg. 46).

Neste sentido, é preciso levar em consideração as interações da mídia com a audiência. Isto significa dizer que a construção da realidade se dá no processo de produção, circulação e reconhecimento. É uma perspectiva que, em um certo grau, confere poder a este público. Primeiro, porque precisa legitimar socialmente a atividade jornalística. E, segundo, porque é parte integrante do processo de construção de sentido.

Mas esta relação de enredamento entre as pontas estabelece-se, para o autor, através de um contrato firmado entre as partes: o contrato pragmático fiduciário social e historicamente definido, baseado “em atitudes epistêmicas coletivas, que foram se compondo através da implantação do uso social da mídia como transmissores da realidade social de importância pública” (ALSINA, 2009, pg. 47). Significa dizer que, nesta relação comunicativa, são firmados contratos para que o destinatário faça o uso adequado, do ponto de vista do emissor, daquela mensagem.

Assim, é preciso pensar na utilidade da informação jornalística, que é a de informar. Para que isso seja efetivo, quem recebe esta informação deve crer que aquele fato aconteceu daquele jeito que está sendo mostrado. Então, para cumprir sua principal função, a de fazer saber, o jornalismo deve ser acreditado como tal pela audiência. Nos “termos” do contrato, portanto, o que está previsto é que o público acredite que o que se diz é verdade, ao mesmo tempo em que se estabelece uma relação de confiança sobre o discurso informativo. Uma vez instaurada a desconfiança de que a notícia não se refere a fatos reais, ou que não retrata os acontecimentos como se deram, de alguma maneira, o contrato se quebra e a informação jornalística perde a utilidade. Instala-se um problema de credibilidade, que seria o principal capital simbólico do jornalismo.

No caso do telejornalismo, o diferencial está na imagem, que ativa efeitos de autenticidade. Ou seja, coloca o mundo como perceptível sem intermediação. Reforça a ideia de que, se apareceu na TV, é porque aconteceu. Pode-se dizer que a televisão aumenta o peso da imagem em relação à palavra. “E o telespectador decodifica, mais facilmente, os códigos visuais do que os verbais” (PORCELLO, 2006, pg. 146). Mas, por trás de toda a imagem e toda a palavra, há uma escolha, em vários níveis, desde o olhar do cinegrafista, até o do repórter, do editor e da política editorial do telejornal e da empresa. Embora a força da imagem no telejornalismo é inegável, é na interdependência com a palavra que surgem os efeitos de real e efeitos de sentido. “A imagem é editada de forma a legitimar o que o texto afirma ampliando o efeito de real e ambos – texto e imagem – produzem sentido sobre o acontecimento” (MOTA, 2006, pg. 139).

Também inscrito em uma perspectiva que busca entender como as rotinas produtivas influenciam nas decisões dos editores a respeito da seleção de notícia e da construção da estrutura do telejornal, Vizeu (2005) observou como os jornalistas antecipam uma ideia da audiência, o que pode ser percebido nos textos. Formulou, para tanto, um conceito de audiência presumida:

Os jornalistas constroem antecipadamente a audiência a partir de uma cultura profissional, da organização do trabalho, dos processos produtivos, dos códigos particulares (as regras de redação), da língua e das regras do campo das linguagens para, no trabalho de enunciação, produzirem discursos. E, do trabalho que os profissionais do jornalismo realizam ao operar sobre os vários discursos resultam as construções que, no jargão jornalístico, podem ser chamadas de notícias.

Nos resultados da pesquisa, Vizeu percebeu, ainda, que a ideia que o jornalista faz do público é muito intuitiva e estereotipada, o que acaba interferindo não só na escolha das notícias, mas também na maneira de contá-las, ou seja, as rotinas de trabalho contribuem, também, para a formação antecipada da audiência.

O enredamento entre público e produção são, em nosso entendimento, fundamentais para entender o processo de construção da notícia. Coutinho (2009) diz: “ao narrar o cotidiano os telejornais também tecem laços de inclusão e pertencimento com um público, que pelo vínculo e identificação com a trama apresentada, se reconhece brasileiro, no caso dos telespectadores dos programas vinculados em rede” (pg 4).

No caso do jornalismo, o acordo entre mídia e público, ou entre instância produtora e instância receptora, materializa-se na notícia. Para Tuchman (1993), a notícia é um processo contínuo, que está sempre definindo e redefinindo os fenômenos sociais. O que se relaciona com a visão de Alsina (2009) sobre a informação jornalística, para quem: “a notícia é uma representação social da realidade cotidiana produzida institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível” (pg. 299). O autor diferencia o que chama de mundos do jornalismo: o real, o de referência e o possível, assim definidos:

O mundo ‘real’ seria o mundo dos fatos, dos acontecimentos, que foi dotado de sentido, *prima facie*. Esse sentido, à primeira vista, com o qual se depara o jornalista através de uma fonte, ou que ele mesmo produz quando se torna testemunha de um acontecimento, deverá ser verificado caso seja adequado. Para isso, o jornalista adota um modelo interpretativo a partir de um mundo de referência. Esse mundo de referência vai lhe permitir construir um mundo possível que, por sua vez, será a sua versão da realidade descrita. (grifo do autor)

No complexo processo de produção da notícia, portanto, o jornalista vai construir um mundo possível, para o qual vai acionar uma série de enquadramentos. Para Tuchman (1993), é um contar que se dá através de frames, usando um conceito de Goffman. Ou seja, os enquadramentos, não como imposição soberana dos acontecimentos, mas como parte da cultura profissional, seriam maneiras de organizar os fatos do cotidiano. No caso do telejornalismo, como nos lembra Porcello (2006), há o olhar do repórter e também do cinegrafista. A imagem, neste caso, tem papel fundamental, porque vai ser parte da narrativa composta pelo jornalista.

Os estudos culturais também defendem a perspectiva de que as notícias são narrativas que remetem a visões da realidade e que reforçariam valores e normas supostamente consensuais de uma sociedade. É o que Hall et al. (1993) chamam de mapas culturais, ou seja, alguns conhecimentos partilhados em uma sociedade. Neste sentido, os jornalistas interpretariam os fatos de acordo com estes esquemas de significação.

E estes esquemas são percebidos através de um processo de reiteração. As mesmas histórias são contadas todos os dias, mas com personagens e circunstâncias diferentes. São singularidades carregadas de sentidos universais: “O singular carrega o vetor da universalidade, ainda que esse universal não esteja explícito. Aquilo que faz o homem pertencer à sua espécie é o comportamento universal do imaginário” (BENETTI, 2009,

pg. 286). Para Motta (2002b), consideradas como sistemas simbólicos, as notícias delineiam o bem e o mal, o que pode e o que não pode: “Interpretadas simbolicamente, as notícias se revelam como estórias, se mostram como fábulas da vida moderna” (pg. 7). São, ao mesmo tempo, o registro da história, mas, também, impregnadas de conflitos humanos. O autor utiliza o termo estória para se referir às notícias. Entretanto, convencionamos, neste trabalho, utilizar o termo história quando nos referirmos às versões contadas pelo jornalismo. Isto porque entendemos que, mesmo que seja uma versão, a principal característica da notícia é justamente a referencialidade no real.

A perspectiva construcionista surge nos anos 70 como oposição à noção de notícias como distorção e rejeita a teoria do espelho. Existe, portanto, na ideia de que as notícias ajudam a construir a realidade. Defende a impossibilidade de uma linguagem neutra e de que os meios de comunicação estruturam a própria maneira de representar esta realidade. Isso não é o mesmo que ficção. Considerar as notícias como narrativas não significa negar-lhes o valor referencial de realidade, mas acreditar, assim como Tuchman (1993), que é uma realidade construída com sua própria validade interna.

A partir deste ponto de vista, entendemos ser possível aproximar telejornalismo, drama e narrativa. Para embasar melhor nossa análise, vamos começar explicando como as notícias em telejornalismo podem ser consideradas como dramas cotidianos. O conceito de drama, que remonta ao clássico grego Aristóteles e a noção de imitação da ação, é um dos caminhos utilizados neste trabalho para tentar desvendar as estruturas dramáticas na reportagens exibidas em televisão (NEVES, 2005; COUTINHO, 2012).

O segundo item vai propor a ligação entre dramaturgia do telejornalismo e as notícias vistas como grandes narrativas do mundo. A narratividade é, portanto, considerada como a qualidade de descrever algo como uma sucessão de acontecimentos em transformação. A ideia de uma seqüencialidade, que contém passado, presente e futuro serviria, neste caso, para analisar uma cobertura temática no jornalismo com um sentido unitário, não único, mas um esforço para entender aquele conjunto de reportagens sobre um tema como uma narrativa com começo, meio e fim (MOTTA, 2006; 2007; 2013).

Vistas como partes de uma narrativa e como a representação dos dramas cotidianos, as notícias carregariam os conflitos. Em torno das intrigas é que se desenvolveriam todas as ações e os destinos dos personagens. Portanto, mais do que um

valor-notícia (TRAQUINA, 2005), o conflito seria o ponto de partida em torno do qual tudo o mais giraria (MOTTA, GUAZINA, 2010).

1.2.1 Dramaturgia e Narrativa do Telejornalismo

Coutinho (2006; 2012) buscou uma aproximação entre drama e informação no telejornalismo através de textos, imagens, falas de repórteres e entrevistados, músicas e no encadeamento de todos estes elementos. A pesquisadora defende que a notícia se estrutura como um drama cotidiano e que as narrativas estariam organizadas em torno de conflitos. “É possível identificar a existência de personagens no texto noticioso, de forma latente ou ainda manifesta, e ainda o papel representado por cada um deles na representação dos fatos são investigados tomando como matriz os estereótipos comumente presentes em obras dramáticas, ficcionais” (COUTINHO, 2006, pg. 100).

Na busca de uma definição conceitual para drama, a autora recorreu à antiguidade, aos clássicos da filosofia grega. Foi em Aristóteles que encontrou a primeira e mais citada referência ao termo. A definição mais difundida de drama, a partir de *Poética*, limita-se ao que seria a “imitação da ação”. Entretanto, além da ação, para o filósofo, “todo drama envolve igualmente espetáculo, caráter, fábula, falas, canto e idéias” (ARISTÓTELES, 1996, pg. 36). Ao poeta, portanto, caberia esboçar as fábulas, dividi-las em episódios e desenvolvê-las. “Assim, ao drama, entendido como imitação ou encenação das ações, corresponderia sua construção por meio de um texto ou roteiro, de linguagem necessariamente clara, de uma narrativa” (COUTINHO, 2012, pg. 105).

A relação entre narrativa e ação de personagens nos permite pensar em enredos que privilegiam o desenrolar dos fatos, colocados em sequencialidade, em progressão. Mas esta questão será problematizada a seguir. Antes, entendemos ser necessário buscar, assim como Coutinho (2012), um embasamento teórico que permita a ligação entre dramaturgia e telejornalismo.

A autora recorre a Pallotini (1998) na busca por um conceito de dramaturgia, e por elementos que permitam falar em dramaturgia do telejornalismo. No drama, uma construção inicialmente literária, ação e conflito seriam elementos indispensáveis. O conflito poderia ser observado a partir das ações, ou seja, é o conflito que condicionaria

o desenvolvimento destas ações. Entretanto, Pallotini lembra que, na dramaturgia, o desencadeamento deste processo implica a compreensão e reconhecimento do enredo pelo público.

Para Pavis (1999), o objetivo final da dramaturgia é a representação do mundo, na perspectiva do realismo mimético. O que nos permite aproximar à visão de Neves (2005). A autora lembra que elementos constituintes do drama têm origem em peças satíricas da Grécia antiga e do drama litúrgico da Idade Média. O drama burguês estava centrado em personagens da vida cotidiana, bem parecidos com os integrantes da platéia, a quem só poderia interessar assuntos relacionados à vida real. Para a autora, os dramas realistas dedicaram-se “a representar a experiência exatamente como ela é, com ênfase no enredo e nos personagens, concentrando-se na realidade social e no mundo exterior, por meio da riqueza de detalhes externos, o que revela sua essência impressionista” (NEVES, 2005, pg. 3).

Coutinho (2012) procurou demonstrar que, apesar de estar na telenovela a principal representação da dramaturgia na televisão brasileira, é possível perceber que as notícias veiculadas em telejornais estão estruturadas como um drama cotidiano. A existência de um conflito narrativo como núcleo fundamental e o desenrolar das ações em torno de problemas, ações e disputas teria semelhanças com o que a autora chamou de drama cotidiano. Para isso, foram analisados os seguintes itens: a forma de contar uma história, ou melhor dizendo, a busca por um padrão ou roteiro na construção de uma matéria; a identificação de personagens no texto noticioso; identificação das vozes que compõem o telejornal, a partir do uso de entrevistas; a análise dos recursos audiovisuais utilizados na construção das matérias; a observação da estrutura narrativa e, por fim, um olhar sobre a chamada paginação⁹ dos programas, o que pode mostrar o encadeamento dos temas ao longo do programa.

A partir desta perspectiva de existência de uma dramaturgia do telejornalismo, central para o desenvolvimento deste trabalho, é que pretendemos compreender a narrativa, vista como construção textual onde estrutura e elementos dramáticos são centrais.

⁹ Ordem em que as reportagens são colocadas dentro do telejornal

A forma narrativa de contar os acontecimentos do mundo, transformados em notícia, busca provocar efeitos de sentido. As narrativas pressupõem seqüencialidade e, neste sentido, pode-se dizer que integram passado, presente e futuro. A narratividade, para Motta (2006; 2007; 2013), é “a qualidade de descrever algo enunciando uma sucessão de estados de transformação. É a enunciação dos estados de transformação que organiza o discurso narrativo, que produz significações e dá sentido às coisas e aos nossos atos” (MOTTA, 2006, pg. 2).

Entretanto, considerar a narratividade não significa, apenas, referir-se ao que é fictício, a gêneros como conto, novela, tragédia ou comédia. Entendemos que as narrativas midiáticas podem ser, também, fáticas, ou seja, com referencial no real, ou melhor dizendo, que exploram efeitos do real. E, ao investir na estrutura narrativa, o narrador solicita determinadas interpretações por parte de seu destinatário. “A partir desse entendimento nos damos conta de que as narrativas midiáticas não são apenas representações da realidade, mas uma forma de organizar nossas ações em função de estratégias culturais em contexto” (MOTTA, 2006, pg. 3)

As ações organizadas com seqüencialidade são, também, a principal característica da narrativa para Ducrot & Todorov (1988). A partir desta seqüencialidade seria possível observar o encadeamento das ações e, neste nível, seria estabelecido o conflito. Para Siqueira (1992), o conflito também estaria no centro de uma narrativa. A partir dele se criaria uma expectativa. Isso significa dizer que a duração da narrativa em um telejornal, em nossa perspectiva, dependeria do grau de tensão causado pela notícia, pelo tipo de conflito criado, ou, por outro lado, do grau de importância do fato para os telespectadores.

Ainda conforme Siqueira, a narrativa se expande de acordo com o tipo de conflito e a busca de soluções para ele. Para o autor, a principal finalidade da narrativa é trazer uma lição de moral.

Para atender a essa premissa, a narrativa se organiza através da criação de uma expectativa, seguida pelo surgimento ou explicitação de um conflito, tentativa de solução do problema e desfecho, positivo ou negativo. Os chamados percursos narrativos seriam organizados a partir das ações de um personagem com um objetivo a cumprir, meta a alcançar (COUTINHO, 2012, pg. 107)

O conflito é, também para Motta, central quando consideramos as notícias como grandes narrativas do mundo, “é o núcleo em torno do qual gravita tudo o mais na narrativa” (MOTTA, 2006, pg. 5). A partir disto, para o autor, é possível identificar a construção de personagens jornalísticas, que são atores que desempenham determinadas funções na progressão das histórias. No jornalismo, a tendência é de individualização dos personagens, transformados em eixo das histórias.

Os personagens podem, portanto, desempenhar papéis de protagonista, herói, mocinho, vilão, guardando, inclusive, estreitas relações com o fato de que as narrativas possuem semelhanças ou conexões com a já tradicional luta Bem x Mal. Assim como Alsina (2009) podemos entender relações destes personagens com os estereótipos, que funcionariam como geradores de sentido, ou seja, ajudariam a tranquilizar a ansiedade diante da falta de sentido ou incerteza de uma situação.

De alguma maneira, podemos afirmar que o telejornalismo ajuda a reforçar estes estereótipos, ao enquadrar uma situação nova e complexa dentro de uma explicação que já existe. É o que Schudson chama de lógica binária, de um jornalismo que divide o mundo entre bons e maus, certos e errados, vítimas e algozes, heróis e vilões, desconhecendo toda a complexidade que cerca as relações humanas. Isso permite ao telespectador entender, a partir de analogias básicas, como as complicadas coisas do mundo são, na verdade, simples (MORETZSOHN, 2007).

De acordo com Traquina (2008), as principais características do jornalismo contemporâneo são constituir-se como cultura profissional compartilhada e como um modo de ver o mundo específico que privilegia uma visão bipolar. Para colocar o acontecimento em pólos negativo e positivo, os jornalistas utilizam como valor de construção¹⁰ a personalização. Isso quer dizer que, quanto mais personalizado é o acontecimento, maiores chances têm de ser notado pelo público.

Neste sentido, também podemos entender que a simplificação é um valor-notícia de construção, ou seja, incluído na elaboração da notícia (ERICSON, BARANEK, CHAN apud TRAQUINA, 2008). “Os clichês, os estereótipos e a idéias feitas são muitas vezes necessários. Os jornalistas têm obrigação de escrever de uma forma fácil de compreender; por simplificação, portanto, entendemos tornar a notícia menos

¹⁰ Os valores-notícia de construção são identificados como aqueles critérios de seleção de alguns elementos dentro dos acontecimentos que serão incluídos na elaboração da notícia (TRAQUINA, 2008).

ambígua, reduzir a natureza polissêmica do acontecimento” (TRAQUINA, 2008, pg. 91).

Observar a construção midiática dos personagens é, portanto, parte da análise necessária quando as notícias são consideradas como narrativas. É importante salientar que a observação se concentra sobre os personagens como “figuras de papel”, para usar as palavras de Motta, ainda que possuam correspondentes na realidade. Isso significa considerar que o objeto de estudo é a versão, e não a história. Na perspectiva da análise da narrativa, o que interessa não é quem são, na realidade histórica, determinados entrevistados, mas como foram construídos pela narrativa jornalística, ou seja, o relevante é a representação dos personagens “como figura do discurso jornalístico”.

A controvérsia a respeito deste ponto é justamente porque os personagens presentes na narrativa jornalística não são ficcionais e, portanto, não podem ser construídos ao gosto da emissora, o que problematiza a visão, ainda muito presente nas redações, do jornalismo como sinônimo de objetividade, na noção de que “os fatos falam por si”.

O perfil ou “retrato” jornalístico envolve uma dimensão de pesquisa e inquérito, mas não é mera reprodução ou reflexo do “real”, é uma construção que mobiliza a subjetividade do repórter. O seu papel não se limita a “descrever” pessoas que existem na vida real. A subjetivação pressupõe que se apresente a personagem como uma interpretação e uma construção e não como uma ilusão referencial, destinada a abolir a consciência da mediação jornalística (MOTTA, 2007, pg. 8)

Já se demonstrou a impossibilidade de um conhecimento absolutamente objetivo do mundo, dada a importância da subjetividade na apreensão do objeto. Com isso, o conhecimento passa a ser entendido como um processo de construção do real. O que não significa, no entanto, o extremo oposto, a subjetividade total. Assim, podemos olhar, também, para o jornalismo, em que a necessidade de interpretação não constitui dissociação com os fatos reais, mas trata de afirmá-lo não como um discurso da realidade, mas sobre a realidade (MORETZSOHN, 2002).

Portanto, ao seguir determinados procedimentos, a objetividade seria utilizada mais como um ritual estratégico, a fim de atender à racionalidade industrial na qual está inserida a atividade jornalística. A necessidade de dominar o acontecimento e enquadrá-lo em uma sistema um pouco mais previsível é uma das principais funções da mídia, e justamente neste processo de construção social da realidade é que as rotinas de

informação desempenham papel fundamental (ALSINA, 2009). Entre as estratégias utilizadas por jornalistas para garantir a objetividade na narração e, de alguma maneira, proteger-se de críticas e censura, está o uso de aspas. Assim, o texto fica colocado como se estivesse sendo dito por outra pessoa, o que pressupõe o distanciamento do jornalista.

No telejornalismo, no entanto, a fala do entrevistado deve ser gravada. O que não diminui o efeito de distanciamento, talvez até pelo contrário, fortaleça ainda mais a ideia de que aquela informação está vindo de uma fonte e não reflete as opiniões do jornalista. Para problematizar esta questão, entretanto, devemos pensar que todo o processo jornalístico depende de escolhas: de quem vai ser ouvido, em que circunstâncias, qual a parte da entrevista será escolhida para ir ao ar no momento da edição. Como no lembra Porcello (2006), “Tv é edição, é recorte, é fragmento. (...) A ótica do jornalista, do cinegrafista, do fotógrafo, do diretor da empresa e dos interesses que ela representa, sempre estarão de algum lado” (pg. 146). A recorrente orientação de que o jornalista tem que ouvir os dois lados, portanto, faria parte, também, desta gama de procedimentos formais utilizados como rituais estratégicos. É uma atitude que busca equilibrar uma realidade que nunca é equilibrada (MORETZSOHN, 2002).

Outro procedimento que está presente neste processo é estruturação da informação de maneira adequada, de forma que, em primeiro lugar, são apresentados os fatos essenciais. No jornalismo impresso, o *lead* e a pirâmide invertida são técnicas muito usadas, em que os textos geralmente começam respondendo às perguntas “O quê? Quem? Quando? Onde? Como? Por quê?”, para só depois aprofundar a informação.

Mas, uma notícia padrão na televisão não costuma basear-se nesta estrutura. Dois grandes elementos compõem a notícia no telejornal: a cabeça e o *videotape* (VT). A cabeça é lida pelo apresentador no estúdio e construída para chamar o VT, que é o material produzida pela equipe de reportagem, na rua. O VT é composto por *offs* (texto lido pelo repórter e coberto por imagens), sonoras (partes selecionadas das falas dos entrevistados) e passagem (quando o repórter aparece em câmera). São esses elementos que, juntos, produzem sentido, contando uma história que tem começo, meio e fim. Além disso, podemos observar, no telejornalismo, um processo de hierarquização das informações a partir da disposição das reportagens dentro do espelho¹¹ do telejornal.

¹¹ Sequência em que são apresentadas as matérias no telejornal

Uma notícia considerada importante vai compor a escalada¹² do jornal e pode aparecer, também, nas chamadas de bloco, de forma a criar expectativa no público.

No entanto, Moretzsohn (2002, 2007) lembra que a noção de objetividade está ligada à fé de que seria possível reportar os acontecimentos de um ponto de vista apolítico. Mas, através do ritual estratégico, os jornalistas demarcariam sua função, separando-a do âmbito comercial. Isso significa que a deontologia do jornalista o levaria, inevitavelmente, a uma tensão com o campo comercial. Seria, portanto, a noção de responsabilidade social que permitiria ao jornalista preservar sua prática dos vínculos econômicos. Na verdade, a matriz do pensamento objetivo é o que o separa da manipulação, embora a pesquisadora ressalte que, livre das formas arcaicas, a manipulação tornou-se invisível.

Argumentar que os fatos falam por si, apesar do que haja de contradição lógica (pois obviamente os fatos não falam, quem fala é quem os identifica como importantes e os traduz como notícia), é uma forma de apresentá-los como neutros e, assim, inversamente, utilizá-los politicamente contra quem os quer silenciar (MORETZSOHN, 2002, pg. 108)

O discurso da objetividade, portanto, está concentrado nos fatos, sem levar em consideração que os fatos precisam ser interpretados (ALSINA, 2009). É, de alguma maneira, uma utopia, um valor-limite a ser alcançado. E, pensando na lógica produtiva da organização, mesmo considerando difícil fazer generalizações, já que os meios de comunicação de massa são instituições muito dinâmicas, Alsina (2009) propõe analisar o produto, também, a partir do ponto de vista do sistema capitalista em que está inserido. Assim, a lógica da cultura de massa fica caracterizada por dois gêneros: a ficção e o entretenimento.

A televisão é dominada pela lógica da cultura de massa. Pensando em implicar o telespectador, o resultado acaba sendo o do jornalismo-espetáculo, já que o entretenimento está no padrão cultural consagrado na televisão. O que é o mesmo que dizer que, aliado à tarefa de informar, o telejornal precisa entreter.

Assim, a televisão recorre a valores sociais supostamente aceitos, como as ideias feitas, os estereótipos, e acaba usando trunfos como o sensacionalismo e o escândalo, o que torna fácil banalizar assuntos de interesse público, tanto quanto elevar à condição de

¹² Conjunto de manchetes colocado no início do programa

informação jornalística assuntos banais do cotidiano. Ficam, neste sentido, nebulosas as fronteiras entre público e privado. O jornalismo tende a tentar aliar a importância de um acontecimento com uma maneira de tratá-lo que pode torná-lo mais interessante para o público, de maneira a criar um ambiente mais afetivo.

A forma mais usual de conferir interesse a acontecimentos considerados relevantes é associá-los a personagens. Trata-se da chamada personificação da notícia, na qual o foco da narrativa é dirigido para testemunhas e situações exemplares capazes de oferecer maior peso dramático à realidade apresentada ao público (NEVES, 2005, pg. 8)

Motta considera este um ponto crucial que diferencia a narrativa ficcional da narrativa jornalística. Isso porque o discurso narrativo ficcional é marcado pela presença do narrador. No jornalismo, acontece justamente o contrário. O narrador-repórter tenta se fazer ausente, narra como se a realidade se impusesse, ou, de acordo com Moretzsohn, se os fatos falassem por si. O jornalista é, portanto, “um narrador que nega até o limite a narração. Finge que não narra, apaga sua presença” (MOTTA, 2007, pg. 8). O principal objetivo de apagar a mediação é provocar um efeito de real, obtido, por exemplo, com a fixação do relato no tempo presente.

No caso do telejornalismo, a imagem também responde por uma parte fundamental da ativação dos sentidos do público. Primeiro, ao colocar em cena efeitos de autenticidade, depois, pela capacidade de reconstituição do mundo e, ainda por ter a habilidade de representar um mundo não visível a olho nu. Neste sentido, a imagem é considerada um texto não-verbal, portadora, ora por sentidos dissonantes, ora por sentidos convergentes ao do texto verbal.

A referencialidade é uma estratégia muito comum nas *hard news*, conforme a nomenclatura norte-americana, em que reina soberana a linguagem objetiva. São os relatos cujos textos tentam permanecer o mais próximo possível ao referente, em que o único objetivo parece não ser nada mais além de informar. Já as *soft news*¹³ permitem o uso de subjetividades, embora com os limites dos controles do processo de produção profissional.

Para alguns autores, o que diferencia um tipo de notícia de outro – mesmo que não possam ser consideradas ocupantes de posições extremas – não é o tema, e sim a

¹³ Estas notícias costumam ser chamadas de *features* pelos norte-americanos e de *fait-divers* pelos franceses

linguagem. Entretanto, ousamos dizer que, em telejornalismo, é muito difícil encontrar um tipo de narrativa sem hibridismo, em que subjetividades e referencialidades não se misturem. O desafio é tentar desvendar tais dispositivos.

Um dos ingredientes fundamentais ao drama seria a sua conclusão. Para Siqueira (1992), a finalidade principal da narrativa seria trazer uma lição de moral. Assim, o que o autor chama de “percursos narrativos seriam organizados a partir das ações de um personagem com um objetivo a cumprir, meta a alcançar” (COUTINHO, 2012, pg. 107). A narrativa se organizaria a partir dos seguintes itens: criação de uma expectativa, surgimento de um conflito, tentativas de solução e desfecho. Cada um deles possuiria um percurso narrativo que, juntos de maneira coerente dentro do texto, seguiriam para o cumprimento da finalidade.

Recorremos novamente a Motta, para quem toda a narrativa, incluindo a jornalística, se desenvolve contra um fundo moral e ético. É, portanto, parte do trabalho do analista da narrativa encontrar as soluções apresentadas na estrutura do texto.

Os jornalistas só destacam certos fatos da realidade como notícia porque esses fatos transgridem algum preceito ético ou moral, alguma lei, algum consenso cultural. A notícia representa sempre uma ruptura ou transgressão em relação a algum significado estável (MOTTA, 2007, pg. 14)

1.2.2 O conflito no telejornalismo político

Nesta trama, o conflito passa, portanto, a ser essencial. É, na verdade, o ponto de partida em torno do qual se organizariam as narrativas. Ao analisar reportagens veiculadas em dois telejornais, Coutinho (2006; 2012) mostra que a seleção dos acontecimentos a serem transformados em notícia já se dá a partir da identificação de elementos capazes de convertê-los em narrativas. Em outras palavras, já havia um conflito instalado. A capacidade de desdobramento também é outro componente importante. Daí percebe-se como muitas situações dão origem a novos capítulos, em uma estrutura que possui homologias como uma novela.

O conflito como categoria de análise é considerado, pela teoria do jornalismo, como um valor-notícia de seleção¹⁴. Traquina (2008), por exemplo, define o conflito

¹⁴ Valores-notícia de seleção são aqueles utilizados pelos jornalistas na seleção de acontecimentos que serão transformados em notícia. (WOLF, 2005)

como uma violência física ou simbólica, uma disputa verbal entre líderes políticos. Entretanto, Motta e Guazina (2010) vão além e propõem que o conflito é, na verdade, a categoria que estrutura a narrativa jornalística sobre a política. É mais do que um valor-notícia, é uma metacategoria dramática estruturante do noticiário político.

A hipótese propõe que o conflito é uma categoria dramática que centraliza a narrativa jornalística e tece os fios que encadeiam as ações das personagens da política. Posicionando as personagens umas contras as outras na narrativa jornalística, o conflito estabelece os episódios que projetam sequências lógico-temporais e concatenam enredos de histórias virtuais mais os menos completas, embora o foco recaia sobre as personagens que assumem proeminência nos episódios (MOTTA, GUAZINA, 2010, pg. 133).

O conflito é a base que nos permite, portanto, ligar drama e telejornalismo que, embora esteja ancorado na realidade, compartilha estruturas dramáticas ao noticiar fatos relacionados às ações de políticos. Assim, todo o encadeamento da ação dos personagens está escolhido de acordo com o conflito que lhe deu origem. Tal como no drama, a notícia no telejornal segue um padrão de apresentação do conflito e tentativa de solução. Isso explica o fato de os personagens serem colocados sempre uns contra os outros.

Retomamos, neste ponto, a análise de Bourdieu sobre o campo político, que só tem sentido se pensado relacionalmente. Os agentes do campo, ou atores, portanto, só podem organizar-se na oposição entre dois pólos. É a partir do conflito com os concorrentes que podem ser compreendidos.

Assim, fazem sentido as aproximações que desenvolvemos aqui entre conflito, telejornalismo, drama e escândalo político, amplificado pelo caráter midiático, que é o que permite o deslocamento através do tempo e do espaço. Se um escândalo é caracterizado, entre outras questões, pela estrutura sequencial, ou seja, por uma fase que segue a outra, então a possibilidade de desdobramentos do conflito em capítulos o torna um tipo de acontecimento que atende a muitos critérios de cobertura jornalística. “Escândalos midiáticos são eventos narrativos prolongados, no sentido que eles são constituídos em parte por um conjunto de narrativas midiáticas que vão sendo sempre mais aprimoradas e revisadas à medida que o acontecimento se desdobra” (THOMPSON, 2002, pg 107).

Além disso, do ponto de vista da notícia como bem simbólico que passa por um processo de valorização, desenvolvida dentro de uma empresa capitalista que visa lucros, os escândalos possuem potencial financeiro. São histórias que enredam o telespectador, provocativas, que os mantêm presos enquanto os acontecimentos se desenrolam dia a dia, numa espécie de novela. Assim, o escândalo político atende ao tipo de jornalismo mais voltado para o entretenimento e também àquele mais dedicado a reunir e divulgar fatos.

Esta é a base teórica que nos permite desenvolver a hipótese de que a cobertura do Jornal Nacional sobre o julgamento do Mensalão¹⁵ foi baseada no conflito, e que os atores imbricados no acontecimento desempenharam, no telejornal, papéis frutos de escolhas. Pretendemos mostrar, assim, como a cobertura foi de desenvolvendo, ao longo de cinco meses, a partir de divisões binárias entre o bem e o mal. Assim, nas notícias veiculadas, será possível perceber quem foi determinado como herói e quem foi identificado como vilão, ou alguém a serviço deste mal.

No próximo capítulo, abordaremos o objeto empírico deste trabalho em duas etapas, com uma descrição do Jornal Nacional e do julgamento da Ação Penal 470 no Supremo Tribunal Federal.

¹⁵ Entendemos o julgamento do como uma das fases de desenvolvimento do escândalo, que pode ser chamada de clímax ou desenlace (THOMPSON, 2002).

2 O JORNAL NACIONAL E O JULGAMENTO DO MENSALÃO

O objeto empírico de análise será abordado neste capítulo em duas etapas. Já que serão analisadas reportagens veiculadas no Jornal Nacional, será necessário apresentar o papel deste telejornal na formação da linguagem do telejornalismo brasileiro. Como trataremos especificamente da cobertura do desdobramento de um evento político, o foco será neste sentido. Tomaremos como referências as pesquisas científicas na área (BUCCI, 2004, 2010, 2011; REZENDE, 2000, 2010; PORCELLO, 2004; SOUZA, 2007), além das obras produzidas pelo veículo de comunicação ao qual o Jornal Nacional pertence (BONNER, 2009; MEMÓRIA GLOBO, 2004) e consulta ao site da emissora. Em um segundo ponto, como pretendemos analisar a cobertura do julgamento da Ação Penal 470 no Supremo Tribunal Federal, vamos fazer uma breve reconstituição do caso a partir de trabalhos científicos (GIRALDI, 2008; SENNE, 2009; VASCONCELLOS, 2007) e de reportagens veiculadas em telejornais, jornais impressos, revistas e sites de notícias.

2.1 O Jornal Nacional – História e Política

O Jornal Nacional é o mais antigo telejornal em exibição no Brasil. Está no ar desde setembro de 1969. E, até hoje, a cada fato político importante no país, remarca o seu espaço de centralidade. Bucci (2010), ao analisar a série de entrevistas com os candidatos à presidência da República, em 2010, afirmou:

Num tempo que festeja o livro digital, celebra as redes sociais e reverencia o celular como prodígios tecnológicos e como realização de todas as utopias democráticas, a televisão, a velha, a manjada, a previsível televisão de todo santo dia ainda é o centro do espaço público nacional. Não tem jeito. E se a televisão é o centro de gravidade, a Rede Globo ainda é o centro do centro. Quanto ao *JN*, ele é o centro do centro do centro. Gostem ou desgostem, é assim.¹⁶

A inserção no cenário político pode, em parte, explicar historicamente a posição privilegiada que ocupa. O programa, gerado do Rio de Janeiro, foi o primeiro a ser retransmitido para todas as emissoras de rede¹⁷. Hilton Gomes, à época dividindo a bancada com Cid Moreira, abriu a primeira edição do telejornal da seguinte maneira: “O

¹⁶ Disponível em observatoriodaimprensa.com.br/news/view/william_bonner_para_presidente

¹⁷ Disponível em g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2010/04/confira-historia-do-jn.html

Jornal Nacional da Rede Globo, um serviço de notícias integrando o Brasil novo, inaugura-se neste momento: imagem e som de todo o país”.

O Jornal Nacional faz parte das Organizações Globo, hoje considerada a maior rede de televisão em Operação no Brasil¹⁸. Inaugurado com o objetivo de fazer frente ao Repórter Esso, da TV Tupi, logo o JN tornou-se líder de audiência no horário. No livro *Jornal Nacional, A notícia faz história* (MEMÓRIA GLOBO, 2004), o ex-diretor da empresa José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, explica que o jornalismo foi a opção mais óbvia para a primeira utilização dos enlaces de microondas inaugurados pelos militares através da Embratel (Empresa Brasileira de Telecomunicações). Então, o JN tornou-se parte de um projeto para transformar a Globo na primeira rede de televisão do Brasil.

Até então existiam emissoras, como a TV Tupi e a própria TV Globo, que contavam com estações transmissoras em várias capitais. Nenhuma, porém, formava propriamente uma rede, por falta de capacidade operacional de transmitir o mesmo sinal, ao mesmo tempo, para diferentes regiões. (MEMÓRIA GLOBO, 2004, pg. 28)

Assim começou uma ligação que marcaria por muitos anos a história do JN. Para Souza (2007, pg. 53), ao utilizar do sistema de microondas implementado pelo governo militar da época, “[...] o jornal se tornou um porta-voz governamental, uma vez que conquistou sua hegemonia quando da implantação da rede nacional”.

A inovação tecnológica também é outro fator que coloca o JN como referência neste tipo de gênero televisivo, a ponto de influenciar alterações na forma de se fazer telejornalismo no país. Era parte de um projeto dos diretores da empresa, Walter Clark e José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, para transformar a Globo na principal rede de televisão do país. (MEMÓRIA GLOBO, 2004).

Mas o objetivo maior da exibição em rede era a integração dos diversos estados do país e a tentativa de representação de uma identidade nacional. Uma ideia admitida pela própria organização, ao falar de Roberto Marinho: “Se o empresário reconhecia que a rede era o caminho para se ampliar o mercado de consumo, o empreendedor sabia

¹⁸ Dados do site Donos da Mídia de 2013 mostram a Rede Globo e sua afiliadas possuem 340 veículos de comunicação. São 35 grupos afiliados. Disponível em donosdamidia.com.br. Acesso em 27 de março de 2013

que a identidade nacional em formação não podia abrir mão de um meio de integração tão poderoso. (MEMÓRIA GLOBO, 2004, pg. 28-29)

O investimento em tecnologia permitiu transformações conceituais no jornalismo televisivo e tornou o JN referência para outras emissoras. O telejornal foi precursor, por exemplo, no uso de equipamentos portáteis de geração de imagens. Glória Maria foi a primeira repórter a entrar no ar, ao vivo. Além disso, em 1978, começou o processo de edição eletrônica de videotape, que deu mais agilidade porque substituiu o filme 16 mm, que precisava ser revelado¹⁹. Foi o primeiro, também, a usar cor nas reportagens, a partir de 1973.

É neste contexto de ascensão vertiginosa em plena ditadura que surge a marca que acompanhou a Rede Globo durante muito tempo: a de ligação ideológica com o regime militar (REZENDE, 2000). Tanto que a primeira notícia, no dia da estreia, foi a do anúncio dos nomes dos integrantes da junta militar que comandava o país durante a doença de Costa e Silva (SOUZA, 2007). Em seguida, foi exibido um pronunciamento do Ministro da Fazenda, Delfim Netto. Logo depois, foi anunciada a transmissão direta de Porto Alegre, terra natal do presidente Costa e Silva, com a repercussão do Ato Institucional nº 12, que transferia os poderes governamentais à Junta Militar e não ao sucessor legal (MEMÓRIA GLOBO, 2004).

Em contrapartida a esta visão que questiona o crescimento vertiginoso do telejornalismo global em plena fase mais dura do regime militar, a organização afirma que tanto o JN quanto seus profissionais foram censurados várias vezes²⁰. Mesmo nos anos seguintes ao surgimento do Jornal Nacional, a Globo tentou dissipar o rótulo oficialista (SOUZA, 2007), mas alguns episódios mostraram que a ligação ainda existia.

Um dos casos mais polêmicos aconteceu em 1982 e ficou conhecido como “Caso Proconsult”. Era o ano da primeira eleição direta para governador desde o golpe militar. A fase final da apuração foi informatizada pela primeira vez, processo executado, na maioria dos estados, pela empresa estatal Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados). Mas, no Rio de Janeiro, a empresa contratada para realizar o

¹⁹ Disponível em g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2010/04/confira-historia-do-jn.html

²⁰ Em 2013, em um texto publicado na edição dominical de 31 de setembro, o Jornal O Globo admite que o apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro. Apenas disso, o jornal se justifica dizendo que “naquele contexto, o golpe, chamado de ‘Revolução’, termo adotado pelo GLOBO durante muito tempo, era visto no jornal como a única alternativa para manter no Brasil uma democracia”. Disponível em: oglobo.globo.com/pais/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604.

serviço foi a Proconsult. Necessitando de dados parciais de hora em hora, a TV Globo - ao contrário de muitos veículos de comunicação que resolveram montar em esquema paralelo para apurar os votos -, divulgada os dados oficiais.

Mas com uma apuração confusa, a Proconsult a divulgar número de votos menor para o então candidato Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), em oposição ao candidato do Partido Democrático Social (PDS), apoiado pelo regime ditatorial. O caso rendeu acusações à Globo por fraude eleitoral e por favorecer o candidato ligado aos militares.

Outra cobertura polêmica foi a da campanha das Diretas, em 1984. Enquanto, em todo o país, a população promovia manifestações exigindo o voto direto, a emissora desconhecia o movimento. Segundo Bucci (2004), em 25 de janeiro daquele ano, uma grande manifestação na capital paulista foi anunciada na escalada e na cabeça da matéria como sendo a comemoração pelos 430 anos da cidade.

Outro caso emblemático foi durante o segundo turno das eleições presidenciais de 1989. A edição do JN de um debate entre os então candidatos Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Collor, transmitido ao vivo um dia antes, privilegiou momentos em que o petista aparecia com desempenho mais fraco. De acordo com estudo de Porto (2010), uma análise do tempo reservado a cada um dos candidatos naquele pleito indicou as preferências de Roberto Marinho. O pesquisador verificou que o Jornal Nacional despendia mais tempo para Fernando Collor, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), do que a Lula e Brizola.

Já em 2002, o jornal começou a promover entrevistas ao vivo com os candidatos à presidência. Quando eleito, depois de três derrotas, Lula foi convidado a permanecer durante todo o jornal assistindo imagens de sua história. O que indica a tendência da Globo em aliar-se rapidamente a quem assumir o poder (PORCELLO, 2004). Nesta análise, a pressão do campo econômico não pode ser refutada. O Anuário de Mídia Pública no Brasil, publicado em 2012, mas referente a dados de 2011, mostra que o governo federal investiu, naquele ano, R\$ 1,6 bilhão em mídia, conforme levantamento do Instituto para Acompanhamento da Publicidade. 61,51% das verbas federais foram para a televisão.

2.1.2 A tentativa de criação de uma linguagem nacional

“É o Brasil ao vivo aí na sua casa”. Foi com esta frase que Cid Moreira encerrou a primeira edição do Jornal Nacional. O que já sintetizava a tentativa de representação de uma identidade nacional, como se isso fosse possível e como se só houvesse uma identidade do Brasil. Para tanto, foi preciso estabelecer critérios de um jornal que chegaria a todo o país. Os assuntos tratados teriam que chamar a atenção de telespectadores de diferentes regiões brasileiras.

O primeiro manual de redação e estilo surgiu muito tempo depois, só em 1984, mas, desde o início, já começaram a se delinear os traços que acompanham o telejornalismo até hoje. Em oposição ao Repórter Esso, a orientação aos repórteres era de frases curtas e texto mais coloquial. Já em 1969, pela obra produzida pela organização, é possível perceber a que tipo de telespectador o jornal era produzido.

A equipe que produzia e apresentava o Jornal Nacional pensava numa família brasileira reunida na sala. A televisão era próxima, coloquial, diferente do rádio, onde o narrador se exaltava, falava mais alto, como se procurasse o ouvinte em todos os cantos da casa (MEMÓRIA GLOBO, 2004, pg. 25)

O padrão com dois apresentadores na bancada é mantido até hoje. Em 1972, Sérgio Chapelin substitui Hilton Gomes e passa a dividir a apresentação do telejornal com Cid Moreira. Em 1983, Celso Freitas assume o lugar de Chapelin. Seis anos depois, Chapelin refaz a dupla com Cid Moreira, que só foi desfeita em 1996, com William Bonner e Lilian Witte Fibe. O objetivo era o de substituir locutores por jornalistas. “Buscava-se, assim, dar maior credibilidade às notícias e dinamizar as coberturas” (MEMÓRIA GLOBO, 2004, pg. 287-288). Dois anos depois, Fátima Bernardes assume o posto de Witte Fibe. Em 2000, o jornal passa a ser apresentado da redação, e o telespectador pode ser a equipe do telejornal. Em 2011, Bernardes deixa a bancada para assumir a apresentação de outro programa. Em seu lugar, assume Patrícia Poeta.

Foi, também, neste período de 1996 que o jornalista Mario Marona assume a função de editor-chefe do telejornal, que passou a ser alvo de muitas críticas por aumentar a participação de reportagens leves. Um caso que pode ser citado aqui é o do

nascimento da filha da apresentadora Xuxa, em 1998, assunto para o qual foram destinados os dez minutos finais do Jornal Nacional. Marona defende-se dizendo que não se arrependeu da decisão editorial. “Era uma matéria sobre celebridade, sobre gente importante. O assunto estava sendo discutido por todo mundo, e eu não fazia telejornal só para intelectual, eu fazia para minha mãe, para minha tia, para minha empregada” (MARONA apud MEMÓRIA GLOBO, 2004, pg. 287).

Rezende (2010) aponta, porém, outro fato deste período que tornou-se emblemático desta nova linha editorial do JN. Foi quando, na reportagem de Marcelo Rezende sobre uma ação policial na região de Diadema, na Grande São Paulo, foram utilizadas imagens da pancadaria feitas por um cinegrafista amador. Para Rezende, “o valor jornalístico impunha-se à concepção de notícia-espetáculo” (pg. 73). Hoje, esse tipo de gravação é comum em telejornais, mas, naquela época, o reconhecido padrão estético global era bastante rígido.

Em 1999, William Bonner, que já era apresentador do JN, passou a acumular a função de editor-chefe. Na obra *Jornal Nacional: modo de fazer* (2009), Bonner reitera a visão que tem da centralidade do Jornal Nacional no Brasil. Ao referir-se à entrevista feita na bancada do telejornal, um dia depois da eleição de Lula à presidência da República, em 2002, afirma: “A entrevista com o presidente eleito foi um marco na história da televisão brasileira e, certamente, na história da democracia brasileira” (pg. 223).

A ideia do telespectador como a família brasileira reunida na sala para assistir “aquilo que de mais importante aconteceu no Brasil e no mundo naquele dia, com clareza, correção, isenção e pluralidade”, nas palavras do próprio editor-chefe, formulada desde a primeira edição do JN ainda conduz o jeito de produzir o JN. A ideia que se faz deste cidadão é a de “um chefe de família, trabalhador, protetor, classe média, nível intermediário de instrução, cansado, ao fim do dia” (BONNER, 2009, pg. 223).

Portanto, é para essa audiência presumida²¹ que se desenvolveu o modelo de linguagem do Jornal Nacional e que acabou influenciando todos os outros produzidos no país. Rezende (2010) enfatiza que a concorrência entre emissoras acabou

²¹ Audiência presumida é um conceito utilizado por Vizeu (2005), que trata da ideia que os jornalistas fazem da audiência e que permeia todo o processo de construção da notícia.

influenciando um pouco nesta linguagem. Segundo o autor, a partir de 2002, na fase em que os telejornais de diferentes veículos começaram a competir pelo número da audiência, a busca pelo furo tornou a “câmera escondida” uma “estrela do jornalismo” e as notícias ganharam formato mais espetacular.²²

Durante todo o livro que comemora os 40 do Jornal Nacional, Bonner (2009) enfatiza diversas vezes a orientação passada a toda a equipe de produção do jornal sobre as especificidades do escrever para a televisão. Ou seja, mesmo se tratando de jornalismo, é importante perceber que os códigos utilizados nas reportagens são os códigos da TV. Nas palavras de Bonner: “Escrever textos parecidos com o falar das pessoas de maneira sintética e clara. Eis a forma ideal do texto do telejornalismo” (pg. 235).

Mas, para alguns estudiosos, estas características têm uma explicação. É porque, desde a primeira edição, o Jornal Nacional sempre ficou inserido, na grade de programação, entre duas novelas. O que, para Bucci (2004), consolida uma realidade discursiva.

Enquanto certas formulações do telejornalismo governista mais pareciam cena de ficção, muitos dados da realidade bruta entraram para a pauta nacional a partir das telenovelas. Assuntos que eram tabu no noticiário ganharam o debate público pela porta da telenovela. (BUCCI, 2004, pg. 225)

E reafirma esse posicionamento ao analisar a relação entre telenovela e jornalismo ainda em 2012:

Ah, sim, existe o noticiário político. Este, porém, não oferece muito mais que o relatório dos fatos do dia, às vezes com enfoque positivo, às vezes com um ângulo mais ácido, dependendo da predileção do freguês. Os sentimentos mais profundos, as resistências emocionais, os temores do povo – tudo isso, que parece ser inacessível ao discurso jornalístico, é bem mais visível no grande faz de conta da novela. Você quer ter contato com o Brasil real? Fique de olho nos romances cor-de-rosa da novela das 9. Não que lá esteja, como se diz, ‘a vida como ela é’, mas lá você verá as emanções da vida que o jornalismo não tem conseguido enxergar.²³

²² Em um trabalho apresentado no 10º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, realizado em novembro de 2012, analisamos como a concorrência entre emissoras para conquistar telespectadores da chamada Nova Classe Média Brasileira afeta a maneira de fazer jornalismo no Jornal Nacional e no Jornal da Record

²³ Disponível em revistaepoca.globo.com/opinião/Eugenio-bucci/2012/03/sagração-das-bibas-segundo-cro.html

Este resgate histórico, tanto do ponto de vista da maneira como o JN retratou a política brasileira recente, quanto da constituição de um novo conceito de telejornalismo a partir da linguagem, que foi introduzido pelo Jornal Nacional, contextualizam o nosso objeto de estudo. Assim, pretendemos olhar para o presente, mas sem esquecer dos fatos que trouxeram o telejornal ao lugar em que ele ocupa hoje. A seguir, vamos buscar resgatar os principais fatos que levaram ao julgamento da Ação Penal 470 no Supremo Tribunal Federal.

2.2 O julgamento do Mensalão

2.2.1 O Mensalão antes do julgamento

A palavra Mensalão passou a ser incorporada ao vocabulário da crise (LIMA, 2006) depois de ser usada publicamente pela primeira vez em 2005, em entrevista concedida pelo então deputado federal e presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Roberto Jefferson, ao Jornal Folha de São Paulo, em que ele denunciava um esquema de pagamento de mesada aos parlamentares da base aliada do governo. A entrevista desencadeou um escândalo político que motivou a instauração de três CPIs no Congresso Nacional, a demissão de ministros do governo do petista Luís Inácio Lula da Silva e a cassação do mandato de três deputados, Pedro Corrêa, o próprio Jefferson e o ex-ministro-chefe da Casa Civil e apontado como mentor do esquema, José Dirceu.

Em março de 2006, a CPI dos Correios divulgou o relatório final, em que concluiu a existência do escândalo. Aliás, as sessões nas comissões criadas para investigar, segundo Senne (2009), foram transmitidas pelas TVs legislativas e canais de notícias, e “passaram a concentrar o embate político em torno do escândalo, se convertendo em eventos midiáticos por natureza” (pg. 72).

No mês seguinte, o então procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, denunciou, no Supremo Tribunal Federal (STF)²⁴, 40 pessoas que estariam envolvidas

²⁴ O STF é o órgão máximo da Justiça da União. O principal objetivo é a defesa da Constituição Federal. Os 11 integrantes do Supremo, que têm status de Ministro, são nomeados pelo presidente da República a aprovados previamente pelo Senado Federal. Entre as atribuições principais, destacam-se: “1) processar e julgar, originalmente, ações diretas de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, além de ações declarativas de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal; 2) decidir sobre a concessão de habeas corpus a presidente e vice-presidente da República, membros do Congresso Nacional, ministros, procurador-geral da República, comandantes da Marinha, do Exército ou Aeronáutica, membros dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente; 3) resolver litígios entre Estado estrangeiro ou organismo

no escândalo. O inquérito seguiu os trâmites legais e só em dezembro de 2011 o relator, ministro Joaquim Barbosa, divulgou o relatório e o encaminhou ao revisor, ministro Ricardo Lewandowski. Em junho de 2012, Lewandowski liberou a Ação Penal, o que viabilizou a inclusão em pauta de julgamento, marcado para o dia 2 de agosto.

2.2.2 O Mensalão em julgamento

A partir de então, o caso volta às manchetes dos principais veículos de informação do Brasil. As sessões foram transmitidas por canais de notícias, sites e, no noticiário televisivo, ganharam ampla cobertura.²⁵ No Jornal Nacional, como descrevemos com mais detalhes adiante, 82 edições, entre 30 de julho e 21 de dezembro de 2012²⁶, abordaram o assunto com reportagens e entradas de repórteres ao vivo. Em alguns casos, como no dia 3 de agosto de 2012, 51,31% de produção do telejornal, conforme levantamento da pesquisadora, foram dedicados à cobertura do julgamento.

O julgamento terminou mais de quatro meses depois, em 17 de dezembro de 2012. Foram 53 sessões, em que 25 dos 38 réus do processo foram condenados. Os ministros entenderam que houve desvio de dinheiro público para abastecer um esquema de compra de votos durante os primeiros anos do ex-presidente Lula. O réu com a maior pena prevista foi Marcos Valério, que, segundo a maioria do STF, foi o operador do esquema. Ele, o ex-ministro José Dirceu e outros 9 condenados terão que cumprir pena em regime fechado²⁷.

Desde que foi usado pela primeira vez pelo deputado Roberto Jefferson, o termo foi apropriado pela mídia, que passou a usá-lo para se referir a qualquer questão

internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território; 4) apreciar extradição requerida por Estado estrangeiro, julgar o crime político; 5) julgar e processar o pedido de medida cautelar das ações diretas de inconstitucionalidade” (ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS, 2007, pg. 17)

²⁵ O canal de notícia da TV por assinatura, Globo News, pertencente às organizações Globo, transmitiu as sessões ao vivo. O julgamento foi transmitido, também, através do site de notícias G1, também de propriedade da mesma empresa, além do site do jornal O Globo, entre outros veículos de comunicação. Na maioria dos sites de notícia, é possível consultar, até hoje, páginas com resumos dos principais fatos que marcaram o julgamento.

²⁶ O recorte temporal escolhido para analisar o JN é entre 30 de julho de 21 de dezembro de 2012 por duas razões: o julgamento começou em dois de agosto. Dias antes, o JN exibiu reportagens em que relembrou o caso, já anunciando a ampla cobertura que daria às sessões. Por outro lado, o STF concluiu o caso em 17 de dezembro. A data para encerramento da análise foi 21 de dezembro porque o telejornal ainda apresentou, nos dias subsequentes, repercussões do julgamento.

²⁷ Disponível em g1.globo.com/politica/mensalao/noticia/2012/12/supremo-conclui-julgamento-do-mensalao-apos-quatro-meses-e-meio.html

relacionada ao escândalo. No Supremo Tribunal Federal, o processo foi nomeado como Ação Penal 470, mas esta nomenclatura raramente foi utilizada pela imprensa.

No primeiro dia do julgamento, o relator do processo, ministro Joaquim Barbosa, leu o relatório, em que relembrou os crimes de cada um dos réus do esquema foi acusado, conforme a Procuradoria-Geral da República. A história do foi recontada segundo a denúncia do procurador Roberto Gurgel. Em um dos trechos do relatório selecionado para compor a reportagem do Jornal Nacional de dois de agosto de 2012, o ministro Joaquim Barbosa diz:

O Procurador-Geral da República narrou na denúncia uma: aspas: sofisticada organização criminosa, dividida em setores de atuação, que se estruturou profissionalmente para a prática de crimes como peculato, lavagem de dinheiro, corrupção ativa, gestão fraudulenta, além das mais diversas formas de fraude (trecho da entrevista do ministro Joaquim Barbosa retirada de reportagem do Jornal Nacional exibida em dois de agosto de 2012)

Mas o assunto voltou a ser discutido no plenário do Supremo Tribunal Federal em 2013 e, por consequência, voltou a figurar entre as manchetes na imprensa de todo o país. É porque os ministros votaram a favor dos embargos infringentes, recursos apresentados por réus que receberam pelo menos quatro votos pela absolvição, mas foram condenados pela maioria. Para estes casos em que houve votação apertada, o recurso pode significar um novo julgamento, dependendo da análise do relator, ministro Luiz Fux.

Com a apresentação do objeto empírico a ser analisado neste trabalho, o próximo capítulo será destinado a explicar a metodologia utilizada na análise do corpus que compõe esta pesquisa.

3 PERCURSOS METODOLÓGICOS

A teoria da narrativa é um método de observação das práticas culturais que analisa as narrativas de acordo com o contexto social. Busca compreender a construção dos significados através da expressão narrativa da realidade, sejam factuais ou ficcionais. A narrativa midiática é realizada através de estratégias comunicativas, ou ideias centrais que podem ser percebidas como organizadoras do discurso, e modos de expressão (no texto, imagem e áudio) escolhidos para se atingir determinados objetivos. Portanto, esta organização narrativa se desenvolve dentro de um certo âmbito social e produz alguns efeitos (conscientes ou não).

Assim, a comunicação narrativa pressupõe uma estratégia textual que interfere na organização do discurso e que o estrutura na forma de seqüências encadeadas. Pressupõe também uma retórica que realiza a finalidade desejada. Implica na competência e na utilização de recursos, códigos, articulações sintáticas e pragmáticas: o narrador investe na organização narrativa do seu discurso e solicita uma determinada interpretação por parte do seu destinatário (MOTTA, 2007, pg. 2-3)

Nesta perspectiva, podemos entender a narrativa não como uma representação da realidade, mas como uma organização dela de acordo com as estratégias culturais envolvidas. Assim, optamos, neste trabalho, por perceber as narrativas (tele) jornalísticas como histórias com início, meio e fim. Portanto, o esforço do trabalho será o de analisar cada parte, ou cada reportagem, como integrante de um acontecimento único. Buscamos, ao fim, a unidade, não no sentido de encontrar um único significado, mas de entender o que está separado pela lógica jornalística como seqüências maiores. “A realidade recriada adquire então nova estrutura, clímax e desfechos de histórias que se encaixam em uma narrativa inédita e completa. As notícias unitárias passam a ser parte de um acontecimento integral” (MOTTA, 2007, pg 3).

Para conectar as partes fragmentadas dentro de um telejornal, vamos adotar alguns procedimentos metodológicos.

1. Apresentação do conflito: na análise da narrativa, o conflito tem papel fundamental. É o ponto de partida em torno do qual a história de desenrola. Como já explicitado no referencial teórico, mais do que um valor-notícia de seleção (TRAQUINA, 2008), o conflito é uma metacategoria dramática estruturante do noticiário político (GUAZINA, MOTTA, 2010). Também é a partir disto que podemos

perceber a ação dos personagens dentro da trama. Conforme descrevemos anteriormente, a organização da notícia em televisão começa pela cabeça, que é o texto lido pelos apresentadores para chamar a reportagem. Portanto, entendemos que é na cabeça que devemos buscar indícios do conflito que será apresentado com mais detalhes na reportagem. É na cabeça, portanto, que encontraremos a criação de uma expectativa, cujo objetivo é manter a tensão do telespectador, garantir que ele sintasse atraído pela notícia.

2. Ação dos personagens: podemos perceber, no jornalismo, uma tendência de individualização das histórias, em que os personagens são considerados como eixos centrais. Assim, as fontes de informação são transformadas em personagens que desempenham determinados papéis, como o de protagonista, herói, mocinho, vilão, guardando, inclusive, estreitas relações com o fato de que as narrativas possuem semelhanças ou conexões com a já tradicional luta Bem x Mal (COUTINHO, 2012). Tentaremos analisar, através do texto e dos recursos visuais e auditivos que papéis os personagens desempenharam ao longo das reportagens analisadas.

3. Roteiro da informação: o jornalismo, mesmo que visto na perspectiva da narrativa, possui referencialidade no real. Assim sendo, será que podemos pensar em um roteiro na construção da reportagem, como existe na estrutura dramática de obras ficcionais? Para responder a esta questão, vamos percorrer o caminho feio pelo repórter ao apresentar a matéria dentro do telejornal. A partir da estrutura das reportagens, tentaremos encontrar padrões de roteiro da informação (COUTINHO, 2012). Desta maneira, poderemos perceber como o conflito, apresentado na cabeça, foi se desenrolando ao longo da história. Encontraremos pequenos desfechos para os conflitos apresentados no espaço de uma reportagem, ou conseguiremos visualizar a sequencialidade característica da narrativa dentro das reportagens que tratam sobre o julgamento da Ação Penal 470? São algumas das perguntas que nos movem neste ponto.

4. Lição de moral: conforme já exploramos no referencial teórico, um dos ingredientes fundamentais do drama é a conclusão. Assim, a finalidade principal da narrativa seria a de trazer lições de fundo moral. Entretanto, já que estamos buscando integrar as partes separadas pela lógica (tele) jornalística, entendemos que só será possível encontrar esta lição de fundo moral no desfecho da história, mesmo que possa apontar desdobramentos futuros. “Nenhuma notícia está nos jornais sem que haja uma razão ética ou moral que justifique seu relato. É o pano de fundo sobre o qual se

desenvolve a seqüência de notícias sobre um determinado assunto (MOTTA, 2007, pg. 14).

Estes quatro movimentos, portanto, estarão presentes nas análises do corpus de pesquisa. É importante ressaltar que estabelecemos como unidades de análise apenas as reportagens, que são compostas por cabeça e VT (videoteipe). O VT é o material produzido pela equipe de reportagem, fora do estúdio, no local onde o fato ocorreu e, geralmente, possui os seguintes elementos: off (fala do repórter coberta por imagens ou grafismos), passagem (quando o repórter aparece na tela) e sonora (partes selecionadas da fala dos entrevistados). Esta é a nomenclatura utilizada nas redações e a que passaremos a adotar a partir de agora. A próxima seção vai apresentar a escolha do corpus.

3.1 Descrição do Corpus

Para compor o corpus desta pesquisa, foram selecionadas, inicialmente, as reportagens veiculadas no Jornal Nacional entre os dias 30 de julho de 2012 até 15 de outubro de 2013. As edições dos dias anteriores a 2 de agosto, data em que a Ação Penal 470 começou a ser julgada pelo STF, foram selecionadas porque fazem uma retrospectiva do caso. O julgamento terminou em 17 de dezembro de 2012. Entretanto, os ministros retomaram as sessões em 2013 para analisar recursos jurídicos solicitados pelos advogados dos réus. Em novembro de 2013, doze réus condenados foram presos.

O período de análise impossibilitou a gravação diária do material. A solução encontrada foi a assinatura do portal Globo.com, onde estão disponibilizados os programas da Rede Globo na íntegra, sem as inserções comerciais. Foi feito download de todo o material veiculado no telejornal sobre o julgamento durante o período citado. Optamos por selecionar cinco edições do Jornal Nacional:

- a) 30 de julho de 2012: esta edição, embora anteceda o julgamento, foi escolhida porque exhibe uma série de seis reportagens recapitulando o escândalo que levou à Ação Penal;
- b) 31 de julho de 2012: continuação da série do dia anterior em que são exibidas cinco reportagens sobre o escândalo;
- c) 23 de outubro de 2012: o julgamento entrou na fase final, de discussão da pena exata para cada crime a que os réus foram condenados. Nesta

edição, o JN veiculou uma nota coberta²⁸ e uma reportagem factual sobre o julgamento e seis que faziam um resumo do que havia ocorrido no Supremo até aquela data. Será excluída da análise uma nota coberta, por se tratar apenas de um registro, sem sonoras, sem imagens do julgamento e nem sonoras;

- d) 18 de setembro de 2013: depois do empate nos votos de dez ministros, houve o voto de desempate a respeito dos embargos infringentes, recursos dos advogados de defesa e que poderão garantir um novo julgamento para alguns réus. JN exibiu uma reportagem;
- e) 15 de novembro de 2013: foram expedidos os mandados de prisão de doze condenados no julgamento. Foi exibida uma reportagem.

As reportagens foram identificadas com retranca e número. Em todas elas, foi feita a roteirização ao avesso²⁹. O modelo utilizado foi o padrão para laudas de telejornais, que separam as dimensões visuais das verbais. A seguir, começaremos a apresentar a exploração do material e os resultados encontrados. O próximo item vai concentrar a análise sobre a identificação do conflito.

3.2 Apresentação do conflito

O conflito tem papel fundamental em uma narrativa. É o ponto de partida em torno do qual a história se desenrola. A partir dele, podemos identificar vários outros itens, como a ação dos personagens, a hierarquização da informação e o estabelecimento de uma lição de moral no fim da história. Conforme já exploramos no referencial teórico, entendemos o conflito como uma metacategoria dramática estruturante do noticiário político (MOTTA, GUAZINA, 2010).

Identificar o conflito é o objetivo deste capítulo. Isto será feito a partir da cabeça, que é o texto lido pelos apresentadores para apresentar a reportagem. A escolha por esta unidade de análise é porque entendemos que, em telejornalismo, a cabeça

²⁸ Nota coberta é o termo que denomina o texto lido pelo apresentador e coberto por imagens.

²⁹ A roteirização das reportagens, com o número de identificação que foi atribuído a cada uma delas está no APÊNDICE A

exerce a função de apresentar o tema e criar uma expectativa, uma tensão, a fim de prender a atenção do telespectador. Assim, é neste momento que podemos observar qual o conflito em torno do qual se desenvolverá a história.

Conforme os resultados encontrados, em 20 reportagens analisadas, apenas uma, exibida em 23 de outubro de 2012 não apresentava o conflito na cabeça. Mas, em nosso entendimento, isto ocorreu porque a reportagem estava entre outras que pretendiam resumir o julgamento até aquela data. Portanto, deve ser analisada como parte integrante de uma seqüência maior (TABELA 1)

Tabela 1 – Identificação do conflito na reportagem 1

NÚMERO: MAT 01	RETRANCA: RECUPERA MENSALÃO 1	DATA
DE EXIBIÇÃO: 30.07.12		
TEMPO: 2'03"		
1. Identificação do conflito:		
A acusação do Procurador-Geral da República é de que políticos e partidos aliados ao governo do presidente Lula receberam dinheiro em troca de apoio no Congresso Nacional./		
2. Expectativa:		
Hoje e amanhã o Jornal Nacional vai relembrar o surgimento e a evolução do caso, os fatos que ajudam a entender tanto as acusações quanto os argumentos dos advogados de defesa dos 36 réus./		

Na reportagem 2, o uso do verbo *paralisou* remete à ideia de que todas as atividades do Congresso foram suspensas, delimitando o conflito (TABELA 2).

Tabela 2 – Identificação do conflito na reportagem 2

NÚMERO: MAT 02	RETRANCA: RECUPERA MENSALÃO 2	DATA
DE EXIBIÇÃO: 30.07.12		
TEMPO: 1'35"		
1. Identificação do conflito:		
O assunto <i>paralisou</i> o Congresso		
2. Expectativa:		
Roberto Jefferson reforçou a denúncia do .		

Tabela 3 – Identificação do conflito na reportagem 3

NÚMERO: MAT 03	RETRANCA: RECUPERA MENSALÃO 3	DATA
DE EXIBIÇÃO: 30.07.12	TEMPO: 1'54"	
1. Identificação do conflito: (conflito implícito, porque, quando uma CPI é instalada, significa que algo ilícito está sendo investigado)		

Naquelas semanas, três comissões parlamentares de inquérito funcionavam ao mesmo tempo em Brasília.
2. Expectativa (para saber o que o deputado contaria)
e mesmo o deputado Roberto Jefferson ainda tinha o que contar na CPI dos Correios

Tabela 4 – Identificação do conflito na reportagem 4

NÚMERO: MAT 04 RETRANCA: RECUPERA MENSALÃO 4 DATA DE EXIBIÇÃO: 30.07.12 TEMPO: 2'52"
1. Identificação do conflito:
Alem de Valério, foram avalistas do empréstimo três dirigentes do Partido dos Trabalhadores./
2. Expectativa: não houve (importante lembrar que se trata de uma série de pequenas reportagens que tentam recompor o caso. Portanto, em alguns casos, o conflito não está tão explícito porque vem do VT anterior.

Tabela 5 – Identificação do conflito na reportagem 5

NÚMERO: MAT 05 RETRANCA: RECUPERA MENSALÃO 4 DATA DE EXIBIÇÃO: 30.07.12 TEMPO: 1'10"
1. Identificação do conflito: (pelo uso do termo <i>frente a frente</i> , percebe-se a saliência do confronto que deverá acontecer entre os dois principais personagens desta fase de denúncias)
No congresso, um dos momentos mais <i>marcantes</i> ./ o autor das denúncias e um dos principais acusados ficaram <i>frente a frente</i> ./
2. Expectativa: cria a expectativa para o confronto entre os dois personagens
O autor das denúncias e um dos principais acusados ficaram <i>frente a frente</i> ./

Na reportagem 6, a intriga é percebida pelo uso do termo *escândalo*, que já carrega consigo a ideia de conflito, conforme já desenvolvido no referencial teórico. Além disso, ao ressaltar o tempo passado, está subentendida a crítica ao silêncio do presidente durante o período (TABELA 6).

Tabela 6 – Identificação do conflito na reportagem 6

NÚMERO: MAT 06 RETRANCA: RECUPERA MENSALÃO 4 DATA DE EXIBIÇÃO: 30.07.12 TEMPO: 1'55"
1. Identificação do conflito:
Nove semanas tinham se passado desde o surgimento do escândalo./
2. Expectativa: (para saber o que o presidente iria falar)
...foi quando o então presidente Lula falou sobre o assunto durante uma viagem a Paris./

Tabela 7 – Identificação do conflito na reportagem 7

NÚMERO: MAT 07 DE EXIBIÇÃO: 31.07.12	RETRANCA: RECUPERA MENSALÃO 7 TEMPO: 1'14"	DATA
1. Identificação do conflito:		
Mas o julgamento político, no Congresso Nacional, terminou em dezembro de 2006./ depois dos trabalhos de três CPIs, dezenove deputados foram denunciados como suspeitos de participar do esquema./		
2. Expectativa:		
...depois de amanhã, esse escândalo vai começar a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal./		

Tabela 8 – Identificação do conflito na reportagem 8

NÚMERO: MAT 08 DE EXIBIÇÃO: 31.07.12	RETRANCA: RECUPERA MENSALÃO 8 TEMPO: 1'38"	DATA
1. Identificação do conflito:		
A denúncia do chegou ao Supremo Tribunal Federal em abril de 2006./		
2. Expectativa: a própria apresentação do conflito mostra a expectativa de saber como a denúncia chegou ao STF		

Tabela 9 – Identificação do conflito na reportagem 9

NÚMERO: MAT 09 DATA DE EXIBIÇÃO: 31.07.12	RETRANCA: RECUPERA MENSALÃO 9 TEMPO: 1'23"	DATA
1. Identificação do conflito:		
Em 2007, começou a chamada instrução do processo da justiça, e todos os réus foram ouvidos novamente./		
2. Expectativa:		
até que, no ano passado, o procurador-geral da república apresentou as suas alegações finais.		

Tabela 10 – Identificação do conflito na reportagem 10

NÚMERO: MAT 10 DE EXIBIÇÃO: 31.07.12	RETRANCA: RECUPERA MENSALÃO 10 TEMPO: 1'05"	DATA
1. Identificação do conflito:		
Depois que o supremo tribunal federal aceitou a denúncia contra os acusados de envolvimento no , eles passaram a responder na justiça pelos crimes apontados pelo ministério público./		
2. Expectativa:		
o processo apura a responsabilidade dessas pessoas pela prática de sete tipos de crime./		

Tabela 11 – Identificação do conflito na reportagem 11

NÚMERO: MAT 11 DE EXIBIÇÃO: 31.07.12	RETRANCA: RECUPERA MENSALÃO 11 TEMPO: 1'05"	DATA
1. Identificação do conflito: o termo <i>se houve</i> denota uma dúvida e, portanto, a identificação do conflito		
Em relação a alguns réus, os ministros também vão julgar <i>se houve</i> prática de peculato./		
2. Expectativa: (na própria apresentação do conflito se estabelece a expectativa para saber como será o julgamento a respeito deste item)		

Tabela 12 – Identificação do conflito na reportagem 12

NÚMERO: MAT 12 EXIBIÇÃO: 23.10.12	RETRANCA: DOSIMETRIA 12 TEMPO: 1'32"	DATA DE
1. Identificação do conflito: (uso do verbo <i>debater</i> já indica possíveis divergências entre os ministros, porque pressupõe que possa haver contestações.)		
Os ministros do Supremo começaram a <i>debater</i> chamada dosimetria, que é a determinação da pena exata pra cada crime cometidos pelos condenados./		

Tabela 13 – Identificação do conflito na reportagem 13

NÚMERO: MAT 13 DATA DE EXIBIÇÃO: 23.10.12	RETRANCA: RECUPERA JULGAMENTO 13 TEMPO: 2'25"
1. Identificação do conflito:	
O julgamento do Mensalão é o desfecho de um escândalo político descoberto há sete anos, um dos maiores da história recente do Brasil. A acusação era de que uma quadrilha, composta por políticos, banqueiros e donos de agências de publicidade e chefiada por José Dirceu, um homem forte do primeiro mandato do ex-presidente Lula, corrompeu políticos pra comprar apoio ao governo no congresso	
2. Expectativa: (para saber como terminou o esquema)	
...e desviou dinheiro público, ou seja, dinheiro que pertencia ao povo brasileiro./	

Na reportagem número 14, o conflito se estabeleceu em torno das divergências entre os ministros relator e revisor do processo. A primeira frase da cabeça afirma que houve momentos tensos e debates acalorados. Embora não se tenha atribuído estas características às discussões entre Joaquim Barbosa e Ricardo Lewandowski, o uso da frase seguinte liga uma situação à outra. Portanto, a dedução lógica é de que os ministros foram responsáveis por estes momentos no plenário do STF (TABELA 14).

Tabela 14 – Identificação do conflito na reportagem 14

NÚMERO: MAT 14 RETRANCA: RECUPERA JULGAMENTO 14 DATA DE EXIBIÇÃO: 23.10.12 TEMPO: 2'47"
1. Identificação do conflito na fala dos apresentadores:
No plenário, houve momentos de tensão e debates muito acalorados./ o relator, Joaquim Barbosa, e o revisor, Ricardo Levandowski, divergiram inúmeras vezes./
2. Expectativa: para saber o motivo das divergências.

Tabela 15 – Identificação do conflito na reportagem 15

NÚMERO: MAT 15 RETRANCA: RECUPERA JULGAMENTO 15 DATA DE EXIBIÇÃO: 23.10.12 TEMPO: 2'06"
1. Identificação do conflito na fala dos apresentadores:
Não identificamos conflito nesta fala, porque entendemos que estas reportagens devem ser analisadas de maneira diferente, como compondo uma narrativa maior sobre o julgamento, e não de maneira tão fragmentada
2. Expectativa: (para saber qual foi a sentença dos acusados)
É, mesmo com as discussões, o julgamento avançou num ritmo normal e os réus foram julgados./

Tabela 16 – Identificação do conflito na reportagem 16

NÚMERO: MAT 16 RETRANCA: RECUPERA JULGAMENTO 16 DATA DE EXIBIÇÃO: 23.10.12 TEMPO: 2'02"
1. Identificação do conflito: ainda que esta parte seja considerada como tentativa de solução dentro da narrativa maior, identificamos o estabelecimento do que chamamos de micro conflitos, ou seja, conflitos menores dentro do conflito central que conduziu o desenvolvimento da trama
O supremo também <i>derrubou</i> a tesa da defesa de que os empréstimos do Banco Rural seriam legais e regulares.
2. Expectativa:
a maioria dos ministros concordou com os argumentos do procurador-geral da República de que eram fraudulentos e de que foi usado dinheiro público para a compra de votos de parlamentares./

Na reportagem 17, há um conflito implícito, já que traz consigo a ideia de que basta ter bons advogados para, mesmo culpado, ser inocentado. Esta análise está baseada no uso do verbo *convenceram*. Convencer significa levar alguém a reconhecer como verdade algo sobre o que se tinha dúvidas (TABELA 17).

Tabela 17 – Identificação do conflito na reportagem 17

NÚMERO: MAT 17 RETRANCA: RECUPERA JULGAMENTO 17 DATA DE EXIBIÇÃO: 23.10.12 TEMPO: 1'56"
1. Identificação do conflito na fala dos apresentadores: ...por insuficiência de prova ou porque os argumentos de defesa <i>convenceram</i> a maioria dos ministros./
2. Expectativa: (para saber quais foram os argumentos)

Tabela 18 – Identificação do conflito na reportagem 18

NÚMERO: MAT 18 RETRANCA: RECUPERA JULGAMENTO 18 DATA DE EXIBIÇÃO: 23.10.12 TEMPO: 3'36"
1. Identificação do conflito: Não há
2. Expectativa: (para saber quais foram as frases) Durante quase três meses o país acompanhou o julgamento do Mensalão, e ao longo desse período todo, algumas frases ouvidas no plenário do supremo ajudaram a dar a dimensão histórica do momento./

Na reportagem abaixo, de número 19, o uso do verbo *dividiu* estabelece o conflito, pois demonstra como houve divergências. O significado de dividir poder ser desunir, apartar. Portanto, o uso deste termo remete a uma cisão entre os ministros (TABELA 19).

Tabela 19 – Identificação do conflito na reportagem 19

NÚMERO: MAT 19 RETRANCA: EMBARGOS INFRINGENTES 19 DATA DE EXIBIÇÃO: 18.09.13 TEMPO: 5'13"
1. Identificação do conflito na fala dos apresentadores: O supremo realizou três sessões pra discutir a questão, que <i>dividiu</i> a opinião dos ministros.
2. Expectativa: Doze condenados do terão direito a um novo julgamento pelos crimes que obtiveram quatro votos favoráveis no ano passado./ o supremo tribunal federal aceitou hoje os chamados embargos infringentes./

Na reportagem exibida em quinze de novembro de 2013, quando foram expedidos os mandados de prisão de doze condenados no julgamento, percebemos como o uso do termo *atípico* cria a sensação de que este tipo de situação geralmente não ocorre em um feriado (TABELA 20). No item 5.1, que analisará o roteiro da informação

da reportagem número 20, poderemos perceber, na passagem da repórter, a explicação sobre o conflito levantando na cabeça.

Tabela 20 – Identificação do conflito na reportagem 20

NÚMERO: MAT 20	RETRANCA: PRISÃO CONDENADOS 20	DATA
DE EXIBIÇÃO: 15.10.13	TEMPO: 2'15	
1. Identificação do conflito:		
Este feriado foi atípico.		
2. Expectativa:		
Um dia de muita expectativa em torno das prisões em todo o país./ veja na reportagem de Cláudia Bontempo.		

4 IDENTIFICAÇÃO DOS PERSONAGENS

Conforme já explicitado no referencial teórico, buscamos compreender quais os papéis desempenhados pelas fontes de informação transformadas nos personagens mais comuns encontrados na ficção, como mocinho, vítima, herói, vilão – e suas variações, como vilão implícito, vilão punido, neomocinho ou vilão regenerado –, competidores (vencedor e derrotado), beneficiado, defensor ou fiscal, mediador, aliado/parceiro e expert/especialista³⁰. Nas 20 unidades de análise, encontramos 13 personagens, que apareceram 50 vezes, o que significa uma média de 2,5 personagens por reportagem (TABELA 21).

Tabela 21 – Distribuição dos personagens por reportagem

Defensor/fiscal	10
Aliado/parceiro	7
Vilão	6
Vilão implícito	5
Vítima	4
Mocinho	3
Neomocinho/ vilão regenerado (arrependido)	3
Beneficiado	3
Herói	2
Competidores (vencedor e derrotado)	2
Mediador	2
Expert/especialista	2
Vilão punido	1

Assim como o telejornalismo, a identificação dos personagens com os papéis desempenhados foi dinâmica, mudando ao longo do tempo de cobertura. Alguns personagens, como o ex-deputado federal Roberto Jefferson, foi identificado, inicialmente, como vilão regenerado, que, arrependido, foi capaz de denunciar um esquema de corrupção, e, depois, caracterizado como vítima, até chegar a ser, em algum momento, o herói, colocado em contraposição ao vilão.

A figura do ex-ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu, começou, aos poucos, a ser construída. Inicialmente, os resultados da pesquisa apontam que ele foi mostrado como um vilão implícito, aquela personagem que compactuava com o esquema, mas

³⁰ Os personagens utilizados nesta análise seguem o modelo utilizado por Coutinho (2012).

que não necessariamente participava dele. Ao longo da história, o papel de chefe, de mandante do esquema foi de delineando, ao ponto que, antes mesmo do julgamento começar, segundo o Jornal Nacional, Dirceu era o grande responsável pelo chamado Mensalão.

Os ministros do Supremo Tribunal Federal também mudaram de papéis ao longo da história. Na maioria das vezes, foram colocados como defensores, fiscais do cumprimento da lei. Entretanto, o que o Jornal Nacional classificou como disputa entre os ministros relator do processo, Joaquim Barbosa, e o revisor, Ricardo Lewandowski, deu o tom de boa parte da cobertura das sessões no STF. Os dois personagens foram colocados em posições opostas, logo, um representando o bem e outro representando o mal. Primeiramente, o foco foi na disputa. Portanto, conseguimos perceber quem foi o vencedor e quem foi o derrotado.

Depois, a evolução foi para a identificação de um, Joaquim Barbosa, como o herói, aquele que teve a coragem de punir o vilão e de outro, Ricardo Lewandowski, como alguém a serviço deste mal, um vilão implícito. Salientamos que um confronto explícito entre herói e vilão não ocorreu, porque os réus não estavam presentes no plenário. Portanto, esta guerra foi midiática, e a figura do vilão foi substituída pelo personagem que o estava representando naquela arena.

Notamos, ainda, que o próprio telejornal se inclui entre os personagens, ao assumir, em certos momentos, o protagonismo da história, como aconteceu no dia 30 de julho de 2012. Em uma das reportagens que explicava o escândalo, o off continha a seguinte frase: “No fim de julho o Jornal Nacional *revelou* que Sílvio Pereira tinha recebido de presente um carro de uma empresa que tinha negócios com a Petrobrás, a construtora GDK” (MAT 04). Percebemos como o JN se coloca no papel de mocinho, benfeitor, capaz de revelar atos ainda ocultos.

Para sistematizar a análise, vamos apresentar os resultados para cada um dos personagens, e não por reportagem, como fizemos na identificação do conflito. Assim, será possível perceber como o papel de cada um foi sendo construído junto com o desenrolar da história.

4.1 Revista Veja: mocinho

A Revista Veja é citada na primeira reportagem da série que pretendia resumir o desenvolvimento do escândalo, desde a denúncia até o início do julgamento. “O escândalo começou com a divulgação de um vídeo pela revista Veja” (MAT 01). Assim, a revista ganha o protagonismo no início da história ao desempenhar o papel de mocinho, de quem torna públicos atos ilícitos.

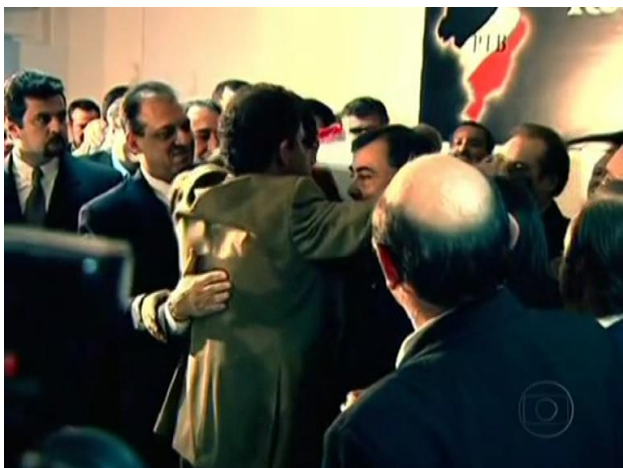
4.2 Maurício Marinho: beneficiado

Pelo texto da reportagem, percebe-se que este personagem é colocado no papel de beneficiado, porque aparece recebendo dinheiro. “O então funcionário dos Correios, Maurício Marinho, aparecia *recebendo propina e contando sobre um esquema montado dentro dos Correios pra desvio de dinheiro dos contratos com outras empresas*” (MAT 01).

4.3 Roberto Jefferson: vilão regenerado e vítima

A primeira reportagem a que se faz referência a Roberto Jefferson, exibida em 30 de julho de 2012, explica como surgiram as primeiras denúncias do que a imprensa, viria, mais tarde, a chamar de Mensalão. Na primeira parte da matérias, Jefferson é identificado como deputado federal e presidente do PTB. As imagens que acompanham o off mostram o personagem discursando no plenário do Congresso e, depois, sendo aplaudido, com uma bandeira do PTB nas mãos (Figura 1).

Figura 1: Roberto Jefferson sendo aplaudido com bandeira do PTB nas mãos



Em seguida, a reportagem mostra como ele se tornou o delator do que chamou de . O uso do verbo *denunciar* já remete à existência de um crime, já que significa uma tentativa de levar ao conhecimento público um ato ilegal. Diz o off: “Ao ser acusado no esquema dos Correios, resolveu *denunciar*, numa *entrevista bomba* ao Jornal Folha de São Paulo, a existência do Mensalão” (MAT 01), seguido pela sonora de Jefferson: “O maior esquema de corrupção que *eu* vi nos últimos anos” (MAT 01).

Na segunda reportagem da série, veiculada naquele mesmo dia, Jefferson aparece novamente como um neomocinho, ou vilão regenerado, na medida em que ressalta o fato de ele ter tentado alertar o então ministro José Dirceu, conforme o off: “Roberto Jefferson disse que recebeu quatro milhões de reais do PT sem declarar à Justiça Eleitoral. E que tinha contado ao então ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, tudo sobre o e a participação do tesoureiro do PT, Delúbio Soares” (MAT 02). Na sonora que segue o off, Jefferson diz: “A reação do presidente Lula foi a facada nas costas” (MAT 02). Nesta sonora, Jefferson aparece, ainda, encenando o gesto de quem leva uma facada nas costas (Figura 2). A imagem é seguida por uma trilha sonora.

Figura 2: Jefferson encenando o gesto de quem leva uma facada nas costas.



Já na terceira reportagem, veiculada na seqüência, Jefferson é classificado como vítima, mostrado em condições de saúde prejudicadas por um olho roxo (Figura 3). A reportagem abre com uma imagem em que uma enfermeira ou médica cuida do olho de Jefferson (Figura 4). Diz o off: “O personagem central da apareceu de olho roxo, *segundo ele* por causa de um acidente doméstico, e *disposto* a fazer novas revelações” (MAT 03). O uso do termo *segundo ele* parece colocar em dúvida a versão do acidente doméstico. O termo *disposto* o classifica como alguém que, apesar dos riscos a que pode estar submetido, tem coragem o suficiente para revelar a verdade. Chama a atenção, ainda, o uso da palavra *personagem*, o que demonstra claramente como a emissora atribuiu papéis às fontes de informação das reportagens.

Figura 3: Jefferson aparece no Congresso com olho roxo



Figura 4: Jefferson sendo atendido por enfermeira



A quinta reportagem da série exibida ainda em 30 de julho de 2012 retoma o depoimento de José Dirceu ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados em agosto de 2005. Já na cabeça da matéria, percebe-se o tom de confronto que o JN imprimiu ao acontecimento: “no congresso, um dos momentos mais marcantes. O autor das denúncias e um dos principais acusados ficaram frente a frente” (MAT 05). A passagem do repórter reforça ainda mais a expectativa de um conflito entre dois dos personagens mais marcantes da história até então: “O momento mais aguardado acabou frustrando muita gente. Não houve um debate aberto entre José Dirceu e o deputado Roberto Jefferson” (MAT 05).

Em lado oposto ao vilão José Dirceu, Jefferson é, então, mostrado novamente como vítima, porque ressalta o sentimento de medo dele, conforme a sonora do então presidente do PTB que compõe a reportagem: “Tenho *medo* de Vossa Excelência, porque Vossa Excelência provoca em mim os instintos mais primitivos” (MAT 05).

4.4 Jornal Nacional: mocinho

Em reportagem exibida em 30 de julho de 2012, o próprio telejornal se inclui como mocinho na história. Enfatiza, no off, o fato de ter sido o JN o responsável por revelar uma informação importante que ainda estava oculta. “No fim de julho o Jornal Nacional *revelou* que Sílvio Pereira tinha recebido de presente um carro de uma empresa que tinha negócios com a Petrobrás, a construtora GDK” (MAT 04).

4.5 Luiz Gushiken: vítima

Este personagem aparece na história na quarta reportagem exibida em 30 de julho de 2012. Diz o off:

O escândalo *atingiu*, então, o ex-ministro da Secretaria de Comunicação. Luiz Gushiken foi acusado de mandar o Banco do Brasil assinar contratos de publicidade sem licitação com a empresário DNA, de Marcos Valério e pagar antecipadamente mais de 20 milhões de reais à empresa. Em meio às denúncias, Gushiken acabou saindo do governo (MAT 04).

O uso do verbo *atingir* denota que ele sofreu as conseqüências do escândalo, sem, na verdade, fazer parte dele, tanto que na nota pé que encerra a reportagem, é

informado ao telespectador que, depois de concluída a investigação, foi pedida a absolvição do então ministro. Diferentemente de José Dirceu, que, segundo o off contido em reportagem exibida pela mesma edição do telejornal, *caiu* do governo ao deixar o ministério, Gushiken *acabou saindo*, o que expressa muito menos tensão.

4.6 Duda Mendonça: beneficiado

O personagem Duda Mendonça é descrito pela reportagem exibida em 30 de julho de 2012 como publicitário. Na primeira referência a ele, já aparece admitindo receber dinheiro não declarado, mas que isso era feito sob ordens de Marcos Valério. Portanto, já é eximido de culpa por ser colocado como alguém que cometeu um erro, mas apenas por obedecer ordens. Diz o off: “o publicitário Duda Mendonça *admitiu* publicamente que recebia pagamentos do PT numa conta bancária fora do Brasil, que *teria sido aberta por ordem* de Marcos Valério [...] Segundo o publicitário, o PT ainda *lhe deve* 14 milhões de reais, referentes à campanha de 2004” (MAT 04).

4.7 Sílvio Pereira: beneficiado

A primeira referência a Sílvio Pereira aparece na quarta reportagem da série sobre o divulgada em 30 de julho de 2012. Na cabeça, é identificado como secretário-geral do Partido dos Trabalhadores (PT). No off, aparece como alguém que foi beneficiado ao receber de presente um automóvel, mas mentiu no depoimento, contrariando a revelação feita pelo Jornal Nacional. “No fim de julho o Jornal Nacional revelou que Sílvio Pereira tinha recebido de presente um carro de uma empresa que tinha negócios com a Petrobrás, a construtora GDK. Era um Land Rover Defender, no valor de 80 mil reais” (MAT 04). E a matéria segue com a passagem do repórter: “Ele *mentiu* no depoimento à polícia Federal ao dizer que comprou o carro financiado” (MAT 04). O uso do verbo mentiu não deixa dúvidas de que a revelação do Jornal Nacional era verídica. Logo, a negativa o personagem em relação ao automóvel só poderia ser mentira.

Na edição do dia seguinte, de 31 de julho de 2012, Sílvio Pereira aparece mais uma vez como personagem coadjuvante. No off, é feito apenas um registro. “Dos

quarenta réus do início, Sílvio Pereira, que era secretário-geral do PT, aceitou proposta de suspensão condicional e, pra se livrar do processo, prestou serviços comunitários” (MAT 09).

4.8 Delúbio Soares: aliado

A primeira aparição de Delúbio Soares, identificado pelo JN como tesoureiro do PT, se dá em 30 de julho de 2012. No off, não é mencionado o nome dele, mas a entrevista de Delúbio é a selecionada para falar em nome do PT, como percebe-se no off: “No congresso, a *explicação* do PT era de que se tratava de caixa dois, dinheiro não declarado à Justiça Eleitoral, e não de ” (MAT 04). O uso do termo *explicação* salienta o fato do personagem estar ali na posição de acusado.

A sonora selecionada do personagem mostra, ainda, como ele pode ser classificado como um aliado do vilão corrupto, que ainda nega as acusações. “O Partido dos Trabalhadores, no ano...no ano.... durante 2003 e 2004 usou dum recurso não contabilizado para quitar dívidas das nossas campanhas. Todos nós, aqui nesta sala, sabemos como é feita uma campanha eleitoral” (MAT 04) (Figura 5).

Na edição do Jornal Nacional de 31 de julho, o papel de aliado desempenhado por Delúbio é reforçado, mas não a partir do texto de repórter, e sim pela entrevista do então Procurador-Geral da República, Antônio Fernando de Souza, que disse: “Aquele que *indicava* quem deveria receber o repasse, qual o valor correspondente” (MAT 08). O uso do verbo *indicava* o coloca como aliado do vilão, porque demonstra que ele não possuía total autonomia, apenas sugeria os nomes e os valores. Além da sonora, o JN utilizou recursos gráficos e exibiu uma foto em preto e branco dos acusados (Figura 6).

Figura 5: sonora de Delúbio Soares falando em nome do PT

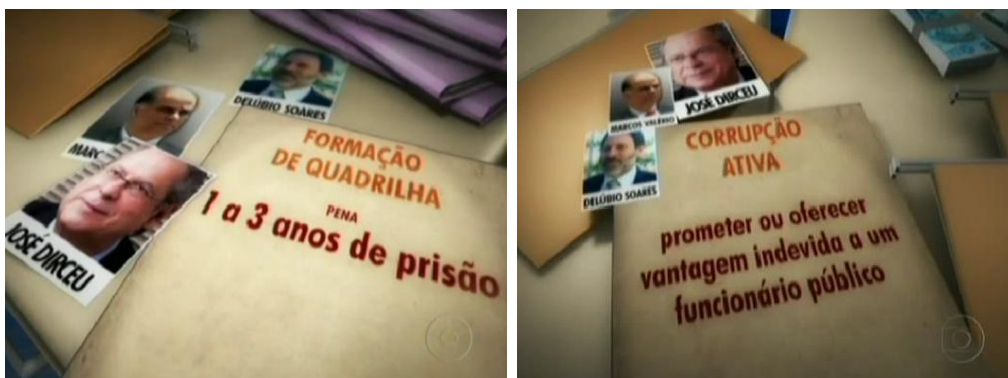


Figura 6: recurso gráfico de alteração das cores da imagem para preto e branco



Ainda sem citar no texto o nome do personagem, a imagem dele aparece, com frequência, entre os três principais réus do processo. Foi assim em outra reportagem da série exibida em 31 de julho. No off, o texto era o seguinte: “A maior parte dos envolvidos é acusada de formação de quadrilha, que tem pena mínima de um ano de prisão, máxima de três” (MAT 10). Mas nas imagens, criadas por computador e que utilizam pastas de arquivo, com textos indicando os crimes de que são acusados, com as penas previstas, estão as fotos de José Dirceu, Marcos Valério e Delúbio Soares. A própria ordem em que estão colocadas as fotos indica o papel desempenhado por cada um dos personagens na trama (Figura 7).

Figura 7: imagens criadas por computador com fotos dos réus e indicação do crime de que são acusados



O nome de Delúbio aparece, ainda, no corpus de pesquisa, em reportagem de uma série veiculada em 23 de outubro de 2012, que pretendia fazer um resumo do que de mais importante havia acontecido no julgamento até então. O seu advogado de defesa também pode ser enquadrado como um aliado, já que está defendendo outro aliado do grande vilão. Pelo texto da passagem da repórter fica claro o rumo que a história foi tomando, de punir o mal.

Assim, argumentos de vários advogados foram contestados, e teses derrubadas. Logo no início, antes mesmo de o caso chegar aqui no supremo, os *envolvidos* tentaram convencer de que o que se chamava de , na verdade, se tratava de caixa dois, dinheiro doado por terceiros, mas não declarado à justiça eleitoral” (MAT 15).

A sonora escolhida para seguir-se a esta passagem foi a do advogado de defesa de Delúbio. “Delúbio é um homem que não se furta responder por aquilo que fez. Ele só não quer ser condenado por aquilo que não fez. Que ele operou um caixa dois em campanha, operou, que isso é ilícito, é ilícito, e isso ele não nega” (MAT 15).

O capítulo final da história mostra, ainda, este personagem sendo punido por sua associação ao vilão. Em 15 de novembro de 2013, os mandatos de prisão contra doze condenados do processo foram expedidos. Então, o nome de Delúbio Soares volta a aparecer no off da reportagem. Uma foto sua é utilizada junto com uma imagem criada por computador, onde consta o tipo de regime e a pena que ele terá que cumprir. A foto foi colocada dentro de uma cela de prisão. Com isso, o Jornal Nacional prendeu os condenados antes mesmo da Polícia (Figura 8).

Figura 8: arte com foto de Delúbio Soares dentro de uma cela de prisão.



4.9 Marcos Valério: principal aliado

Marcos Valério aparece pela primeira vez na terceira reportagem da série veiculada em 30 de julho de 2012. É identificado pelo telejornal como “um empresário da área de propaganda de Minas Gerais, e que seria o responsável pelo dinheiro do Mensalão” (MAT 03). A descrição do personagem não deixa dúvidas a respeito do papel fundamental que lhe é atribuído, o de responsável pelo dinheiro. É, portanto, colocado como alguém que viabilizou todo o esquema de corrupção. Segue o off:

Pra tentar *justificar* tanto dinheiro que saiu das contas dele, Valério contou que tomava empréstimos bancários e repassou o dinheiro para o PT pagar despesas de campanhas eleitorais. Disse, também, que foi avalista de um dos empréstimos do partido, no valor de dois milhões e 400 mil reais, mas *negou* qualquer irregularidade (MAT 03).

O uso do verbo *justificar* já o coloca, desde o primeiro momento, como um personagem que precisa provar sua inocência, logo, só precisa fazer isso quem pé considerado culpado. O uso dos termos “negou qualquer irregularidade” também remete ao contrário, de que havia a suspeita de irregularidade.

Nas reportagens veiculadas no dia seguinte, em 31 de julho de 2012, não há menção ao nome de Marcos Valério em offs, sonoras ou passagens. Entretanto, sua foto aparece em imagens criadas por computador e figura, com frequência, entre os três principais réus, junto com José Dirceu e Delúbio Soares. Geralmente, a foto de José Dirceu aparece em primeiro plano, seguida pelas fotos dos outros dois réus. A maneira como estão colocadas as imagens reforça o papel de Marcos Valério como um dos principais aliados do vilão (Figura 7).

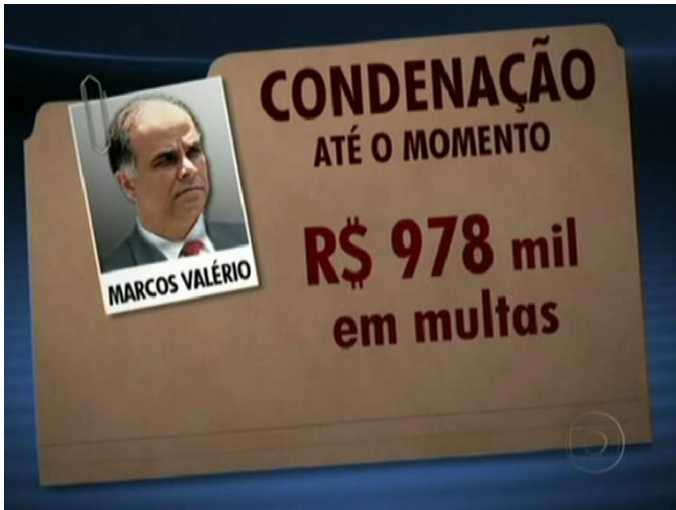
Em 23 de outubro de 2012, na série de reportagens que recuperou os acontecimentos ligados ao julgamento até então, Valério começa a ser mostrado como o aliado punido por seus atos. Mais do que isso, a entrevista do relator do processo escolhida para compor a matéria demonstra que seus atos são considerados pelo personagem Joaquim Barbosa muito além da própria ação penal, com conseqüências que atingem toda a nação.

Como a quadrilha alcançou um dos seus objetivos, que era a compra de apoio político de parlamentares federais, esse fato, a meu ver, *colocou em risco o próprio regime democrático, a independência dos*

poderes e o próprio sistema republicano, que é um dos pilares do nosso regime político (MAT 12).

A imagem criada por computador com a foto do personagem reforça a punição do aliado do vilão. Sua foto aparece anexada a uma pasta, de cor envelhecida, como uma daquelas retiradas de um arquivo policial (Figura 9).

Figura 9: imagem criada por computador com foto de Marcos Valério exibida em reportagem do JN de 23 de outubro de 2012.



O personagem volta a aparecer no final da história, quando teve sua prisão decretada. Em 15 de novembro de 2013, aparece junto com a lista de vilões e aliados que foram punidos pelos crimes. O texto que faz referência a seus nomes é breve. Apenas uma frase que registra que Valério terá que começar a cumprir pena em regime fechado, segundo o ministro Joaquim Barbosa. Mas, nesta reportagem, a imagem contribui muito para a formação deste significado. É uma imagem criada por computador, com uma cela de prisão sendo fechada (Figura 10). Dentro dela, são colocadas as fotos dos condenados cujas prisões foram decretadas. A foto de Marcos Valério é a primeira a aparecer (Figura 11). Com isso, reforça-se a ideia de que, antes mesmo da polícia, o próprio Jornal Nacional prendeu os culpados.

Figura 10: imagem criada por computador de cela de prisão sendo fechada

Figura 11: foto de Marcos Valério dentro da cela



4.10 José Genoíno: principal aliado, mediador

O personagem José Genoíno aparece a partir da quarta reportagem veiculada em 30 de julho de 2012. Na cabeça da reportagem, é identificado como “então presidente do PT”. Já na primeira parte da reportagem, diz o off: “o presidente do PT apresentou uma explicação para a assinatura dele ao lado do nome de Marcos Valério no contrato dos empréstimos José Genoíno disse que tinha assinado os documentos sem ler” (MAT 04). A entrevista de Genoíno escolhida para compor a matéria era a seguinte:

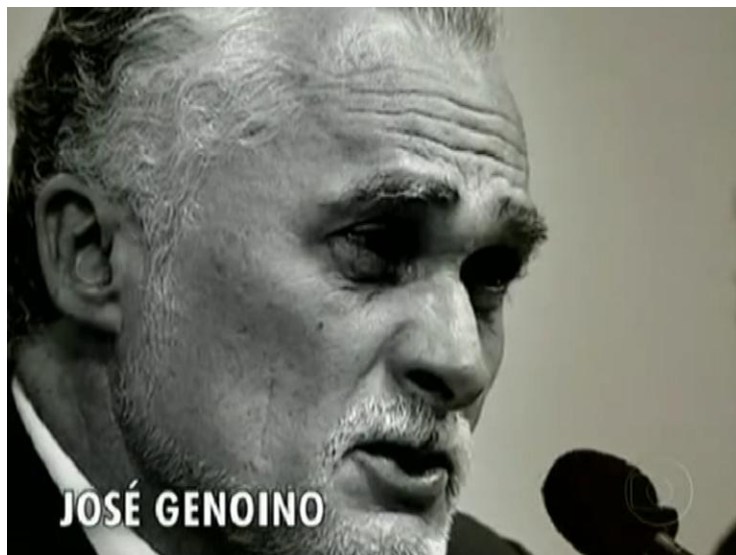
Esse empréstimo que teve o aval de Marcos Valério eu assinei em confiança ao companheiro Delúbio, e no PT é normal os dirigentes assinarem cheque, assinarem contrato em confiança a outro dirigente. Eu não conhecia Marcos Valério, a relação dele é com Delúbio e eu assinei em confiança ao Delúbio (MAT 04)

Já no primeiro momento, Genoíno é apresentado se defendendo de uma acusação, como alguém que precisa se explicar. Salienta o fato de que a assinatura dele estava ao lado do nome de Marcos Valério. Esta reportagem está na sequência de outra que apresenta Marcos Valério como operador do dinheiro do Mensalão. Portanto, posiciona Genoíno também como aliado do vilão e só depois apresenta a explicação dele para a assinatura.

Na edição do dia seguinte, 31 de julho de 2012, a reportagem o classifica como mediador, aquele que possui o papel de intermediário entre o grande vilão e os demais integrantes do esquema de corrupção, conforme sonora do então Procurador-Geral da República: “aquele que *negociava* com integrantes de partidos da base aliada, oferecendo *vantagem* em troca de voto” (MAT 07). A foto utilizada de Genoíno, em

preto e branco, corrobora a ideia de que ele desempenha, na história, uma função ligada ao vilão, ao mal (Figura 12).

Figura 12: foto em preto e branco de José Genoíno utilizada em reportagem do JN de 31 de julho de 2012.



Nova menção ao personagem é feita na quinta reportagem da série veiculada em 23 de outubro de 2012. Embora ele, como os outros réus, não apareça por não estar presente no julgamento, é citado pelo seu advogado. A entrevista do advogado abre a reportagem e vem depois da cabeça dos apresentadores, que diz: “a maioria dos ministros concordou com os argumentos do procurador-geral da República de que eram fraudulentos e de que foi usado dinheiro público para a compra de votos de parlamentares” (MAT 16).

Logo, a fala do advogado é utilizada apenas para ilustrar como o argumento não convenceu. Portanto, o Jornal Nacional utiliza a sonora para dizer o contrário do que afirma o advogado. “Esses dois contratos nos quais Genoíno era avalista são contratos absolutamente legítimos. *Não são* contratos falsos, como disse o Procurador-Geral da República (MAT 16). Ao escolher a parte em que o advogado diz que os contratos não são falsos, o JN reforça a ideia de que são.

No corpus de análise, José Genoíno volta a aparecer em 15 de novembro de 2013, com a prisão de doze condenados decretada. Assim como outros personagens, sua foto é utilizada junto com imagem criada por computador e posta dentro de uma cela de

prisão. Assim, a punição de um dos principais aliados do vilão e que, também, exerceu o papel de mediador, está assegurada (Figura 13).

Figura 13: foto de Genoíno em imagem criador por computador de cela de prisão.



4.11 José Dirceu: vilão

Desde as primeiras reportagens, José Dirceu já aparece como vilão. Mas, no início, sua ação ainda está implícita e vai crescendo conforme o desenrolar da história. Seu nome aparece na segunda matéria do dia 30 de julho de 2012, segundo o telejornal citado por Roberto Jefferson.

Para o plenário lotado do Conselho de Ética, Roberto Jefferson disse que recebeu quatro milhões de reais do PT sem declarar à Justiça Eleitoral. E que tinha contado ao então ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, tudo sobre o Mensalão e a participação do tesoureiro do PT, Delúbio Soares (MAT 02)

A reportagem segue com trecho da entrevista de Jefferson: “Zé, tem um negócio ruim que tá acontecendo, tá um buxixo na casa que tá ruim, partidos da base que estão distribuindo pros seus deputados uns 30 mil reais” (MAT 02). No off, o seguinte texto: “ E usou um estilo teatral para dar um conselho a José Dirceu em tom de ameaça” (MAT 02), seguido por mais um trecho da entrevista: “Zé Dirceu, se você não sair daí rápido, você vai fazer réu um homem inocente que é o presidente Lula” (MAT 02).

No off, seguinte, a primeira consequência das denúncias para Dirceu: “Poucos dias depois, o ministro-chefe da casa civil caiu” (MAT 02). A escolha pelo verbo *cair* denota uma certa tensão, porque cair significa ir abaixo, perder o equilíbrio. Bem diferente do termo utilizado para designar o momento em que Luiz Gushiken deixou o

cargo. Segundo o JN, ele acabou “saindo do governo”. Além disso, as imagens do anúncio da saída de Dirceu foram colocadas dentro de outra imagem criada por computador, de uma pasta de arquivo, com a indicação da data. Em nossa análise, entendemos a dimensão histórica que o Jornal Nacional atribuiu ao fato (Figura 14).

Figura 14: Anúncio da saída de José Dirceu do governo



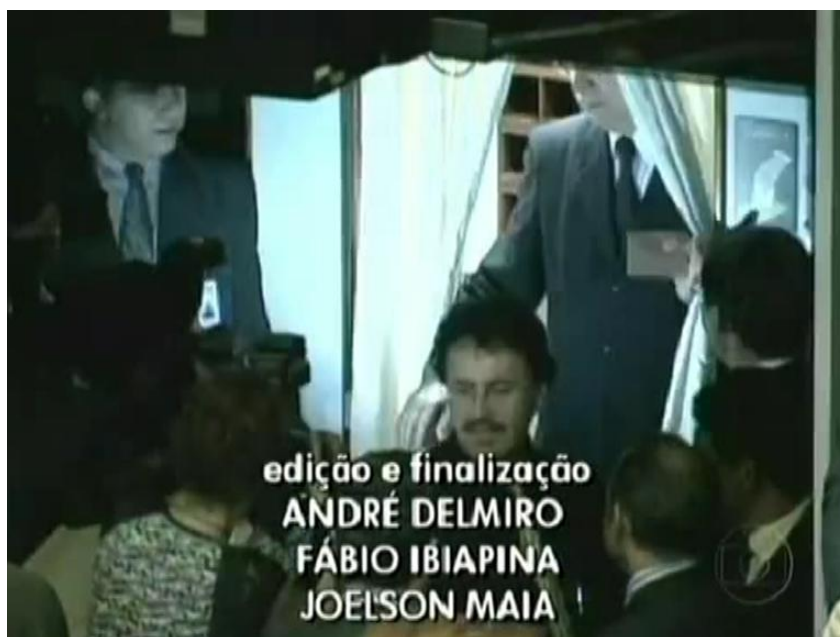
A ideia de José Dirceu como o grande vilão da história começa a se reforçar na quinta reportagem da série veiculada em 31 de julho de 2012. O Jornal Nacional o confrontou com Roberto Jefferson, que, naquele momento, passou a assumir o papel de vítima, embora este confronto não tenha sido real, não tenha acontecido na prática. Já na cabeça da matéria fica estabelecido o conflito: “No congresso, um dos momentos mais marcantes. O autor das denúncias e um dos principais acusados ficaram frente a frente” (MAT 05).

A própria entrevista de Dirceu escolhida para compor a reportagem coloca o vilão na defensiva: “Não organizei, não sou chefe, jamais permitiria compra de votos e pagamento de parlamentares” (MAT 05).

Nas reportagens na edição do dia seguinte, de 31 de julho de 2012, Dirceu já aparece na primeira delas, como um dos deputados que tiveram mandato cassado. Já neste momento, percebe-se a postura do JN em ver o vilão da história vencido, como demonstra a passagem da repórter: “Os três cassados estão inelegíveis. Pedro Correa até

2014. Jefferson e Dirceu até 2013. Pelas contas do próprio Dirceu, ele estará com setenta anos de idade” (MAT 07). Dirceu é o único entre os cassados sobre quem foi mencionada a idade que terá quando puder se candidatar novamente. A imagem que encerra esta reportagem dá ainda mais elementos dramáticos. É a imagem de Dirceu saindo por detrás de uma cortina e sendo iluminado pelos flashes das máquinas fotográficas (Figura 15), reforçando a sensação de que suas ações, que até então teriam se desenrolado em segredo, agora passam a ser de conhecimento público.

Figura 15: imagem que encerra a primeira reportagem da série veiculada em 31 de julho de 2012.



Na segunda reportagem, a figura de Dirceu como vilão começa a ficar mais forte, através das palavras do então Procurador-Geral da República: “Tinha ciência de todos os passos dos demais membros do núcleo central da organização criminosa” (MAT 08). Na reportagem seguinte, ele aparece, pela primeira vez, como comandante do esquema de corrupção. “Para a procuradoria-geral da república, o existiu e foi comandado pelo ex-ministro do governo Lula, José Dirceu” (MAT 09). O verbo *comandar* refere-se à ação de alguém com autoridade sobre outro alguém, daquele que ordena, que manda.

Na matéria exibida na seqüência, o próprio telejornal assume percebê-lo como protagonista do caso. “O *principal personagem do caso*, o ex-ministro José Dirceu, foi

apontando pelo então procurador Antonio Fernando, na primeira denúncia, como *chefe da quadrilha* (MAT 11). Em todas as imagens criadas por computador, a foto de Dirceu aparece com destaque quando o off se refere ao crimes de que são acusados alguns réus. Outros réus aparecem nas imagens, mas, no off, faz-se a menção apenas a Dirceu (Figura 16).

Figura 16: imagem criada por computador exibida em reportagem do JN de 31 de julho de 2012.



Dirceu volta a ser citado em reportagem exibida no dia 23 de outubro de 2012. Embora não estivesse presente no julgamento, é representado pelo seu advogado, cuja entrevista selecionada para compor a reportagem diz o seguinte: “Meu cliente não é quadrilheiro. Meu cliente não é chefe de uma organização criminosa. E quem diz isso são os autos” (MAT 16). O advogado já aparece negando que seu cliente seja chefe de quadrilha, embora esta afirmação não tenha sido feita no texto da reportagem. O termo, portanto, não foi utilizado pelo repórter, mas pelo advogado. Assim, pelo efeito contrário, coloca Dirceu na posição de mandante do esquema.

No off que segue à entrevista do advogado, a repórter complementa: “E no último dia do julgamento, o veredito duro sobre José Dirceu, homem forte do primeiro governo Lula e o seu núcleo político” (MAT 16). É considerado, no texto, um *homem forte* e, portanto, não poderia ser vítima. No texto também não está explícito que ele é considerado o chefe do esquema, mas percebemos esta classificação através das sonoras

escolhidas e também pelo fato de ser atribuída a ele a posse do núcleo político. Assim, fica classificado como o grande vilão da trama.

No fim da história, o vilão aparece, no dia 15 de novembro de 2013, sendo punido. Assim como outros personagens aliados a ele, tem sua foto colocada em imagem criada em computador dentro de uma cela, quando o ministro Joaquim Barbosa expede os mandados de prisão. Dirceu entregou-se à polícia, de fato, naquela noite, mas não a tempo de ser noticiada pelo Jornal Nacional. E, como frequentemente o tempo da televisão está descolado do tempo dos acontecimentos no mundo, o JN, através de imagens computadorizadas, antecipou a prisão de Dirceu e outros condenados (Figura 17).

Figura 17: foto de Dirceu em imagem criada por computador de cela de prisão, em reportagem exibida pelo JN em 15 de novembro de 2013.



4.12 Antônio Fernando de Souza: defensor

Este personagem aparece na segunda reportagem da série veiculada em 31 de julho de 2012. É identificado pelo telejornal como “então Procurador-Geral da República”.

Toneladas de papel compõem o processo. O então Procurador-Geral da República, Antônio Fernando de Souza denunciou ao Supremo 40 suspeitos de envolvimento no Mensalão. E disse que o esquema foi montado com base em três núcleos: o político, o operacional, e o financeiro (MAT 08)

O uso do termo “toneladas de papel” evidencia a dificuldade do trabalho deste personagem que, apesar disto, persistiu e concluiu sua missão como defensor. Na sequência da reportagem aparece sendo atacado pelos advogados de defesa, que argumentam que o procurador não apresentou provas para as denúncias. Entretanto, a reportagem salienta o fato de que este personagem, no papel de defensor, resistiu às acusações e continuou defendendo a existência de um esquema. “O procurador defendeu a tese de que o esquema de pagamento em troca de apoio político existiu e detalhou o que considera ter sido o papel de cada um” (MAT 08).

4.13 Roberto Gurgel: expert/especialista

É mencionado nas reportagens exibidas em 31 de julho de 2012 e desempenha o papel de especialista. A cabeça lida pelos apresentadores apresenta o personagem da seguinte maneira: “Em 2007, começou a chamada instrução do processo da justiça, e todos os réus foram ouvidos novamente. Até que, no ano passado, o Procurador-Geral da República apresentou as suas alegações finais” (MAT 09). Pelo uso do termo “alegações finais”, a palavra dele é colocada como a palavra de alguém que entende do assunto e, portanto, deve ser seguida. E a reportagem continua:

Para a procuradoria-geral da República, o Mensalão existiu e foi comandado pelo ex-ministro do governo Lula, José Dirceu. O procurador Roberto Gurgel repetiu seu antecessor, Luiz Fernando de Souza e disse que se tratou de um esquema de desvio de dinheiro público montado pra subornar parlamentares em troca de apoio ao governo no Congresso. Em julho do ano passado, o procurador-geral, Roberto Gurgel, *pediu* a condenação de trinta e seis réus (MAT 09).

Na sequência do off, é veiculada a entrevista do procurador: “A prova é suficiente para que o Supremo Tribunal Federal os condene, como requerido pelo Ministério Público Federal” (MAT 09). Esta parte da entrevista alerta para o fato de que ele está atento às provas contra os réus. No caso do off, o verbo *pediu*, que pode, conforme o dicionário, significar *solicitou* ou *implorou*, parece estar mais adequado ao sentido de *exigiu*, já que é utilizado depois que, no off, está explícita a alegação final do procurador, afirmando a existência do Mensalão.

4.14 Ministro Ayres Britto: competidor vencido, mediador

De maneira geral, os ministros do Supremo Tribunal Federal foram mostrados como defensores rígidos, fiscais do dinheiro público e da corrupção. Em uma das reportagens veiculadas em 23 de outubro de 2012, isto pode ser percebido a partir da edição que utiliza duas sonoridades seguidas dos ministros apenas com a palavra *condeno*. Ou ainda, de um trecho da passagem da repórter que diz: “Foram mais de duzentas horas de julgamento e daqui, de dentro deste plenário, também saíram lições que vão ecoar por toda a sociedade brasileira” (MAT 18). O uso da palavra *lições* demonstra o papel de defensores exemplares que foi atribuído aos ministros. A frase também demonstra como o julgamento da Ação Penal foi considerado, pelo Jornal Nacional, muito além dela, alastrou-se para toda a sociedade.

Mas, cada um dos ministros desempenhou, particularmente, um papel. No corpus de pesquisa, o então presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Carlos Ayres Britto, é mostrado como um competidor derrotado, conforme o off: “Os ministros Ayres Britto, Gilmar Mendes e Dias Toffoli discordaram, mas acabaram vencidos” (MAT 12). Entretanto, o papel que recebeu o maior destaque no telejornal foi o de mediador. Foi na primeira reportagem da série que pretendia resumir o que de mais importante havia acontecido no julgamento até então, exibida em 23 de outubro de 2012. Diz o trecho da reportagem:

No centro do plenário, *dando o ritmo e cuidando das normas*, o presidente do tribunal. Ora firme. Eu indefiro a questão de V. Excelência. Mas eu não sustentei, presidente. Mas eu indefiro. Ora conciliador. Sr. Presidente, eu quero que V. excelência me garanta a palavra. Vamos ouvir o voto do eminente...ministro revisor (MAT 14).

Percebemos que esta classificação é dada através do off, onde ele é identificado como alguém que imprime o ritmo, assume o comando através das regras, mas, ao mesmo tempo, faz o papel de mediador entre as partes, como percebemos através do uso do adjetivo *conciliador*. Também ressalta qualidades pessoais, como *firme* e *conciliador*.

As características pessoais do mediador também são destacadas no trecho que encerra a reportagem e salienta o fato do ministro usar poesia no tribunal. “O universo e a esperteza humana não tem limites. Sobre o primeiro eu tenho dúvida” (MAT 14). Em outra matéria veiculada na mesma edição, dedicada a recuperar frases ouvidas no

plenário do supremo que, segundo o Jornal Nacional, frases ajudariam a dar a “dimensão histórica do momento”. A sonora do mediador escolhida para se juntar a outras é a seguinte: “Nordestinamente eu diria isto mesmo: gosto de jiló, gosto de mandioca roxa, gosto de berinjela crua, ou seja, algo de vinagre, algo de fel, fica no céu da boca do magistrado que se vê na obrigação de condenar alguém” (MAT 14).

A imagem corrobora com esta visão do Jornal Nacional de que o julgamento foi histórico. Acompanhavam as sonoras dos ministros imagens criadas por computador com uma folha de cor amarelada anexada na entrevista, que parecia ter sido tirada de um arquivo (Figura 18).

Figura 18: imagem extraída de reportagem do JN de 23 de outubro de 2012.



4.15 Ministra Cármen Lúcia: defensora

À ministra do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, é designado o papel de defensora rígida, como percebemos pelo uso do termo “duramente”, no off: “dias depois, na hora de julgar, os ministros responderam duramente” (MAT 15). A este trecho da reportagem, seguiu-se a entrevista da ministra:

Acho estranho e muito, muito grave que alguém diga, com toda a tranqüilidade que, ora, houve caixa dois. Caixa dois é crime. Caixa dois é uma agressão à sociedade brasileira. Caixa dois compromete, mesmo que tivesse sido isso, ou só isto, e isto não é só, e isto não é pouco, e dizer isto na tribuna do Supremo Tribunal, ou perante

qualquer juiz me parece, realmente, um grave...porque fica parecendo que ilícito, no Brasil, pode ser praticado, confessado e tudo bem (MAT 15).

Em outra reportagem, a sonora da ministra escolhida é:

Corrupção significa não alguém que foi furtado de alguma coisa, mas significa que uma sociedade inteira foi furtada, a ministra Rosa lembrava num dos primeiros votos, pela escola que não chega, pelo posto de saúde que não se tem, e eu acho que esse julgamento dá exatamente o testemunho de que, no estado de direito, a política é, sim, necessária pra qualquer lugar deste planeta de bem (MAT 18).

Assim, entendemos que, mais do que julgar a Ação Penal 470, a ministra foi escolhida para desempenhar o papel de defensora do país contra a corrupção.

4.16 Ministro Gilmar Mendes: competidor derrotado, defensor

Na primeira reportagem em que este personagem é mencionado, em 23 de outubro de 2012, ele aparece na posição de competidor derrotado, conforme demonstra o off: “Os ministros Ayres Britto, Gilmar Mendes e Dias Toffoli discordaram, mas acabaram vencidos” (MAT 12). Em outra reportagem da mesma edição, é classificado como defensor, junto com outros ministros do STF. A sonora escolhida para compor a matéria que explicava a condenação de 25 réus é a seguinte: “O que se criou foi um fundo, não é, a rigor, esse, esse...o nome que usa, mas se criou um fundo, não é, alimentado por recursos públicos, inclusive, e com recursos privados, para, é, fidelizar, não é, essa base partidária” (MAT 15).

4.17 Ministro Celso de Mello: defensor, vilão

Ao ministro Celso de Mello foi atribuído o papel de defensor em duas reportagens veiculadas em 23 de outubro de 2012. Na primeira vez, foi na reportagem que pretendia mostrar como o Supremo considerou que empréstimos de dinheiro em bancos públicos eram usados para a compra de votos de parlamentares. Antes da entrevista do ministro, o off anunciava: “E no último dia do julgamento, o veredito duro sobre José Dirceu, homem forte do primeiro governo Lula e o seu núcleo político” (MAT 16). Foi seguido pela entrevista de Celso de Mello: “Eu nunca vi algo tão claro, a não ser essas outras associações criminosas que, na verdade, tantos males causam aos

cidadãos brasileiros, como as organizações criminosas existentes no Rio de Janeiro e aquela, perigosíssima, hoje em atuação no estado de São Paulo” (MAT 16). Nesta situação, portanto, o personagem aparece comparando a atuação de José Dirceu com a de outras associações criminosas.

Na última reportagem exibida em 23 de outubro sobre o resumo do julgamento, as frases de Celso de Mello, como defensor do próprio país, são colocadas com o peso de frases históricas: “Foram mais de duzentas horas de julgamento e daqui, de dentro deste plenário, também saíram lições que vão ecoar por toda a sociedade brasileira” (MAT 18). A entrevista escolhida para se seguir à passagem da repórter foi: “Agentes públicos que se deixam corromper, qualquer que seja a sua posição, são eles corruptos e corruptores, os profanadores da república, os subversivos da ordem institucional, são eles os delinquentes, marginais da ética do poder” (MAT 18). A mesma imagem criada por computador utilizada para compor as falas de outros ministros também é usada na entrevista de Celso de Mello (Figura 19).

Figura 19: imagem extraída de reportagem do JN de 23 de outubro de 2012.



Entretanto, no dia 18 de setembro de 2013, o ministro Celso de Mello ganhou muito destaque nos noticiários, incluindo o Jornal Nacional. É porque ele foi o último a votar sobre os chamados embargos infringentes, que podem significar um novo julgamento para crimes que obtiveram quatro votos favoráveis. A questão dividiu as

opiniões dos outros ministros e a votação ficou empatada. Ficou a cargo de Celso de Mello, o último a votar, decidir sobre os recursos.

A reportagem começou retratando a participação de manifestantes em frente ao Supremo. Os manifestantes foram classificados como fiscais, pessoas que estavam ali fiscalizando a atuação do judiciário, pedindo o cumprimento das penas, a devolução do dinheiro e tentando impedir que o julgamento se arraste por mais tempo.

Em frente ao Supremo, protesto e segurança reforçada. Os manifestantes pediam a punição dos condenados no julgamento do Mensalão, a devolução do dinheiro desviado no esquema e a rejeição dos chamados embargos infringentes, recursos que adiam o fim do julgamento por prazo indeterminado. Lá dentro, dava para ouvir o barulho (MAT 19).

O uso da frase *“lá dentro dava para ouvir o barulho”* demonstra como a reportagem salientou o fato de que os manifestantes se fizeram ouvir pelo Supremo, colocando a responsabilidade em não atender à demanda popular ao ministro. No início do off, os termos *“segurança reforçada”* remetem à sensação de que o clamor popular não estaria chegando aos ouvidos do supremo, que a corte estaria isolada do que deseja o povo.

Assim, neste contexto, o ministro Celso de Mello acabou assumindo, temporariamente, o papel de vilão. Percebemos, pela escolha das falas do personagem, como ele foi colocado explicando-se do fato de não estar atendendo ao clamor popular, materializado no início da reportagem pela aparição dos manifestantes/fiscais. Salientou-se o fato de ele ser o ministro mais antigo da corte e, portanto, alguém que deveria ser detentor de maior sabedoria. Em suas mãos, estava a “responsabilidade” de desempatar o jogo. Seu voto foi, portanto, decisivo, segundo o telejornal, como mostra o off: “Nas mãos do ministro Celso de Mello, a responsabilidade de desempatar o jogo. O ministro mais antigo da corte foi o último a se manifestar. Num voto de duas horas e cinco minutos, ele explicou porque aceitou mais essa possibilidade de recurso para os condenados” (MAT 19).

Neste caso, ressaltamos o uso de estratégias de referencialidade, como a hora exata em que começou a sessão, além do tempo que durou a explicação do voto do ministro. Na passagem da repórter, a frase que diz “mais essa possibilidade de recurso para os condenados” demonstra que os condenados já teriam tido inúmeras chances de defesa. Podemos entender que, mesmo assim, Celso de Mello votou a favor dos

embargos infringentes o que, segundo o telejornal, “adiam o fim do julgamento por prazo indeterminado”, como está descrito no início da reportagem. O texto ressalta ainda, três nomes que seriam beneficiados com o recurso, embora doze condenados terão direito. “É o caso do ex-ministro José Dirceu, e dos deputados petistas João Paulo Cunha e José Genoíno” (MAT 19).

4.18 Ministro Ricardo Lewandowski: vilão implícito

No dia 23 de outubro de 2012, uma das reportagens que resumia o julgamento enfatizou as discussões entre os ministros relator do processo, Joaquim Barbosa, e do revisor, Ricardo Lewandowski. Na cabeça da reportagem, o apresentador disse: “No plenário, houve momentos de tensão e debates muito acalorados. O relator, Joaquim Barbosa, e o revisor, Ricardo Levandowski, divergiram inúmeras vezes” (MAT 14). No início do off, a repórter já posicionou os ministros um contra o outro: “Joaquim Barbosa, o relator, e Ricardo Lewandowski, o revisor, sentam-se quase de frente um para o outro. Muitas vezes, em lados opostos, também, nas ideias e argumentos” (MAT 14).

A ênfase no posicionamento oposto dos ministros colocou Ricardo Lewandowski na posição de vilão. Não como o grande vilão da história, José Dirceu, mas como alguém que, na ausência do protagonista, assumiu este papel. Seus argumentos são colocados sempre em contra-ataque, ou seja, discordando do que Barbosa já disse. Isto o caracteriza na posição de antagonista, oposto ao papel do protagonista do julgamento, o herói. O vilão age com arrogância, como percebemos pela escolha das sonorais “Vossa Excelência não dirá a mim o que eu tenho que fazer” e “E, por favor, não me dê conselhos”. Além disso, é classificado pelo relator como alguém ofensivo, como percebemos pela sonora “Isso é uma ofensa, ministro. Não venha Vossa Excelência também me ofender” (MAT 14).

Entretanto, ao observamos o conjunto das reportagens analisadas no corpus de pesquisa, entendemos que o papel de grande vilão é atribuído ao ex-ministro José Dirceu que, como todos os outros réus, estava ausente nas sessões. Assim, seria mais indicado classificar o ministro revisor do processo como um vilão implícito, como alguém que está a serviço do vilão, aquele que tenta impedir os atos do herói.

4.19 Ministro Joaquim Barbosa: vítima, competidor, defensor, herói

A ação do ministro Joaquim Barbosa, assim como observamos com outros personagens, foi sendo retratada de diversas maneiras e com uma certa evolução ao longo da trama. Na primeira reportagem em que aparece no corpus de pesquisa, em 23 de outubro de 2012 é mostrado como o competidor que vence pela adesão da maioria e que, portanto, recebe o direito de tomar as decisões.

O relator, Joaquim Barbosa, propôs que os ministros que absolveram réus do processo não votassem pra estipular o tamanho da pena. Os ministros Ayres Britto, Gilmar Mendes e Dias Toffoli discordaram, mas acabaram vencidos. O relator Joaquim Barbosa decidiu fixar as penas réu por réu, crime por crime (MAT 12).

O papel de defensor do país contra a corrupção já começa a se estabelecer pela escolha da fala do ministro que compôs a reportagem, porque salienta o fato de que o crime em julgamento é maior do que a Ação Penal, mas coloca em risco a democracia.

Como a quadrilha alcançou um dos seus objetivos, que era a compra de apoio político de parlamentares federais, esse fato, a meu ver, colocou em risco o próprio regime democrático, a independência dos poderes e o próprio sistema republicano, que é um dos pilares do nosso regime político (MAT 12).

Na reportagem seguinte, Barbosa desempenha o papel de vítima. O off salienta aspectos particulares, como a dor na coluna, e não o trabalho como ministro. Podemos perceber a vitimização do personagem a partir do verbo *sofreu*: “O relator Joaquim Barbosa *sofreu* com as dores na coluna” (MAT 13). O off explicaria imagens que marcaram as reportagens e transmissões sobre o julgamento, do ministro levantando-se da cadeira todo o tempo (Figura 20).

Figura 21: ministro Joaquim Barbosa em pé, durante julgamento. Imagem veiculada no JN em 23 de outubro de 2012.



Ao analisarmos a seqüência da história sobre o julgamento do Mensalão, perceberemos, até agora, a falta de um herói. Encontramos vilões arrependidos, vítimas, vilões, aliados, mediadores, fiscais e outros personagens. Estava faltando um personagem que se encaixasse neste papel. E ele foi Joaquim Barbosa. A terceira reportagem com um resumo do julgamento exibida em 23 de outubro consagrou o relator do processo neste papel. O texto vai nos mostrando como os argumentos do ministro relator foram sempre acatados pela maioria dos juízes. Ele saiu, portanto, vencedor na disputa com o revisor, o antagonista, como mostra o texto da reportagem a seguir:

A primeira discussão foi no primeiro dia de julgamento. Discordaram sobre um pedido dos advogados para que o Supremo só julgasse os réus com foro privilegiado. Barbosa não concordava com o desmembramento. Os ministros se manifestaram e o pedido foi derrubado (MAT 14).

O termo *derrubado*, que provém do verbo derrubar, é usado no sentido de posto abaixo, cair, como destruir um inimigo. A reportagem seguiu com nova vitória do herói:

O julgamento seguiu, mas antes de começarem a votar, relator e revisor discordaram pela segunda vez. Joaquim Barbosa queria apresentar o voto em capítulos. *Por decisão da maioria*, o julgamento foi dividido e os debates continuaram, porque, no julgamento, todas as

decisões são colegiadas, ou seja, tomadas pela maioria dos ministros (MAT 14).

Salientamos, também, que uma das partes da sonora contém uma acusação por parte do herói de que o vilão seria desleal, o que contém o fundo moral de que o bem sempre vence. “Me parece *deslealdade*, como revisor, é deslealdade” (MAT 14). Também percebemos uma ideia semelhante contida em outra parte da entrevista do ministro, em que ele diz que está sendo ofendido, o que destaca os defeitos do vilão e, de uma certa maneira, uma vitimização do herói. “Isso é uma ofensa, ministro. Não venha Vossa Excelência também *me ofender*” (MAT 14). Outra parte da entrevista enfatiza, ainda, o pedido do relator de que os votos sejam proferidos *corretamente*. Isso pode indicar que o relator possui a característica de agir sempre da maneira certa. “Mas faça-o *corretamente*” (MAT 14).

Outro indício de que Joaquim Barbosa foi considerado o herói pode ser observado nas reportagens exibidas em 22 de novembro de 2012. Embora elas não façam parte do corpus de pesquisa, são citadas porque tratam do dia em Joaquim Barbosa assumiu a presidência do STF. Nos textos das matérias, encontramos referências a características pessoais de Barbosa, como o fato de ele ser o primeiro ministro negro a comandar o Supremo e de ter as qualidades de, nas palavras do Procurador-Geral da República, Roberto Gurgel, integridade, independência e firmeza. A reportagem salienta, ainda, que a “origem humilde foi um impulso importante na valorização dos estudos” (trecho retirado de cabeça em reportagem do JN de 22 de novembro de 2012). Inclusive celebridades falaram do novo presidente. “É um cara que tá dialogando exatamente com o que a sociedade quer, né” (entrevista do ator Lázaro Ramos em reportagem do JN de 22 de novembro de 2012). Tais características ajudam a compor a face heróica deste personagem que teve papel central na história do julgamento do Mensalão.

Mas grande vitória do herói acontece na reportagem exibida em 15 de novembro de 2013, quando são decretadas as prisões de doze condenados no julgamento. Mostrado como alguém capaz de cumprir a lei com o maior rigor, contrariando as expectativas de que os condenados não seriam presos, já que recentemente, com a aceitação dos embargos infringentes, havia sido dado a eles a possibilidade de um novo recurso. Consideramos este personagem como um herói porque, em seu nome e figura, está materializada a posição de oposição aos réus, aos vilões, aos infratores. Tanto que

ganhou ênfase o fato de os mandados estarem assinados por ele, o que mostra a força de seu nome, de seu papel nesta história.

Assinados pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, os mandados determinam a prisão de doze condenados no julgamento do Mensalão. A Polícia Federal não divulgou a íntegra dos mandados, apenas a lista dos condenados. Segundo o voto de Joaquim Barbosa na última quarta-feira, vão começar a cumprir a pena em regime fechado..... (MAT 20)

Ainda é atribuída a ele à decisão a respeito dos locais onde ficarão presos os condenados. “O presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, é quem vai decidir onde cada um vai cumprir sua pena” (MAT 20). Também pela passagem da repórter, podemos perceber uma explicação a respeito do fato de os mandados de prisão terem sido assinados em um feriado, contrariando um senso comum que imagina que, nestes dias, nada funciona no Brasil. Isto pode remeter à ideia de que o presidente do STF, desempenhando o papel de herói, age de acordo com o rigor da lei, como mostra a frase “de acordo com a lei penal, elas [as prisões] podem ocorrer em qualquer dia da semana, inclusive sábados, domingos e feriados” (MAT 20).

5 ROTEIRO DA INFORMAÇÃO E CONCLUSÃO DO DRAMA

Já analisamos, até agora, a existência de um conflito narrativo como núcleo fundamental das reportagens e a ação dos personagens percebida em torno disto. Neste item capítulo, apresentaremos os resultados obtidos na busca por modelos de roteiro da informação nas reportagens e avaliação da existência de tom moralista na fiscalização de condutas explicitadas nas matérias.

5.1 Roteiro da informação

O objetivo neste item é observar a hierarquização das notícias em cada reportagem que compôs o corpus de pesquisa. Recorreremos, mais uma vez, à analogia ao drama, mas adaptado aos personagens e fatos reais nos quais se baseou a cobertura. Buscamos, com isso, entender a maneira como foi contada a história do julgamento do Mensalão. Será incluído nesta parte da análise apenas o material editado a partir das gravações, das reportagens em externa. Assim, o objeto de análise neste item se concentrará a parte do momento em que se coloca a frase RODA VT, conforme o jargão profissional. Assim, ficam excluídos os textos lidos pelos apresentadores. Partimos da pesquisa desenvolvida por Coutinho (2012) em edições do Jornal Nacional e do Jornal da Cultura.

Para isso, percorreremos o caminho feio pelo repórter ao apresentar a matéria dentro do telejornal. Desta maneira, poderemos perceber como o conflito, apresentado na cabeça, foi se desenrolando ao longo da história. Encontraremos pequenos desfechos para os conflitos apresentados no espaço de uma reportagem, ou conseguiremos visualizar a seqüencialidade característica da narrativa dentro das reportagens que tratam sobre o julgamento da Ação Penal 470?

Conseguimos encontrar em cada unidade de análise um roteiro da informação e, logo, foi possível identificar padrões. Entretanto, na edição do dia 23 de outubro foi preciso modificar o método de análise. Por se tratar de uma série de reportagens que buscava resumir o que de mais importante havia acontecido no julgamento da Ação Penal 470 até então, entendemos que cada unidade de análise correspondia a uma parte do roteiro e que deveríamos considerar a edição completa como uma história.

Partimos de categorias nas quais se agrupariam as estruturas narrativas das reportagens (COUTINHO, 2012):

- a) Apresentação – conflito – desenvolvimento do conflito – tentativa de desfecho: segue o modelo clássico em um drama. São os casos em que as reportagens começam com a apresentação do cenário, personagens ou tema. depois, há a apresentação do conflito, depois o desenvolvimento do conflito e a perspectiva de solução. Entretanto, é importante lembrar que estamos falando de histórias jornalísticas, onde os fatos não são totalmente administráveis. Portanto, enquanto em alguns casos poderemos encontrar a solução do conflito, em outros teremos desdobramentos. Uma das alternativas é o acirramento do problema, com a criação de um impasse. Outra situação pode se desenhar com um adiamento da solução ou, ainda, com a marcação de um possível desdobramento futuro.
- b) Conflito – desenvolvimento – tentativa de solução – desfecho (com solução ou possibilidade de desdobramento futuro): outra possibilidade de modelo narrativo, em que a história já parte da apresentação e desenvolvimento do conflito. O desfecho também pode percorrer os mesmos caminhos do modelo anterior³¹.

Vamos apresentar os resultados encontrados por reportagem analisada.

Tabela 22 – Ficha 3 Roteiro da Informação. Reportagem 1

FICHA 3: ROTEIRO DA INFORMAÇÃO		
NÚMERO: MAT 01	RETRANÇA: RECUPERA MENSALÃO 1	DATA
DE EXIBIÇÃO: 30.07.12		
TEMPO: 2'03"		
Roteiro da informação		
1. Apresentação:		
Off: A se desenrolou no subterrâneo da política./ o ano era 2005 e a acusação era de que deputados vendiam apoio político ao governo do presidente Lula em troca de uma mesada./		
2. Apresentação do conflito:		
Off: O escândalo começou com a divulgação de um vídeo pela revista Veja./ o então funcionário dos Correios, Maurício Marinho, aparecia recebendo propina e contando sobre um esquema montado dentro dos Correios pra desvio de dinheiro dos contratos com outras empresas./		
Sonora: Nós somos três, aqui, que trabalhamos fechado./ os três são designados pelo		

³¹ Coutinho prevê, ainda, a existência de um terceiro tipo de modelo narrativo, em que as reportagem marcam a celebração de uma história vitoriosa. Entretanto, não encontramos este tipo de roteiro em nossa análise

PTB, Roberto Jefferson
Off: Roberto Jefferson era deputado federal e presidente do PTB./
1. Desenvolvimento do conflito:
Off: Ao ser acusado no esquema dos Correios, resolveu denunciar, numa entrevista bomba ao Jornal Folha de São Paulo, a existência do ./
Sonora: O maior esquema de corrupção que eu vi nos últimos anos./
Off: Segundo ele, deputados do PP e do PL, atual PR, recebiam 30 mil reais por mês para votar os projetos de interesse do governo Lula./
2. Tentativa de solução/desfecho: possível desdobramento futuro
Off: o PL reagiu, pediu a cassação de Roberto Jefferson./

Tabela 23 – Ficha 3 Roteiro da Informação. Reportagem 2

NÚMERO: MAT 02 RETRANCA: RECUPERA MENSALÃO 2
DATA DE EXIBIÇÃO: 30.07.12
TEMPO: 1'35"
Roteiro da informação
1. Conflito:
Off: Para o plenário lotado Do conselho de ética, Roberto Jefferson disse que recebeu quatro milhões de reais do PT sem declarar à Justiça Eleitoral./ E que tinha contado ao então ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, tudo sobre o e a participação do tesoureiro do PT, Delúbio Soares./
2. Desenvolvimento: Mas, inocentou o presidente Lula./
Off: Mas, inocentou o presidente Lula./
Sonora: A reação do presidente Lula foi a fachada nas costas./
Off: E usou um estilo teatral para dar um conselho a José Dirceu em tom de ameaça./
Sonora: Zé Dirceu, se você não sair daí rápido, você vai fazer réu um homem inocente que é o presidente Lula./
3. Tentativa de solução: desfecho
Off: E usou um estilo teatral para dar um conselho a José Dirceu em tom de ameaça./
Sonora: Zé Dirceu, se você não sair daí rápido, você vai fazer réu um homem inocente que é o presidente Lula./
4. Desfecho com solução e possibilidade de desdobramento futuro: foi escolhida a fala em que o personagem diz que vai continuar lutando
Off: Poucos dias depois, o ministro-chefe da casa civil caiu./
Passagem: José Dirceu, da Casa Civil, foi o primeiro a deixar o Ministério
Sonora: Não me considero fora do governo./ Me considero parte integrante do governo./ o governo do presidente Lula é a minha paixão, é a minha vida e eu, ao sair, deixo aqui parte da minha alma, do meu coração, todos sabem, mas não deixo a minha alma./ ela vai comigo pra luta./ eu sei lutar na planície e no planalto./

Tabela 24 – Ficha 3 Roteiro da Informação. Reportagem 3

NÚMERO: MAT 03 RETRANCA: RECUPERA MENSALÃO 3 DATA DE EXIBIÇÃO: 30.07.12
TEMPO: 1'54"
Roteiro da informação
a) Apresentação dos personagens Roberto Jefferson e Marcos Valério, com a criação de uma expectativa - a de saber quais seriam as revelações -, apresentação do conflito - uso do dinheiro - e da ação - o telejornal assume que o dinheiro era propina e, portanto, irregular.
Off: O personagem central da apareceu de olho roxo, segundo ele por causa de um acidente doméstico, e disposto a fazer <i>novas revelações</i> ...Contou que o dinheiro do era pago no banco rural e que assessores dos parlamentares eram encarregados de buscar a propina na agência./ Subiam até o escritório do banco para receber assim 30, 40, as vezes 20, até 60 mil./ Um dos saques de 50 mil reais foi feito pela mulher do deputado João Paulo Cunha, do PT, que na época era presidente da Câmara./ e assim surgiu a <i>figura</i> de Marcos Valério, um empresário da área de propaganda de Minas Gerais, e que seria o responsável pelo dinheiro do Mensalão./
b) Desenvolvimento do Conflito:
Passagem: Pelo que foi analisado até agora, as contas das duas agências de Marcos Valério, a SMPeB e a DNA Propaganda, no Banco Rural, movimentaram, em 2003 e 2004, mais de 25 milhões de reais./
Off: Pra tentar justificar tanto dinheiro que saiu das contas dele, Valério contou que tomava empréstimos bancários e repassou o dinheiro para o PT pagar despesas de campanhas eleitorais./ disse, também, que foi avalista de um dos empréstimos do partido, no valor de dois milhões e 400 mil reais,
c) Desfecho: neste caso, registrou-se um impasse, já que o acusado negou os crimes
Off: mas negou qualquer irregularidade./
Sonora: Eu desconhecia o assunto ./

Tabela 25 – Ficha 3 Roteiro da Informação. Reportagem 4

NÚMERO: MAT 04 RETRANCA: RECUPERA MENSALÃO 4 DATA DE EXIBIÇÃO: 30.07.12 TEMPO: 2'52"
Roteiro da informação:
a) Conflito: neste caso, a reportagem já começou com a apresentação do conflito, que seria o uso indevido de empréstimos, com a defesa do acusado
Off: O presidente do PT apresentou uma explicação para a assinatura dele ao lado do nome de Marcos Valério no contrato dos empréstimos./ José Genoíno disse que tinha assinado os documentos sem ler./
Sonora: Esse empréstimo que teve o aval de Marcos Valério eu assinei em confiança ao companheiro Delúbio, e no PT é normal os dirigentes assinarem cheque, assinarem contrato em confiança a outro dirigente./ eu não conhecia Marcos Valério, a relação dele é com Delúbio e eu assinei em confiança ao Delúbio./
b) Desenvolvimento:
Off: No congresso, a explicação do PT era de que se tratava de caixa dois, dinheiro não declarado à Justiça Eleitoral, e não de Mensalão./
Sonora: O Partido dos Trabalhadores, no ano...no ano.... durante 2003 e 2004 usou dum

recurso não contabilizado para quitar dívidas das nossas campanhas./ todos nós, aqui nesta sala, sabemos como é feita uma campanha eleitoral./
Off: No fim de julho o Jornal Nacional revelou que Sílvio Pereira tinha recebido de presente um carro de uma empresa que tinha negócios com a Petrobrás, a construtora GDK./ Era um Land Rover Defender, no valor de oitenta mil reais./
Passagem: Ele mentiu no depoimento à polícia Federal ao dizer que comprou o carro financiado./
c) Tentativa de solução:
Off: No mesmo mês os três acabaram tendo que se afastar da direção do PT: Delúbio Soares, José Genoíno e Sílvio Pereira./
d) Volta desenvolvimento:
Off: E um novo personagem apareceu./ o publicitário Duda Mendonça admitiu publicamente que recebia pagamentos do PT numa conta bancária fora do Brasil, que teria sido aberta por ordem de Marcos Valério./
Passagem: Segundo o publicitário, o PT ainda lhe deve 14 milhões de reais, referentes à campanha de 2004./
Off: Ele admitiu que era pago com dinheiro não declarado./
Sonora: Não podia emitir nota fiscal, tá na cara que esse dinheiro não é um dinheiro oficial./
Off: O escândalo atingiu, então, o ex-ministro da secretaria de Comunicação./ Luiz Gushiken foi acusado de mandar o Banco do Brasil assinar contrato de publicidade sem licitação com a empresário DNA, de Marcos Valério e pagar antecipadamente mais de 20 milhões de reais a empresa./
e) Desfecho: neste caso, apesar do desfecho com solução, a nota pé utilizada no encerramento mostra a possibilidade de desdobramentos futuros, já que o ex-ministro foi considerado inocente. Isto denota que todos os culpados ainda não foram descobertos.
Off: em meio às denúncias, Gushiken acabou saindo do governo./
Nota pé: Em 2011, depois de concluir a investigação, o Procurador-Geral da República, Roberto Gurgel, pediu a absolvição do ex-ministro Gushiken ao Supremo Tribunal Federal por considerar que não havia provas contra ele./

Tabela 26 – Ficha 3 Roteiro da Informação. Reportagem 5

NÚMERO: MAT 05	RETRANCA: RECUPERA MENSALÃO 4	DATA
DE EXIBIÇÃO: 30.07.12	TEMPO: 1'10"	
Roteiro da Informação:		
a) Conflito: neste caso, observamos a apresentação dos personagens junto com a do conflito, já que a posição de um, oposta a de outro, classifica o conflito narrativo		
Off: no conselho de ética, o depoimento do ex-ministro José Dirceu, acusado de ser um dos responsáveis pelo e na primeira fila da platéia, o autor das denúncias./		
b) Desenvolvimento do conflito: entre os personagens		
Passagem: O momento mais aguardado acabou frustrando muita gente./ não houve um debate aberto entre José Dirceu e o deputado Roberto Jefferson./		
Off: Mas os ataques foram bem diretos./		
Sonora: Não organizei, não sou chefe, jamais permitiria compra de votos e pagamento de parlamentares./		

Sonora: Tratei de todos os assuntos com Vossa Excelência, deputado Zé Dirceu, os republicanos e os não republicanos./
Sonora: Não é verdade, o senhor está mentindo./
c) Impasse com a criação de uma expectativa: como um negou as acusações do outro, percebe-se a criação de uma expectativa a partir da declaração de que um personagem provoca os instintos primitivos do outro, o que pode ser considerada uma ameaça a se cumprir.
Tenho medo de V. Excelência, porque V. Excelência provoca em mim os instintos mais

Tabela 27 – Ficha 3 Roteiro da Informação. Reportagem 6

NÚMERO: MAT 06	RETRANCA: RECUPERA MENSALÃO 6	DATA
DE EXIBIÇÃO: 30.07.12	TEMPO: 1'55"	
Roteiro da informação:		
a) Conflito: começa pelo conflito, por salientar a fala em que o presidente diz que vai apurar a corrupção.		
Sonora: Doa a quem doer, sabe, nós vamos continuar sendo implacáveis, sabe, na apuração da corrupção./ o PT tem que explicar pra sociedade brasileira que erro cometeu./ o que o PT fez, do ponto de vista eleitoral, é o que tem sido feito no Brasil sistematicamente./		
Desenvolvimento do conflito:		
Off: Menos de um mês depois, o presidente voltou à televisão./ desta vez, em um pronunciamento em cadeia nacional./		
Sonora: Quero dizer a vocês, com toda a franqueza, eu me sinto traído./ traído por práticas inaceitáveis, das quais nunca tive conhecimento./		
Off: Mas não disse quem o havia traído, e sem usar a palavra mensalão, Lula admitiu que o partido e o governo tinham errado./		
Sonora: Nós temos que pedir desculpas./ o PT tem que pedir desculpas./ o governo, onde errou, tem que pedir desculpas./		
a) Tentativa de solução:		
Off: No congresso, deputados tentavam salvar seus mandatos ou, pelo menos, evitar a perda dos direitos políticos./		
b) Desfecho: solução do problema e/ou conflito		
Off: Quatro renunciaram./ Valdemar da Costa Neto e Carlos Rodrigues, os dois do antigo PL./ José Borba, do PMDB e Paulo Rocha, do PT./ Três foram cassados: Roberto Jefferson, do PTB, José Dirceu, do PT e Pedro Corrêa, do PP./		
c) Desfecho: possível desdobramento futuro (marcado pela nota pé da apresentadora que, a partir da analogia com uma obra da dramaturgia, como as telenovelas, cria a expectativa para o capítulo do dia seguinte)		
Nota pé: Amanhã você vai saber como foi a investigação feita pela Procuradoria-Geral da República que resultou na denúncia dos envolvidos no Mensalão ao Supremo Tribunal Federal./ e também vai conhecer os crimes de que são acusados os principais personagens do escândalo, que começará a ser julgado na quinta-feira./		

Tabela 28 – Ficha 3 Roteiro da Informação. Reportagem 7

NÚMERO: MAT 07	RETRANCA: RECUPERA MENSALÃO 7	DATA
DE EXIBIÇÃO: 31.07.12	TEMPO: 1'14"	
Roteiro da informação:		
a) Apresentação: do cenário e do conflito		
Off: <i>Da instauração das CPIs ao julgamento foram quase dois anos./ horas e mais horas de depoimentos pra tentar comprovar a existência de um esquema de pagamento de dinheiro em troca de apoio político./</i>		
b) Desenvolvimento:		
Off: foi pedida a cassação de dezenove acusados./		
c) Tentativa de solução:		
Off: quatro renunciaram, doze mantiveram os mandatos e três foram cassados: Pedro Correa, Roberto Jefferson e José Dirceu./		
Sonora: <i>É uma dor que vocês não podem imaginar./</i>		
d) Desfecho: marcação de um possível desdobramento futuro, já que mostra que os deputados são estão inelegíveis até um determinado período, o que cria uma expectativa sobre o que pode acontecer depois. No caso de Dirceu, o JN salienta, de maneira implícita, que ele já estará com idade avançada para tentar se candidatar novamente, o que mostra a derrota do grande vilão.		
Off: Os três cassados estão inelegíveis./ Pedro Correa até 2014./ Jefferson e Dirceu até 2013./		
Passagem: <i>Pelas contas do próprio Dirceu, ele estará com setenta anos de idade./</i>		

Tabela 29 – Ficha 3 Roteiro da Informação. Reportagem 8

NÚMERO: MAT 08	RETRANCA: RECUPERA MENSALÃO 8	DATA
DE EXIBIÇÃO: 31.07.12	TEMPO: 1'38"	
Roteiro da informação:		
a) Apresentação do cenário.		
Off: <i>Toneladas de papel compõem o processo./</i>		
b) Conflito:		
Off: <i>o então Procurador-Geral da República, Antônio Fernando de Souza denunciou ao Supremo 40 suspeitos de envolvimento no ./</i>		
c) Desenvolvimento:		
Off: <i>E disse que o esquema foi montado com base em três núcleos: o político, o operacional, e o financeiro./</i>		
Em agosto do ano seguinte, o STF deu início ao julgamento da denúncia./ durante cinco sessões, todas as partes puderam se manifestar./		
Os advogados disseram que o procurador não apresentou provas./		
Sonora: <i>No entender da defesa fica caracterizado, mais uma vez, a peça de ficção que é a denúncia ora apresentada e submetida a apreciação de Vossa Excelência./</i>		
Off: <i>O procurador defendeu a tese de que o esquema de pagamento em troca de apoio político existiu e detalhou o que considera ter sido o papel de cada um./</i>		
Sobre José Dirceu./		
Sonora: <i>Tinha ciência de todos os passos dos demais membros do núcleo central da</i>		

organização criminosa
Off: Sobre José Genoíno
Sonora: Aquele que negociava com integrantes de partidos da base aliada, oferecendo vantagem em troca de voto./
Off: Sobre Delúbio Soares
Sonora: Aquele que indicava quem deveria receber o repasse, qual o valor correspondente
d) Tentativa de solução:
Off: Os ministros decidiram, então, aceitar a denúncia./
e) Desfecho (com possível desdobramento futuro)
Off: os acusados viraram réus e, na quinta-feira, os ministros começarão a decidir se eles são culpados ou inocentes./

Tabela 30 – Ficha 3 Roteiro da Informação. Reportagem 9

NÚMERO: MAT 09 DE EXIBIÇÃO: 31.07.12	RETRANCA: RECUPERA MENSALÃO 9 TEMPO: 1'23"	DATA
Roteiro da informação:		
a) Apresentação: do conflito e dos personagens		
Off: Para a procuradoria-geral da república, o existiu e foi comandado pelo ex-ministro do governo Lula, José Dirceu./		
b) Desenvolvimento:		
o procurador Roberto Gurgel repetiu seu antecessor, Luiz Fernando de Souza e disse que se tratou de um esquema de desvio de dinheiro público montado pra subornar parlamentares em troca de apoio ao governo no congresso./		
c) Desfecho:		
Off: em julho do ano passado, o procurador-geral, Roberto Gurgel, pediu a condenação de trinta e seis réus./		
Sonora: A prova é suficiente para que o Supremo Tribunal Federal os condene, como requerido pelo ministério público federal./		
Off: Dos quarenta réus do início, Sílvio Pereira, que era secretário-geral do PT, aceitou proposta de suspensão condicional e, pra se livrar do processo, prestou serviços comunitários./ José Janene, deputado federal na época do pelo PP, morreu em setembro de 2010./ o procurador considerou que não há provas suficientes contra Luiz Gushiken, ex-secretário de comunicação do governo Lula e Antonio Lamas, ex-assessor do PL./		

Tabela 31 – Ficha 3 Roteiro da Informação. Reportagem 10

NÚMERO: MAT 10 DE EXIBIÇÃO: 31.07.12	RETRANCA: RECUPERA MENSALÃO 10 TEMPO: 1'05"	DATA
Roteiro da informação:		
a) Conflito		
Off: A maior parte dos envolvidos é acusada de formação de quadrilha, que tem pena mínima de um ano de prisão, máxima de três./ E de lavagem de dinheiro, que pode ter pena de três a dez anos de cadeia./ O principal personagem do caso, o ex-ministro José Dirceu, foi apontando pelo então procurador Antonio Fernando, na primeira denúncia,		

como chefe da quadrilha./
b) Desenvolvimento com desfecho:
Off: Dirceu e outras pessoas são acusados de corrupção ativa./ o crime consiste em prometer ou oferecer vantagem indevida a um funcionário público, e tem pena mínima prevista de dois anos e máxima de doze./ Outros réus respondem, também, por corrupção passiva, que ocorre quando um funcionário público solicita a vantagem indevida em função do cargo que exerce./ a pena é a mesma da corrupção ativa./

Na reportagem de número 11, encontramos mais um modelo atípico, em que, no VT, está apenas a apresentação do conflito e dos personagens, o restante encontramos na nota pé. Salientamos a fragmentação dos vts desta edição, com pequenas notas entrecortadas pela fala dos apresentadores. Isto pode ser analisado do ponto de vista do poder de fala, neste caso, exercido pelo telejornal, que busca ser o fio condutor para o entendimento do telespectador e, portanto, ser o portador do maior poder de fala (TABELA 32).

Tabela 32 – Ficha 3 Roteiro da Informação. Reportagem 11

NÚMERO: MAT 11	RETRANCA: RECUPERA MENSALÃO 11	DATA
DE EXIBIÇÃO: 31.07.12	TEMPO: 1'05"	
Roteiro da informação:		
a) Apresentação:		
Off: O peculato é caracterizado quando o funcionário público age sozinho pra desviar dinheiro ou obter vantagem./ também pode ser acusada de peculato a pessoa que recebe o benefício pela irregularidade./ a pena para este crime varia de dois a doze anos de prisão./ as pessoas apontados como integrantes do chamado núcleo operacional do Mensalão, que seria responsável por abastecer o esquema, são acusadas de enviar dinheiro para contas no exterior de forma irregular./ esse é o crime de evasão de divisas, que tem punição prevista de dois a seis anos de prisão./ personagens do núcleo financeiro são acusados de gestão fraudulenta por simular, segundo o ministério público, empréstimos que teriam permitido lavar o dinheiro do esquema de compra do apoio político./ dirigentes do banco rural assinavam os depósitos supostamente fictícios que eram repassados a empresas de Marcos Valério e ao PT./ a pena para este crime é de três a doze anos de prisão./		
b) Desenvolvimento:		
Nota pé: Olha, como eu disse agora há pouco, depois de ouvir a acusação do ministério público e os advogados de defesa, os ministros vão julgar se os réus são culpados ou inocentes./ e nos casos em que ficar comprovado o desvio de recursos públicos, os envolvidos também poderão ser condenados a devolver o dinheiro./ Os advogados dos réus afirmam que eles são inocentes, que não há provas pra condená-los, e que esperam um julgamento técnico e justo no supremo./ apenas os advogados de José Dirceu e de delúbio soares não comentaram o caso./		
c) Tentativa de solução:		
Nota pé: E o relator do processo no supremo, Joaquim Barbosa, autorizou os advogados de três réus a terem acesso ao resumo das acusações entregue pelo procurador-geral aos ministros na semana passada./		

d) Desfecho com impasse
Nota PE: no documento, Roberto Gurgel diz que o Mensalão foi o mais atrevido e escandaloso esquema de corrupção flagrado no país./

Tabela 33 – Ficha 3 Roteiro da Informação. Reportagem 12

NÚMERO: MAT 12 EXIBIÇÃO: 23.10.12	RETRANCA: DOSIMETRIA 12 TEMPO: 1'32"	DATA DE
Roteiro da informação:		
a) Apresentação: da ação e do personagem		
Off: O relator, Joaquim Barbosa, propôs que os ministros que absolveram réus do processo não votassem pra estipular o tamanho da pena./		
b) Conflito: (o uso do termo <i>vencidos</i> já se refere a uma situação de conflito, em que há um perdedor e, portanto, um ganhador)		
Off: Os ministros Ayres Britto, Gilmar Mendes e Dias Toffoli discordaram, mas acabaram <i>vencidos</i> ./		
c) Desenvolvimento:		
Off: O relator Joaquim Barbosa decidiu fixar as penas réu por réu, crime por crime./ o início foi pelo núcleo operacional, e o primeiro a começar a ter a pena fixada foi Marcos Valério./		
d) Tentativa de solução:		
Sonora: Como a quadrilha alcançou um dos seus objetivos, que era a compra de apoio político de parlamentares federais, esse fato, a meu ver, colocou em risco o próprio regime democrático, a independência dos poderes e o próprio sistema republicano, que é um dos pilares do nosso regime político./		
e) Desfecho com adiamento da solução:		
Sonora: Como a quadrilha alcançou um dos seus objetivos, que era a compra de apoio político de parlamentares federais, esse fato, a meu ver, colocou em risco o próprio regime democrático, a independência dos poderes e o próprio sistema republicano, que é um dos pilares do nosso regime político./		
Off: Até agora, Marcos Valério foi condenado a onze anos e oito meses pelos crimes de formação de quadrilha, corrupção ativa e peculato./ Valério também foi condenado a pagar quase um milhão de reais em multas./		
Off: Barbosa também indicou a condenação do operador do por outro crime de corrupção ativa, mas <i>os ministros não chegaram a um consenso e a sessão foi suspensa</i> ./ além da segunda corrupção, falta calcular as penas dos crimes de lavagem de dinheiro e evasão de divisas.		

As reportagens de número 13 a 18 são parte de uma sequência narrativa maior. Por isso, adaptamos o método de análise. Nas outras reportagens, conseguimos encontrar roteiros da informação. Neste caso, como as reportagens compuseram uma série veiculada na mesma edição, entendemos cada parte como componentes de uma história, conforme demonstraremos a seguir.

Tabela 34 – Ficha 3 Roteiro da Informação. Reportagem 13

NÚMERO: MAT 13	RETRANCA: RECUPERA JULGAMENTO 13
DATA DE EXIBIÇÃO: 23.10.12	TEMPO: 2'25"
Roteiro da informação:	
a) Apresentação:	
Off: Onze ministros./ trinta e oito réus./ Dezenas de advogados./ As duas horas e vinte e seis minutos do dia dois de agosto começava a primeira sessão do julgamento do Mensalão./	
Sonora: Declaro aberta esta sessão jurisdicional do Supremo Tribunal Federal./	
Off: Foram três meses de julgamento, mais de duzentas horas de sessão./ em todo esse tempo, o julgamento do mostrou ao povo como é a rotina da Suprema Corte./ as formalidades e as frases repetidas a cada sessão./	
Sonora: Por favor, sentemo-nos./	
Sonora: Não há objeção, declaro aprovada./	
Off: Formalidades também no vocabulário dos juízes./	
Sonora: E não logrou, data venium o ministério público comprovar o dolo./	
Sonora: Societas delinquencium./	
Sonora: Pelo crivo do contraditório em juízo./	
Off: Foram sessões cansativas./	
Sonora: Talvez não tenhamos fôlego fisiológico (risos) para suportar./	
Off: O relator Joaquim Barbosa sofreu com as dores na coluna./ No centro do plenário, dando o ritmo e cuidando das normas, o presidente do tribunal./ ora firme./	
Sonora: Eu indefiro a questão de V. Excelência./	
Sonora: Mas eu não sustentei, presidente./	
Sonora: Mas eu indefiro./	
Off: Ora conciliador./	
Sonora: Sr. Presidente, eu quero que V. excelência me garanta a palavra./	
Sonora: Vamos ouvir o voto do eminente....ministro revisor./	
Off: E, quase sempre, usando poesia./	
Sonora: O universo e a esperteza humana não tem limites./ sobre o primeiro eu tenho dúvida./	

Tabela 35 – Ficha 3 Roteiro da Informação. Reportagem 14

NÚMERO: MAT 14	RETRANCA: RECUPERA JULGAMENTO 14
DATA DE EXIBIÇÃO: 23.10.12	TEMPO: 2'47"
Roteiro da informação:	
a) Conflito: mostra o conflito e seus personagens.	
Off: Oito dos onze ministros que iniciaram o julgamento foram indicados pelos presidente Lula ou Dilma./ cada um dos onze tem seu lugar marcado./ Joaquim Barbosa, o relator e Ricardo Lewandowski, o revisor, sentam-se quase de frente um para o outro./ muitas vezes, em lados opostos, também, nas ideias e argumentos./ A primeira discussão foi no primeiro dia de julgamento./ discordaram sobre um pedido dos advogados para que o supremo só julgasse os réus com foro privilegiado./ Barbosa não concorda com o desmembramento./	
Sonora: Eu, como revisor, ao longo desse julgamento, farei valer o meu direito de me manifestar sempre que entender que isso seja necessário./	

Sonora: Me parece deslealdade, como revisor, é deslealdade./
Sonora: Eu acho que é um tema um pouco forte que V. Excelencia está usando, e já está prenunciando que esse julgamento será muito tumultuado./
Off: Para os advogados de defesa, o julgamento na justiça comum não atrasaria o processo./
Sonora: O que vai acontecer é que o processo vai pronto pra um juiz natural decidi-lo e dar a sua sentença, condenatória ou absolutória ou desclassificatória./
Off: Os ministros se manifestaram e o pedido foi derrubado./
Sonora: O desmembramento desse processo já foi objeto de resolução deste plenário, em mais de uma oportunidade./ não se pode, no mesmo processo, voltar atrás, a marcha é para frente./
Off: O julgamento seguiu, mas antes de começarem a votar, relator e revisor discordaram pela segunda vez./ Joaquim Barbosa queria apresentar o voto em capítulos./
Sonora: O eminente relator, que tem uma ótica relativamente ao que se contém na denúncia, deverá ler o seu voto e esgotar./
Sonora: Isso é uma ofensa, ministro./ não venha vossa excelência também me ofender./
Off: Por decisão da maioria, o julgamento foi dividido e os debates continuaram, porque, no julgamento, todas as decisões são colegiadas, ou seja, tomadas pela maioria dos ministros./ discussões, às vezes, de forma dura./
Sonora: Vossa Excelência não dirá a mim o que eu tenho que fazer. Vossa Excelência já proferiu o seu voto, eu proferirei o meu, cumprirei o meu dever./
Sonora: Mas faça-o corretamente./
Sonora: E, por favor, não me dê conselhos./

Tabela 36 – Ficha 3 Roteiro da Informação. Reportagem 15

NÚMERO: MAT 15 RETRANCA: RECUPERA JULGAMENTO 15
DATA DE EXIBIÇÃO: 23.10.12 TEMPO: 2'06''
Roteiro da informação:
a) Desenvolvimento:
Off: Vinte e cinco foram condenados./ para o supremo tribunal federal ficou comprovada a existência do Mensalão, como ficou conhecido o esquema da compra de votos de parlamentares para dar apoio ao então governo Lula no congresso, e que dinheiro público foi usado para abastecer o esquema./
Sonora: Condeno./
Sonora: Condeno./
Off: Assim, argumentos de vários advogados foram contestados, e teses derrubadas./ logo no início, antes mesmo de o caso chegar aqui no supremo, os envolvidos tentaram convencer de que o que se chamava de , na verdade, se tratava de caixa dois, dinheiro doado por terceiros, mas não declarado à justiça eleitoral./
Sonora: Delúbio é um homem que não se furta responder por aquilo que fez./ ele só não quer ser condenado por aquilo que não fez./ que ele operou um caixa dois em campanha, operou, que isso é ilícito, é ilícito, e isso ele não nega./
Off: Dias depois, na hora de julgar, os ministros responderam duramente./
Sonora: Acho estranho e muito, muito grave que alguém diga, com toda a tranqüilidade que, ora, houve caixa dois./ caixa dois é crime./ caixa dois é uma agressão à sociedade brasileira./ caixa dois compromete, mesmo que tivesse sido isso, ou só isto, e isto não é

só, e isto não é pouco, e dizer isto na tribuna so supremo tribunal, ou perante qualquer juiz me parece, realmente, um grave...porque fica parecendo que ilícito, no Brasil, pode ser praticado, confessado e tudo bem./
Sonora: O que se criou foi um fundo, não é, a rigor, esse, esse...o nome que usa, mas se criou um fundo, não é, alimentado por recursos públicos, inclusive, e com recursos privados, para, é, fidelizar, não é, essa base partidária./

Tabela 37 – Ficha 3 Roteiro da Informação. Reportagem 16

NÚMERO: MAT 16 RETRANCA: RECUPERA JULGAMENTO 16 DATA DE EXIBIÇÃO: 23.10.12 TEMPO: 2'02"
Roteiro da informação:
a) Tentativa de solução: (esta parte já se mostra como tentativa de solução, já com alguns desfechos. Isso porque ainda há conflitos sobre o destino dos réus)
Sonora: Esses dois contratos nos quais Genoíno era avalista são contratos absolutamente legítimos./ não são contratos falsos, como disse o procurador-geral da república./
Off: Depois, no julgamento, o veredito da maior parte dos ministros./
Sonora: Se pudesse emprestar um rótulo a esses empréstimos, emprestaria o de empréstimos de gaveta./
Off: Derrubada também a tese de que não havia uma quadrilha./
Sonora: Meu cliente não é quadrilheiro./ meu cliente não é chefe de uma organização criminosa./ e quem diz isso são os autos./
Off: E no último dia do julgamento, o veredito duro sobre José Dirceu, homem forte do primeiro governo Lula e o seu núcleo político./
Sonora: Eu nunca vi algo tão claro, a não ser essas outras associações criminosas que, na verdade, tantos males causam aos cidadão brasileiros, como as organizações criminosas existentes no Rio de Janeiro e aquela, perigosíssima, hoje em atuação no estado de são paulo./
Sonora: Eu considero que o conjunto probatório contextualizado coloca o então ministro-chefe da casa civil em posição central, posição de organização e liderança da prática criminosa, como mandante das promessas de pagamentos de vantagens indevidas aos parlamentares que viessem a apoiar as votações do seu interesse./

Tabela 38 – Ficha 3 Roteiro da Informação. Reportagem 17

NÚMERO: MAT 17 RETRANCA: RECUPERA JULGAMENTO 17 DATA DE EXIBIÇÃO: 23.10.12 TEMPO: 1'56"
Roteiro da informação:
a) Tentativa de solução com desfecho: (a exemplo da reportagem anterior, consideramos que esta parte se refere à uma tentativa de solução, porque neste episódio estavam inseridos alguns conflitos, com o desfecho de alguns personagens, como os que foram absolvidos)
Sonora: Não podemos condenar com base em suposições ou em deduções./ só podemos condenar com base em prova./
Off: Doze réus foram absolvidos e um excluído do julgamento./ Carlos Alberto qualha era acusado de ajudar nos repasses para o partido progressista./ o advogado dele, um

defensor público, conseguiu a nulidade do processo./
Sonora: O senhor qualha não pode vê-lo acompanhar nenhum dos interrogatórios ou depoimentos daqueles que envolveram seu nome e sua empresa na presente ação penal./
Off: Outro advogado optou por desqualificar a própria cliente./
Sonora: Geiza era uma funcionária mequetrefe./
Off: Ela acabou absolvida e o advogado, citado por ministros na hora do voto./
Sonora: O plenário do supremo tribunal federal vem entendendo que não haveria prova suficiente contra Geiza e que ela seria uma empregada menor ou, como disse o seu próprio advogado, uma funcionária mequetrefe./
Passagem: No centro das discussões e argumentos está a denúncia do ministério público./ para alguns advogados faltaram provas./ eles dizem que o MP não conseguiu reunir elementos suficientes para a condenação dos réus./
Sonora: Faltam todos os elementos para caracterizar lavagem de dinheiro./ falta imputação, falta elemento material, falta descrição do processo de ocultação, falta delito antecedente./
Off: O argumento da defesa convenceu./
Sonora: Eu não consigo, com todo o respeito, à compreensão contrária do eminente relator, visualizar o dolo específico da lavagem./

Identificamos a reportagem de número 18 como o grande final na narrativa exibida em 23 de outubro. Primeiro, porque nas duas reportagens anteriores, alguns desfechos de personagens foram sendo explorados. Portanto, esta reportagem abordou o tema do julgamento como o final da luta em que o bem vence o mal. A partir das falas dos ministros, percebe-se que esta versão dá conta de que os ministros julgaram muito mais do que a Ação Penal 470. O que estava sendo julgado era, na verdade, a corrupção e, como pano de fundo, a ideia de uma certeza de impunidade, de que esse tipo de crime no Brasil não é punido. Na passagem da repórter, está muito clara, no texto, esta postura, como se vê na frase: *“também saíram lições que vão ecoar por toda a sociedade brasileira”*. A frase escolhida para terminar a reportagem também dá esta dimensão muito maior ao julgamento, quando a ministra Cármen Lúcia diz: *“eu acho que esse julgamento dá exatamente o testemunho de que, no estado de direito, a política é, sim, necessária pra qualquer lugar deste planeta”* (TABELA 39).

Tabela 39 – Ficha 3 Roteiro da Informação. Reportagem 18

NÚMERO: MAT 18 RETRANCA: RECUPERA JULGAMENTO 18
DATA DE EXIBIÇÃO: 23.10.12 TEMPO: 3’36”
a) Roteiro da informação: desfecho
Off: Onze ministros e muitos momentos para ficar na ./
Sonora: Esses fatos estão com as vísceras expostas./ eles gritam./ cegar para essa realidade é golpear a própria sociedade./

Sonora: Esse processo criminal revela a face sombria daqueles que, no controle do aparelho de estado transformaram a cultura da transgressão em prática ordinária e desonesta de poder./
Sonora: O dinheiro é para o crime o que o sangue é para a veia, ou seja, se não circular com volume e sem obstáculo nós não temos esquemas criminosos como este./
Sonora: A entidade bancária serviu de uma verdadeira lavanderia de dinheiro pra se cometer um crime que não está nem previsto na lei, mas esse deveria ser o nome: gestão tenebrosa, pelos riscos que acarreta e pelas conseqüências que acarreta à economia popular./
Off: Discussão./ Argumentos, teses jurídicas./ e muita inspiração./ na música./
Sonora: Dormia a nossa pátria mãe tão distraída, sem perceber que era subtraída em tenebrosas transações./
Off: Inspiração no paladar./
Sonora: Nordestinamente eu diria isto mesmo: gosto de jiló, gosto de mandioca roxa, gosto de berinjela crua, ou seja, algo de vinagre, algo de fel, fica no céu da boca do magistrado que se vê na obrigação de condenar alguém./
Passagem: Foram mais de duzentas horas de julgamento e daqui, de dentro deste plenário, também saíram lições que vão ecoar por toda a sociedade brasileira./
Sonora: Agentes públicos que se deixam corromper, qualquer que seja a sua posição, são eles corruptos e corruptores, os profanadores da república, os subversivos da ordem institucional, são eles os delinquentes, marginais da ética do poder./
Sonora: Nenhum juiz verdadeiramente digno da sua vocação condena ninguém por ódio./
Sonora: O estado brasileiro não tolera o poder que corrompe e nem admite o poder que se deixa corromper./
Sonora: Corrupção significa não alguém que foi furtado de alguma coisa, mas significa que uma sociedade inteira foi furtada, a ministra Rosa lembrava num dos primeiros votos, pela escola que não chega, pelo posto de saúde que não se tem, e eu acho que esse julgamento dá exatamente o testemunho de que, no estado de direito, a política é, sim, necessária pra qualquer lugar deste planeta./

Entendemos, entretanto, ser necessário analisar, também, a imagem que finaliza a matéria, ao som de uma trilha sonora. É a imagem da estátua da justiça, escurecida, e, acima, o céu com cores avermelhadas. No Brasil, em termos de política, a cor vermelha pode ser identificada com a cor da bandeira do Partido dos Trabalhadores, justamente durante a gestão do qual teria se desenrolado o chamado Mensalão. Isso pode tornar possível a análise de uma luta em que houve vencedores e vencidos. Os ministros que, como esta reportagem deixou claro, eram defensores contra a corrupção, venceram aquele grupo que, como mostramos em análises anteriores, era chefiado por José Dirceu. Esta reportagem deixa, em nossa perspectiva, ainda mais clara a relação entre as estruturas dramáticas existentes no telejornalismo e aquela que encontramos em obras ficcionais, como as telenovelas, por exemplo. O final é, geralmente, feliz, porque mostra que o bem sempre vence o mal. No caso das reportagens sobre o julgamento da Ação

Penal 470, a frase que encerrou a sequência exibida em 23 de outubro dava conta justamente deste aspecto, bem como a imagem da estátua da justiça contraposta com o céu avermelhado (Figura 21).

Figura 21: imagem que encerra a série de reportagens exibida no JN de 23 de outubro de 2012.



Destacamos, ainda, que o julgamento acabou apenas em 17 de dezembro. No entanto, identificamos que esta edição analisada encerra, na ótica do Jornal Nacional, o julgamento antes mesmo de ter sido esgotado no Supremo. Isso demonstra que nem sempre o tempo dos fatos na realidade está em acordo com o tempo da televisão. Reforça, em nosso ponto de vista, a perspectiva do (tele)jornalismo como narrativa, como versão, com sua própria lógica interna.

Tabela 40 – Ficha 3 Roteiro da Informação. Reportagem 19

NÚMERO: MAT 19	RETRANCA: EMBARGOS INFRINGENTES 19
DATA DE EXIBIÇÃO: 18.09.13	TEMPO: 5'13"
Roteiro da informação:	
a) Apresentação:	
Off: Em frente ao supremo, protesto e segurança reforçada./ os manifestantes pediam a punição dos condenados no julgamento do Mensalão, a devolução do dinheiro desviado no esquema, e a rejeição dos chamados embargos infringentes, recursos que adiam o fim do julgamento por prazo indeterminado./ lá dentro, dava para ouvir o barulho./ A sessão começou as duas horas e trinta e seis minutos./ com o placar empatado, em cinco votos a favor e cinco contra a aceitação dos embargos infringentes./ nas sessões anteriores, votaram a favor da aceitação dos recursos que exigirão um novo julgamento para algumas condenações de doze réus os ministros Luís Roberto Barroso, Teori Zavascki, Rosa Weber, José Dias Toffoli e Ricardo Lewandowski./ votaram contra a aceitação dos ministros Joaquim Barbosa, Luiz Fux, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes e Marco Aurélio Mello./ Os embargos infringentes permitem um novo julgamento dos	

condenados que receberam, pelo menos, quatro votos favoráveis à absolvição./É o caso do ex-ministro José Dirceu, e dos deputados petistas João Paulo Cunha e José Genoíno./
b) Conflito: (o conflito é o desempate do jogo)
Passagem: Nas mãos do ministro Celso de Mello, a responsabilidade de desempatar o jogo./ o ministro mais antigo da corte foi o último a se manifestar./
c) Desfecho: (neste caso, não observamos uma tentativa de solução, porque a solução apresentada pelo personagem não podia mais ser contestada. Portanto, o restante da história foi destinada às explicações do desfecho escolhido pelo personagem)
Passagem: num voto de duas horas e cinco minutos, ele explicou porque aceitou mais essa possibilidade de recurso para os condenados./

Tabela 41 – Ficha 3 Roteiro da Informação. Reportagem 20

NÚMERO: MAT 20 DE EXIBIÇÃO: 15.10.13	RETRANCA: PRISÃO CONDENADOS 20 TEMPO: 2'15	DATA
Roteiro da informação:		
a) Apresentação		
Off: Os mandados de prisão começaram a chegar nas sedes da polícia federal nos estados no fim da tarde./ assinados pelo presidente do supremo tribunal federal, Joaquim Barbosa, os mandados determinam a prisão de doze condenados no julgamento do Mensalão./ a polícia federal não divulgou a íntegra dos mandados, apenas a lista dos condenados./ segundo o voto de Joaquim Barbosa na última quarta-feira, vão começar a cumprir a pena em regime fechado: Marcos Valério, operador do Mensalão./ Os ex-sócios dele, Cristiano paz e Ramon Hollerbach./ Simone Vasconcellos, ex-funcionária de marcos Valério./ Kátia Rabello, ex-presidente do banco rural./ Henrique pizzolato, ex-diretor de marketing do banco do Brasil./ José Roberto salgado, ex executivo do banco rural./ No regime semiaberto, vão começar a cumprir as penas o ex-ministro José Dirceu, o ex-presidente do PT, José Genoíno, o ex-tesoureiro do PT, delúbio soares, o ex-deputado do PTB, Romeu Queiroz, e o ex-tesoureiro do extinto PL, atual pr, jacinto lamas./ No começo da noite, policiais federais estiveram na casa de jacinto lamas em Brasília, mas ele não estava./ numa rede social, a polícia federal divulgou a foto do avião que, no domingo, vai transportar os presos de outras cidades para Brasília./ quem perder esse vôo, vai ser obrigado a viajar em avião comercial./ os réus inicialmente serão levados para a superintendência da polícia federal./		
b) Conflito com tentativa de solução: (conforme o conflito que já havia se estabelecido na cabeça da reportagem, aqui se estabelece, inclusive, uma explicação para a atitude do ministro, o que pode ser encaixado na categoria de tentativa de solução deste conflito)		
Off: O presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, é quem vai decidir onde cada um vai cumprir sua pena./		
Passagem: A polícia federal vai passar a noite e a madrugada realizando as prisões./ de acordo com a lei penal, elas podem ocorrer em qualquer dia da semana, inclusive sábados, domingos e feriados./		
c) Desfecho com marcação de desdobramentos futuros (sugere aos condenados que se entreguem, ao explicar que podem fazer isso a qualquer hora. Ao mesmo tempo, marca desdobramentos futuros, ao mostrar que as prisões continuam.		

Isso, de alguma maneira, prende o telespectador, que precisará assistir às cenas dos próximos capítulos)
os policiais só não podem prender os condenados durante o período da noite, dentro de casa, mas quem decidir se entregar pode fazer isso a qualquer hora./

Os resultados encontrados mostram que o primeiro modelo narrativo apresentado foi o mais comum, encontrado em 66,66% das reportagens. Deste total, 40% podem ser enquadrados no padrão que prevê um desfecho com a marcação de um possível desdobramento futuro. Em 30% dos casos, a reportagem apresentou adiamento da solução. Em 20% das reportagens houve acirramento do conflito, com a criação de um impasse e na minoria das unidades de análise, 10%, registrou-se o desfecho com solução.

O segundo padrão foi registrado em 33,33% das unidades de análise. Os modelos mais recorrentes foram os que apresentaram desfecho com solução (40%) e com possíveis desdobramentos futuros (40%), seguido pela criação de um impasse (20%). Os números comprovam a possibilidade de analogia da estrutura de uma matéria em televisão com a encontrada em um drama, além de apresentar outras possibilidades de elementos narrativos. Com isso, percebemos a construção midiática em torno do julgamento do Mensalão e como esta história foi sendo contada a partir de uma estrutura dramática.

A forte incidência do padrão narrativo que tem como desfecho a marcação de um possível desdobramento futuro indica que o não-fechamento do conflito serve, também, para prender o público, na medida em que se faz necessário continuar acompanhando estes desdobramentos. Assim, podemos afirmar que o julgamento do Mensalão foi trazido para a tela do Jornal Nacional em “capítulos”, um seguido do outro, e que serviram para juntos, formarem a grande narrativa sobre o caso, a exemplo do que acontece em telenovelas, por exemplo.

A pesquisa comprovou, portanto, a existência de roteiro da informação. Conseguimos encontrar padrões recorrentes na estrutura das reportagens. No caso da história do julgamento do Mensalão, percebemos dois cenários. O primeiro enfatizou a fragmentação da informação em telejornalismo, como cada unidade de análise, ou cada reportagem, possui uma lógica interna, é uma história com início, meio e fim. Por outro lado, em coberturas extensas como foi o caso de nosso objeto empírico, é possível

visualizar que as matérias, dentro de um telejornal, integram um todo. Portanto, comprovamos a hipótese de que é possível encontrar roteiros para a informação mesmo se a perspectiva for o olhar unitário, aquele que busca integrar as partes separadas, e como isto pode fazer sentido, também, a partir da construção da percepção do telespectador.

A cobertura do julgamento do Mensalão foi uma história com início, meio e fim, onde estabeleceram-se conflitos e, em torno deles, foi possível perceber como os personagens foram sendo construídos pela narrativa midiática. Esta história teve um roteiro, um padrão seguido pela informação, o que comprova a semelhança do jornalismo praticado em televisão com estruturas dramáticas de obras ficcionais. Assim, também o noticiário político pode ser enquadrado como um drama cotidiano (COUTINHO, 2012). Entretanto, toda história carrega, consigo, uma lição de fundo moral. O tom moralista na fiscalização de condutas explicitadas nas matérias é o que vamos analisar no próximo item.

5.2 Tom moralista na fiscalização de condutas explicitadas nas reportagens

Conforme já exploramos referencial teórico, um dos ingredientes fundamentais do drama é a sua conclusão. A narrativa se expande de acordo com o tipo de conflito e a busca de soluções para ele. Esta conclusão se daria através de uma lição de moral, quase sempre acompanhada de um juízo de valor. Assim, a principal finalidade da narrativa é trazer uma lição de fundo moral (SIQUEIRA, 1992). Entretanto, já que estamos buscando integrar as partes que a lógica (tele) jornalística separa, só seria possível encontrar esta lição de fundo moral no desfecho final da história, depois de entender o estabelecimento do conflito, a ação dos personagens e o padrão narrativo, conseguiremos ter a visão de uma história com começo, meio e fim.

A história do julgamento começou com a apresentação dos envolvidos no que foi chamado de escândalo do Mensalão. Ali, já começou a se estabelecer o papel de vários personagens importantes, como o do vilão e seus principais aliados, além do desempenho dos fiscais e defensores. Estes personagens não estavam presentes no

juízo. Entretanto, continuaram a ser citados através de seus advogados e nas falas dos próprios ministros.

O papel de cada um dos ministros também foi se delineando no desenrolar da história. Estamos lidando com dois objetos dinâmicos – a televisão e o jornalismo – e percebemos isso pelos diversos papéis assumidos por cada um dos personagens. Este desempenho variou, em muitos casos, dependendo do tipo de conflito estabelecido. Os padrões narrativos encontrados na estrutura das reportagens ajudaram a perceber como a informação jornalística veiculada no *Jornal Nacional* sobre o julgamento da Ação Penal 470 no Supremo Tribunal Federal guarda semelhanças com as estruturas de obras dramáticas ficcionais.

Em 80% das unidades de análise³², observamos a inclusão de uma lição de fundo moral³³. Na maioria dos casos, reforçou-se a ideia de que o vilão e seus aliados foram punidos. Esta visão pode ser observada em vários momentos, como na primeira reportagem veiculada em 31 de julho de 2012, que encerra mostrando que três deputados cassados depois da instauração de Comissões Parlamentares de Inquérito no Congresso ficarão inelegíveis. A entrevista em que José Dirceu diz “é uma dor que vocês não podem imaginar” e que compõe a reportagem pode ser interpretada como a lição de que, no fim, o vilão paga com sofrimento pelo mal causado.

Na reportagem seguinte, o posicionamento do advogado de defesa de José Dirceu - representando, portanto, o vilão - de que não havia provas suficientes para a denúncia é negado em favor da tese do Procurador-Geral de que um esquema de corrupção existiu deixa claro, mas uma vez, o reforço da figura do papel do mocinho.

A narrativa exibida em 23 de outubro refaz a história do julgamento até então. As seis reportagens que compõem a série vão delineando a figura do herói, ministro Joaquim Barbosa, e como ele lutou para vencer seu principal oponente, o aliado do vilão, ministro Ricardo Lewandowski. O que o telejornal chamou de divergências entre os dois opositores ganhou o espaço de o desenvolvimento de um conflito, na estrutura narrativa.

³² O modelo utilizada para analisar cada unidade que compõe o corpus de pesquisa está descrito no APÊNDICE B.

³³ Para fins de análise da inclusão da lição de moral, consideramos, assim como no item anterior sobre o roteiro da informação, as seis reportagens veiculadas em 23 de outubro de 2012 como partes integrantes de uma sequência narrativa maior. Portanto, levamos isto em consideração ao buscarmos interpretar a conclusão da história.

Entretanto, as vitórias de Barbosa, sempre ancoradas pela maioria dos ministros, foram sendo mostradas. Percebemos, como fundo moral, mais uma vez a ligação com a tradicional luta bem x mal e como, no fim, o bem sempre vence. O papel dos personagens defensores, desempenhados pelos ministros, também foi fundamental no reforço da figura representante do bem. Principalmente porque as falas destes personagens escolhidas para compor as reportagens se remetiam a questões muito mais gerais do que as que estavam sendo julgadas. Mais do que a Ação Penal 470, segundo o telejornal, o julgamento do Mensalão se referia a uma reação contra a corrupção, como descrito na passagem da repórter Cristina Serra, na última reportagem sobre o julgamento veiculada em 23 de outubro de 2012: “Foram mais de duzentas horas de julgamento e daqui, de dentro deste plenário, também saíram lições que vão ecoar por toda a sociedade brasileira” (trecho de reportagem do JN de 23 de outubro de 2012)

A ideia de que o julgamento ia além do processo em questão estava, também, nas falas dos ministros selecionadas para compor a mesma reportagem: “Agentes públicos que se deixam corromper, qualquer que seja a sua posição, são eles corruptos e corruptores, os profanadores da república, os subversivos da ordem institucional, são eles os delinqüentes, marginais da ética do poder” (sonora do ministro Celso de Mello em reportagem do JN de 23 de outubro de 2012).

Conforme já demonstramos (Figura 20), o encerramento da reportagem nesta edição exibe uma imagem da estátua da justiça e, acima, o céu em cores avermelhadas. A cor vermelha pode ser identificada com a cor da bandeira do Partido dos Trabalhadores, em cuja gestão teria se desenrolado o chamado Mensalão, o que torna possível a interpretação de que, nesta luta, houve vencedores e vencidos. O mal foi derrotado pelo bem, representado pelos ministros, entre os quais estavam rígidos defensores e o próprio herói.

Mas foi na reportagem veiculada em 15 de novembro de 2013 que a conclusão da história ficou mais clara. Percebemos a ênfase na figura do herói, Joaquim Barbosa, que foi o responsável pela prisão do vilão e seus aliados, como o vencedor e a justificada punição dos personagens identificados como “maus”, ou vilões.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde 30 de julho de 2012 o Jornal Nacional acompanha os fatos relacionados ao julgamento da Ação Penal 470, denominada pela maioria dos veículos de comunicação como Mensalão. O escândalo político³⁴ foi tornado público, através da imprensa, em 2005. Até agora, em 2014, ainda não foi concluído, pelo menos do ponto de vista jurídico e também jornalístico. Para fins de pesquisa acadêmica, embora seja um objeto muito rico, é também bastante intenso e ainda em mutação. Foi preciso escolher, delimitar, recortar. Assim, os resultados obtidos neste estudo referem-se a uma pequena amostra de todo o material disponível.

O problema que nos moveu ao longo da pesquisa foi o de analisar os recursos dramáticos utilizados pelo Jornal Nacional ao construir a narrativa sobre o julgamento do Mensalão. Assim, buscamos indícios que pudessem embasar e comprovar ou não a aproximação teórica feita entre telejornalismo, drama (COUTINHO, 2012) e narrativa (MOTTA, 2005, 2006, 2007). Ao longo dos capítulos 4, 5, 6 e 7, optamos por apresentar os resultados e, ao mesmo tempo, discuti-los. Portanto, as considerações finais são apenas uma retomada das principais inferências já presentes ao longo do trabalho, a fim de se obter uma conexão entre as interpretações na busca de uma visão mais ampla do material analisado.

O primeiro objetivo específico estabelecido foi identificar o conflito em torno do qual se desenvolveu a história. Vistas como partes de uma narrativa e como a representação dos dramas cotidianos, as notícias carregariam conflitos. Em torno das intrigas é que se desenvolveriam todas as ações e os destinos dos personagens. Portanto, mais do que um valor-notícia (TRAQUINA, 2005), o conflito seria o ponto de partida em torno do qual tudo o mais giraria (GUAZINA, MOTTA, 2010).

³⁴ O conceito de escândalo político que utilizamos é o de Thompson (2002)

A análise, neste item, concentrou-se na cabeça, que é o texto lido pelos apresentadores para apresentar a reportagem. Conforme os resultados encontrados, em 20 reportagens analisadas, apenas uma não apresentava o conflito na cabeça. Isto corrobora a visão de que, em telejornalismo, a cabeça exerce a função de apresentar o tema e criar uma expectativa, uma tensão, a fim de prender a atenção do telespectador. É a partir deste ponto, do estabelecimento do conflito, que torna-se possível analisar os demais itens da narrativa, buscando relações com a estrutura de obras dramáticas, como a ação dos personagens, a busca por um roteiro da informação e a observação da existência de um tom moralista na fiscalização de condutas explicitadas nas reportagens.

O segundo objetivo específico era o de analisar o papel atribuído aos personagens e a ação deles dentro da narrativa. Buscamos compreender quais os papéis desempenhados pelas fontes de informação transformadas nos personagens mais comuns encontrados na ficção, como mocinho, vítima, herói, vilão – e suas variações, como vilão implícito, vilão punido, neomocinho ou vilão regenerado –, competidores (vencedor e derrotado), beneficiado, defensor ou fiscal, mediador, aliado/parceiro e expert/especialista.

Nas 20 unidades de análise, encontramos 13 personagens, que apareceram 50 vezes, o que significa uma média de 2,5 personagens por reportagem. Através da ação dos personagens, foi possível identificar a função atribuída ao telejornal a cada um deles ao longo da trama. Como se trata de um objeto dinâmico, o telejornalismo, é importante ressaltar como alguns papéis foram se modificando. É o caso do ex-deputado federal Roberto Jefferson. Identificado, inicialmente, como vilão regenerado, que, arrependido, foi capaz de denunciar um esquema de corrupção, mais tarde caracterizado como vítima, até chegar a ser, em algum momento, o herói, colocado em contraposição ao vilão.

A figura do ex-ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu, começou, aos poucos, a ser construída. Inicialmente, os resultados da pesquisa apontam que ele foi mostrado como um vilão implícito. O papel de chefe, de mandante do esquema de corrupção e, portanto, do grande vilão, foi se delineando, ao ponto que, antes mesmo do julgamento começar, segundo o Jornal Nacional, Dirceu era o grande responsável pelo chamado Mensalão.

Os ministros do Supremo Tribunal Federal também mudaram de papéis ao longo da história. Na maioria das vezes, foram colocados como defensores, fiscais do cumprimento da lei. Entretanto, o que o Jornal Nacional classificou como disputa entre os ministros relator do processo, Joaquim Barbosa, e o revisor, Ricardo Lewandowski, deu o tom de boa parte da cobertura das sessões no STF. Os dois personagens foram colocados em posições opostas, logo, um representando o bem e outro representando o mal.

Depois, a evolução foi para a identificação de um, Joaquim Barbosa, como o herói, aquele que teve a coragem de punir o vilão e de outro, Ricardo Lewandowski, como alguém a serviço deste mal, um vilão implícito. Um confronto explícito entre herói e vilão não ocorreu, porque os réus não estavam presentes no plenário. Portanto, esta guerra foi midiática, e a figura do vilão foi substituída pelo personagem que o estava representando naquela arena. Notamos, ainda, como o próprio Jornal Nacional incluiu-se entre os personagens da história. Em alguns momentos, chegou a assumir o papel de protagonismo, ao relembrar como revelou detalhes do esquema até então não tornados públicos.

No terceiro objetivo específico, buscamos modelos de roteiros de informação nas reportagens. O esforço foi entender se seria possível pensar em uma hierarquização das informações, uma espécie de padrão narrativo, com o intuito de entender a maneira como foi contada a história do julgamento do chamado Mensalão. Neste item, concentramos a análise apenas das reportagens e excluímos a fala dos apresentadores. Partimos de duas categorias (COUTINHO, 2012) nas quais se agruparam as estruturas narrativas das reportagens.

Os resultados encontrados mostram que o modelo narrativo mais comum (66,66% das reportagens) é aquele que contempla a seguinte ordem: Apresentação – conflito – desenvolvimento do conflito – tentativa de desfecho. Deste total, 40% podem ser enquadrados no padrão que prevê um desfecho com a marcação de um possível desdobramento futuro. Em 30% dos casos, a reportagem apresentou adiamento da solução. Em 20% das reportagens houve acirramento do conflito, com a criação de um impasse e na minoria das unidades de análise, 10%, registrou-se o desfecho com solução.

O segundo padrão registrado em 33,33% das unidades de análise foi o seguinte: Conflito – desenvolvimento – tentativa de solução – desfecho (com solução ou possibilidade de desdobramento futuro). Os modelos mais recorrentes foram os que apresentaram desfecho com solução (40%) e com possíveis desdobramentos futuros (40%), seguido pela criação de um impasse (20%). Os números comprovam a possibilidade de analogia da estrutura de uma matéria em televisão com a encontrada em um drama, além da existência de outros elementos narrativos. Os modelos que apresentam o desfecho com possibilidade de desdobramentos futuros ou estabelecem impasses são uma marca de uma história contada em capítulos, o que garante a manutenção da tensão, e portanto, cumpre a função de prender o telespectador, que precisará acompanhar o noticiário do dia seguinte para saber o desfecho da trama.

A cobertura do julgamento do Mensalão foi uma história com início, meio e fim, onde estabeleceram-se conflitos e, em torno deles, foi possível perceber como os personagens foram sendo construídos pela narrativa midiática. Esta história teve um roteiro, um padrão seguido pela informação, o que comprova a semelhança do jornalismo praticado em televisão com estruturas dramáticas de obras ficcionais. Assim, também o noticiário político pode ser enquadrado como um drama cotidiano (COUTINHO, 2012).

O último objetivo específico foi avaliar a existência de tom moralista na fiscalização de condutas explicitadas nas matérias. Um dos ingredientes fundamentais do drama é a sua conclusão, que se daria através de uma lição de moral, quase sempre acompanhada de um juízo de valor (SIQUEIRA, 1992). Em 80% das unidades de análise, observamos a inclusão de uma lição de fundo moral. Na maioria dos casos, reforçou-se a ideia de que o vilão e seus aliados foram punidos, guardando semelhanças com a tradicional luta bem x mal, em que, no final, o bem sempre vence.

Os objetivos específicos nos ajudaram a compreender melhor o objetivo geral estabelecido para esta pesquisa, que era analisar os recursos dramáticos utilizados pelo Jornal Nacional na construção da narrativa sobre o Mensalão. O julgamento foi uma história, que possuiu uma estrutura dramática, com padrões de roteiro da informação, com ações de personagens, conflitos e, por fim, o estabelecimento de lições de fundo moral.

Antes mesmo de começar o julgamento, os papéis de vilão, aliado, beneficiado já estavam determinados, pelo menos para o Jornal Nacional. O herói surgiu ao longo

das sessões no STF, e foi aquele que se opôs ao mal. A história do julgamento do chamado Mensalão, para o telejornal, foi muito além disto. Foi tratada como a luta contra a corrupção, e a condenação dos réus pelos ministros foi vista como uma lição, conforme termos encontrados nas próprias reportagens. O uso de imagens criadas por computador, que colocavam fotos dos réus condenados dentro de celas de cadeia, antes mesmo de que estes fossem presos, reforça como o Jornal Nacional colocou-se na posição de protagonista da história, embuído do poder de punir o mal antes mesmo da polícia.

Entendemos, portanto, que a história do julgamento do Mensalão se deu no cruzamento entre mídia e campo político. Entendemos o julgamento como uma das fases de um escândalo político (THOMPSON, 2012), que ganhou projeção para fora do subcampo político (BOURDIEU, 2010), que, ao passar para o domínio público, pode afetar a imagem pública de um ator político em relação aos agentes não-profissionais do campo. Dependentes que são da acumulação de capital simbólico, conseguido, em parte, através da interação midiática com os não-profissionais, os políticos podem ver esvaziado o capital simbólico do qual depende o exercício do poder.

Tentou-se entender de que maneira a narrativa sobre o caso foi construída na intersecção entre dois campos sociais e como o Jornal Nacional atribuiu papéis às fontes de informação. A punição do vilão e a vitória do herói confirmaram um desfecho que já era esperado pelo Jornal Nacional, antes mesmo da novela sobre o julgamento começar. É claro que estamos falando de fatos com referencialidade no real, portanto, de um campo não totalmente administrável. Mas a maneira como a história foi contada dependeu de intencionalidades, que tentamos perceber expressas a partir de textos e imagens.

Sabemos que o tema não se esgota aqui. A TV continuará montando e remontando as histórias de acordo com a conveniência, interesses comerciais, ideológicos, contratos firmados com o público, lógicas internas de produção. Mas, o tempo de pesquisa para uma dissertação permitiu que viéssemos até aqui. A dinâmica do telejornalismo, especialmente num campo movediço como é o da política, indica que as pesquisas na área devem continuar. Por muito tempo o Mensalão seguirá provocando polêmica e instigando o debate. Mas a TV e a Política vão além desse episódio. E, com certeza, novos desafios poderão ser enfrentados em etapas futuras como uma tese de Doutorado que possa aprofundar melhor todas essas questões.

REFERÊNCIAS

- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da Notícia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- ARISTÓTELES. **Poética**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- BASTOS, Maria de Fátima Barreto. **Sedução do Drama**: estética do paroxismo na simulação do Linha Direta. Salvador, UFBA, 2003. Mestrado (Dissertação em Artes Cênicas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.
- BENETTI, Márcia. Jornalismo e imaginário: o lugar do universal. In: KUNSCH, Dimas (Org.). **Esfera pública, redes e jornalismo**. São Paulo: E-papers, 2009.
- BERGER, Christa. **Campos em Confronto**: a terra e o texto. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BONNER, William. **Jornal Nacional**: modo de fazer. Rio de Janeiro: Globo, 2009.
- BORDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Seguido de A Influência do Jornalismo e Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- _____. **A produção da crença**. Contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.
- _____. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.
- _____. **O poder simbólico**. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. O espaço público no Brasil. In: BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. **Videologias**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. William Bonner para presidente? **Observatório da Imprensa**. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/william_bonner_para_presidente
- _____. Sagração das bibas segundo Crô. **Revista Época**, 2012. Disponível em: revistaepoca.globo.com/opiniaio/eugenio-bucci/noticia/2012/03/sagracao-das-bibas-segundo-cro.html
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.
- CAMA, Mariana Pimenta. O crime espetáculo na tela: entre a realidade e a ficção. São Paulo, 2009. Mestrado (Dissertação em Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo**: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus, 1994.

CORREIA, Eduardo Luiz. História e ficção na narrativa de um escândalo midiático. Brasília, UnB, 2012. Doutorado (Tese em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

COUTINHO, ILUSKA. Dramaturgia do Telejornalismo: a narrativa da informação em rede e nas emissoras de televisão de Juiz de Fora-MG. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

_____. Público e identidade no telejornalismo brasileiro. Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. São Paulo: **SBPJor**, 2009. Disponível em: <http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/resumod.php?id=728>

_____. Telejornal e Narrativa Dramática: um olhar sobre a estrutura da informação em TV. In: MOTA, Célia Ladeira; PORCELLO, Flávio; VIZEU, Alfredo. **Telejornalismo: a nova praça pública**. Florianópolis: Insular, 2006.

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. **Dicionário Enciclopédico de Ciências da Linguagem**. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1988.

FINGER, Cristiane; CANATTA, Fábio. Um novo modo de ver TV. Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Curitiba: **SBPJor**, 2012.

GADRET, Débora Thayane de Oliveira Lapa. **Os enquadramentos de Dilma Rouseff no Jornal Nacional**: Suspeição, Humanização e Competência. Porto Alegre: Ufrgs, 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

GIRALDI, Renata. **Instintos Primitivos: O humor nos tempos do** : fatos inusitados e irônicos que ganharam destaque na editoria de política dos jornais “Folha de S. Paulo” e “O Globo”. Brasília: UnB, 2008. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

GUAZINA, Liziane Soares. **Jornalismo em Busca da Credibilidade**: a cobertura adversária do Jornal Nacional no escândalo do . Brasília, UnB, 2001. Doutorado (Tese em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o “mugging” nos media. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: **Veja**, 1993.

JUNIOR, ACACIO SALVADOR VERAS E SILVA. **A cobertura cotidiana da Política no Jornal Nacional e no Jornal da Globo**. Belo Horizonte, PUCMG, 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

LIMA, Venício A. de. **Mídia**: crise política e poder no Brasil. São Paulo: Editora fundação Perseu Abramo, 2006.

MARFUZ, Luiz Cezar Alves. **A Curva e a pirâmide**. A construção dramática e (tele)jornalística do acontecimento. Salvador, UFBA, 1996. Mestrado (Dissertação em Comunicação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

MEMÓRIA GLOBO. **Jornal Nacional**: a notícia faz história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

META. Hábitos de Informação e Formação de Opinião da População Brasileira (**Relatório**). Meta Pesquisas de Opinião e Governo Federal, 2010.

MORENO, Elvia Elena Acevedo. **A presença do narcotráfico na campanha presidencial colombiana de 1994**: cobertura feita pelos jornais El Tiempo, El Espectador e a revista Semana da Colômbia. São Paulo, 2012. Doutorado (Tese em Comunicação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MORETZSOHN, SYLVIA. **Pensando contra os fatos**: jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

_____. **Jornalismo em “tempo real”**: o fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

MOTA, Célia Ladeira. **Representações da Identidade Nacional na Notícia da TV**. Brasília: Unb, 2008. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **O trabalho simbólico da Notícia**. In: Encontro da Compós, 2002, Recife. **Anais**. Recife: Compós, 2002a.

_____. Explorações epistemológicas sobre uma antropologia da notícia. **Revista Famecos**, nº 19, quadrimestral, dezembro 2002b.

_____. **Notícias do fantástico**: Jogos de linguagem na comunicação jornalística. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006.

_____. A análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. **Metodologias de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____; GUAZINA, Liziane. O conflito como categoria estruturante da narrativa política: o caso do Jornal Nacional. **Brazilian Journalism Research**, vol. 6, n. 1, 2010.

_____. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

NEVES, Teresa Cristina da Costa. **A dramatização no telejornalismo**. Caligrama, Revista de Estudos e Pesquisas em Linguagem e Mídia, Eca-USP, v. 1, n. 3, set./dez. 2005.

NUNOMURA, Eduardo Yoshio. **O impresso**: o escândalo político-midiático do governo Lula nas páginas de Folha e Veja. São Paulo, 2012. Mestrado (Dissertação em Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

PALLOTINI, Renata. **Introdução à Dramaturgia**. São Paulo: Ática, 1988.

PAVIS, Patrice. **Dicionário de teatro**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

PEREIRA E SILVA, José Henrique. **A disputa pelo poder simbólico no escândalo do** . São Paulo, PUCSP, 2011. Mestrado (Dissertação em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

PORCELLO, Flávio A.C. **Fait Divers, Discurso e Ideosfera: TV e poder no Brasil. Um olhar sobre as eleições de 2002.** Porto Alegre: PUCRS, 2004. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

_____. TV e poder: as relações sombrias que ajudam a fazer a história recente do Brasil. In: VIZEU, Alfredo; MOTA, Célia Ladeira; PORCELLO, Flávio A.C. (Org.). **Telejornalismo: a nova praça pública.** Florianópolis: Insular, 2006.

PORTO, Mauro. Novos apresentadores ou novo jornalismo? O Jornal Nacional antes e depois da saída de Cid Moreira. **Comunicação e Espaço Público.** Brasília, Ano V, n. 1 e 2, p. 9-31, 2002.

REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial.** São Paulo: Summus, 2000.

_____. 60 anos de jornalismo na TV brasileira: percalços e conquistas. In: COUTINHO, Iluska; PORCELLO, Flávio; VIZEU, Alfredo. **60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica.** Florianópolis: Insular, 2010.

SENNE, Fábio José Novaes. **Enquadrando a política sob a ótica do escândalo: uma análise da cobertura de três escândalos políticos midiáticos, a partir da perspectiva do enquadramento.** Brasília, 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SIQUEIRA, João H. Sayeg de. **Organização textual da narrativa.** São Paulo: Selinunte, 1992.

SOBRINHO, Carlos Peres de Figueiredo. **O Caso “Maria do Socorro”: Escândalo Político, Imprensa e Eleição.** Recife, UFPE, 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2009.

SOUZA, Florentina das Neves. **O Jornal Nacional e as Eleições Presidenciais: 2002 e 2006. 2007 – Tese (doutorado) – Escola de Comunicação e Artes. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.**

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultural Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.** Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **O escândalo político.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002

_____. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

TRAQUINA, Nelson. **O que é Jornalismo.** Lisboa: Quimera, 2002.

_____. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são.** Florianópolis: Insular, 2005.

_____. **Teorias do Jornalismo: A Tribo Jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional.** Florianópolis: Insular, 2008

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”.** Lisboa: Veja, 1993.

VASCONCELLOS, Fábio Souza. **Disputa de Imagens no Escândalo Político: Os enquadramento midiáticos do Jornal Nacional e do presidente Lula na crise de 2005.** Rio de

Janeiro: UERJ, 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade Estadual de Brasília, 2007.

VIZEU, Alfredo. **O lado oculto do telejornalismo**. Salvador: Editora Calandra, 2005.

_____;CORREIA, João Carlos. A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência. In: VIZEU, A. (org). **A sociedade do telejornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____; CABRAL, Agueda Miranda; JACQUES, Elisa. O construtivismo no telejornalismo e a realidade expandida: mudanças nas rotinas de edição e produção de sentidos nas notícias. 10º Encontro Nacional dos Pesquisadores em Jornalismo. **Anais**. Curitiba: SBPJOR, 2012.

WEBER, Maria Helena. O estatuto da imagem pública na disputa política. *ECO-Pós*, v.12, n. 3, p. 79-94, set./dez. 2009.

ANEXO

DVD CORPUS CONSOLIDADO

APÊNDICE A

ROTEIRIZAÇÃO AO AVESSE DAS REPORTAGENS QUE COMPÕEM O CORPUS CONSOLIDADO

MAT 01 2'03"		Data de exibição: 30.07.2012	Tempo:
Formato	Dimensão Visual	Dimensão Verbal	
Cabeça	<p>PM (Bonner Patrícia) Patrícia</p> <p>PF Patrícia</p> <p>PF Bonner</p> <p>PA Patrícia Boner</p>	<p>Começa nesta semana, no Supremo Tribunal Federal, um dos principais julgamentos da vida política do Brasil, o escândalo conhecido como mensalão./</p> <p>Ele foi revelado pela imprensa há sete anos e motivou investigações pela Polícia Federal, pelo Ministério Público e pelo Congresso./</p> <p>A acusação do Procurador-Geral da República é de que políticos e partidos aliados ao governo do presidente Lula receberam dinheiro em troca de apoio no Congresso Nacional./</p> <p>Hoje e amanhã o Jornal Nacional vai relembrar o surgimento e a evolução do caso, os fatos que ajudam a entender tanto as acusações quanto os argumentos dos advogados de defesa dos 36 réus./</p>	
Sobe som off	<p>Imagens Congresso (efeito de escurecimento da imagem)</p> <p>Imagem por computador de um calendário de maio de 2005, cuja marcação, em vermelho, é feita no dia 14. Imagem segue para um fichário, com maços de dinheiro por cima. O fichário abre e, de dentro dele, sai</p>	<p>A história se desenrolou no subterrâneo da política./ o ano era 2005 e a acusação era de que deputados vendiam apoio político ao governo do presidente Lula em troca de uma mesada./</p> <p>O escândalo começou com a divulgação de um vídeo pela revista Veja./ o então funcionário dos Correios, Maurício Marinho, aparecia recebendo propina e contando sobre um esquema montado dentro dos Correios pra desvio de dinheiro dos contratos com outras empresas./</p>	

sonora	uma pasta com a imagem da revista Veja. Segue para imagem de arquivo	
off	Imagem de câmera escondida, com legenda sobre a fala do entrevistado	Nós somos três, aqui, que trabalhamos fechado./ os três são designados pelo PTB, Roberto Jefferson
Áudio 2 com som de palmas	Imagens de Roberto Jefferson na tribuna da Câmara dos Deputados. Imagens do deputado em comemorações	Roberto Jefferson era deputado federal e presidente do PTB./
off	Imagens diversas de Jefferson Imagem Jornal Folha de São Paulo	Ao ser acusado no esquema dos Correios, resolveu denunciar, numa entrevista bomba ao Jornal Folha de São Paulo, a existência do mensalão./
Sonora Roberto Jefferson	Sem crédito	O maior esquema de corrupção que eu vi nos últimos anos./
Sobe som	Clip com imagens de acusados no processo	
off	Imagens Roberto Jefferson	Segundo ele, deputados do PP e do PL, atual PR, recebiam 30 mil reais por mês para votar os projetos de interesse do governo Lula./
Off	Volta imagem criada em computador de fichário, com pasta mostrando documento com pedido de cassação, evidenciando as palavras: “penalidade de cassação do mandato”	o PL reagiu, pediu a cassação de Roberto Jefferson./

MAT 02 1'35''		Data de exibição: 30.07.2012	Tempo:
Formato	Dimensão Visual	Dimensão Verbal	
Cabeça	PF Patrícia	O assunto paralisou o Congresso e, ao se tornar alvo de investigação pelos colegas deputados, Roberto Jefferson reforçou a denúncia do mensalão./	
Sobe som	Imagem criada por computador do calendário, com marcação em vermelho do dia 14 de junho de 2005. Imagem segue para um fichário, com maços de dinheiro por cima. O fichário abre e, de dentro dele, sai uma pasta com a imagem de reunião em comissão na Câmara dos Deputados		
off	Enche a tela com imagens do depoimento de Roberto Jefferson Imagem escurecida fixa em Roberto Jefferson	Para o plenário lotado Do conselho de ética, Roberto Jefferson disse que recebeu quatro milhões de reais do PT sem declarar à Justiça Eleitoral./	
	Imagens José Dirceu em várias situações Imagem Delúbio Soares	E que tinha contado ao então ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, tudo sobre o mensalão e a participação do tesoureiro do PT, Delúbio Soares./	
sonora	GC: Roberto Jefferson 14 de junho de 2005	Zé, tem um negócio ruim que tá acontecendo, tá um buxixo na casa que tá ruim, partidos da base que estão distribuindo pros seus deputados um mensalão, 30 mil reais./	
off			
sonora	Imagem presidente Lula	Mas, inocentou o presidente Lula./	
sobe som	Roberto Jefferson sem crédito	A reação do presidente Lula foi a facada nas costas./	
trilha sonora	Efeito de slow no gesto		

off		E usou um estilo teatral para dar um conselho a José Dirceu em tom de ameaça./
sonora	Sonora Roberto Jefferson sem crédito	Zé Dirceu, se você não sair daí rápido, você vai fazer réu um homem inocente que é o presidente Lula./
off	Imagem criada por computador do calendário, com marcação em vermelho do dia 16 de junho de 2005. Imagem segue para um fichário, com maços de dinheiro por cima. O fichário abre e, de dentro dele, sai uma pasta com a imagem de uma entrevista coletiva dada por José Dirceu./	Poucos dias depois, o ministro-chefe da casa civil caiu./
passagem	Imagem de arquivo com passagem de Repórter GC: ZILEIDE SILVA 16/16/2005	José Dirceu, da Casa Civil, foi o primeiro a deixar o Ministério Não me considero fora do governo./ Me considero parte integrante do governo./ o governo do presidente Lula é a minha paixão, é a minha vida e eu, ao sair, deixo aqui parte da minha alma, do meu coração, todos sabem, mas não deixo a minha alma./ ela vai comigo pra luta./ eu sei lutar na planície e no planalto./

MAT 03 1'54"		Data de exibição: 30.07.2012	Tempo:
Formato	Dimensão Visual	Dimensão Verbal	
Cabeça	Bonner	Naquelas semanas, três comissões parlamentares de inquérito funcionavam ao mesmo tempo em Brasília./ depoimentos eram colhidos quase todos os dias, e mesmo o deputado Roberto Jefferson ainda tinha o que contar na CPI dos Correios./	
Sobe som	Imagem criada por		

off	<p>computador do calendário, com marcação em vermelho do dia 30 de junho de 2005. Imagem segue para um fichário, com maços de dinheiro por cima. O fichário abre e, de dentro dele, sai uma pasta com a imagem de uma mulher, vestida de branco (lembrando uma enfermeira), limpando o olho de Roberto Jefferson./ Enche a tela com imagem de Jefferson com olho machucado./</p>	<p>O personagem central da história apareceu de olho roxo, segundo ele por causa de um acidente doméstico, e disposto a fazer novas revelações./</p>
Sonora	Gc: 30 de junho de 2005	Vejo que muitos que ontem exorcizavam aqueles fantasmas, agora se abraçam com eles
Sobe som	Imagens de pernas caminhando com fundo verde	
Off	Imagens da fachada do banco rural	Contou que o dinheiro do mensalão era pago no banco rural e que assessores dos parlamentares eram encarregados de buscar a propina na agência./
Sonora	Sonora sem crédito	Subiam até o escritório do banco para receber assim 30, 40, as vezes 20, até 60 mil./
Off	Imagens João Paulo Cunha na cadeira da presidência da Câmara	Um dos saques de 50 mil reais foi feito pela mulher do deputado João Paulo Cunha, do PT, que na época era presidente da Câmara./ e assim surgiu a figura de Marcos Valério, um empresário da área de propaganda de Minas Gerais, e que seria o responsável pelo dinheiro do mensalão./
Passagem de repórter (arquivo)	Imagens Marcos Valério caminhando	
Off	Imagens Marcos Valério apertando a mão de deputados	
	Gc: FÁBIO WILLIAM 06/07/2005	Pelo que foi analisado até agora, as contas das duas agências de Marcos Valério, a SMPeB e a DNA Propaganda, no Banco Rural, movimentaram, em 2003 e 2004, mais de 25 milhões de reais./
	Imagens Marcos	Pra tentar justificar tanto dinheiro que saiu das

sonora	Valério Sonora Marcos Valério sem crédito	contas dele, Valério contou que tomava empréstimos bancários e repassou o dinheiro para o PT pagar despesas de campanhas eleitorais./ disse, também, que foi avalista de um dos empréstimos do partido, no valor de dois milhões e 400 mil reais, mas negou qualquer irregularidade./ Eu desconhecia o assunto mensalão./
--------	---	--

MAT 04 2'52"		Data de exibição: 30.07.2012	Tempo:
Formato	Dimensão Visual	Dimensão Verbal	
Cabeça	Patrícia	Alem de Valério, foram avalistas do empréstimo três dirigentes do Partido dos Trabalhadores./ José Genoíno, então presidente do PT, o tesoureiro Delúbio Soares e Sílvio Pereira, secretário-geral./	
Off	Imagens José Genoíno entrando em carro Imagem do contrato com assinaturas em evidência	O presidente do PT apresentou uma explicação para a assinatura dele ao lado do nome de Marcos Valério no contrato dos empréstimos./ José Genoíno disse que tinha assinado os documentos sem ler./	
Sonora	Gc: JOSÉ GENOÍNO 13 de julho de 2005	Esse empréstimo que teve o aval de Marcos Valério eu assinei em confiança ao companheiro Delúbio, e no PT é normal os dirigentes assinarem cheque, assinarem contrato em confiança a outro dirigente./ eu não conhecia Marcos Valério, a relação dele é com Delúbio e eu assinei em confiança ao Delúbio./	
Sobe som			
Off	Imagem em fast Esplanada dos Ministérios Imagem de Delúbio Soares sorrindo, chegando em sala de reuniões de Comissão na Câmara	No congresso, a explicação do PT era de que se tratava de caixa dois, dinheiro não declarado à Justiça Eleitoral, e não de mensalão./	
sonora	Gc: DELÚBIO SOARES 20 de julho de 2005	O Partido dos Trabalhadores, no ano...no ano.... durante 2003 e 2004 usou dum recurso não contabilizado para quitar dívidas das nossas campanhas./ todos nós, aqui nesta sala, sabemos como é feita uma campanha eleitoral./	
off			

	<p>Imagem criada por computador do calendário, com marcação em vermelho do dia 20 de junho de 2005. Imagem segue para um fichário, com maços de dinheiro por cima. O fichário abre e, de dentro dele, sai uma pasta com a imagem de Sílvio Pereira./ Enche a tela com imagem de funcionários da GDK./ Foto do veículo</p>	<p>No fim de julho o Jornal Nacional revelou que Sílvio Pereira tinha recebido de presente um carro de uma empresa que tinha negócios com a Petrobrás, a construtora GDK./</p>
Passagem		<p>Era um Land Rover Defender, no valor de oitenta mil reais./</p>
Sobe som	<p>Gc: RODRIGO BOCCARDI 21/07/2005</p>	<p>Ele mentiu no depoimento à polícia Federal ao dizer que comprou o carro financiado./</p>
Off	<p>Imagens modificadas em computador de Delúbio Soares, José Genoíno e Sílvio Pereira Mesma imagem de computador do calendário, se deslocando, desta vez, em direção a pastas que estão no chão do arquivo./ as pastas contém fotos dos personagens anexadas a papéis Imagem sobre para a gaveta de cima, de onde sai uma pasta com imagens de Duda Mendonça</p>	<p>No mesmo mês os três acabaram tendo que se afastar da direção do PT: Delúbio Soares, José Genoíno e Sílvio Pereira./</p>
passagem	<p>Gc: HERALDO PEREIRA 11/08/2005</p>	<p>E um novo personagem apareceu./ o publicitário Duda Mendonça admitiu publicamente que recebia pagamentos do PT numa conta bancária fora do Brasil, que teria sido aberta por ordem de Marcos Valério./</p>
off	<p>Imagens depoimento Duda Mendonça</p>	<p>Segundo o publicitário, o PT ainda lhe deve 14 milhões de reais, referentes à campanha de 2004./</p> <p>Ele admitiu que era pago com dinheiro não declarado./</p>

sonora off	Sonora sem crédito Imagens ex-ministro sentado em gabinete	Não podia emitir nota fiscal, tá na cara que esse dinheiro não é um dinheiro oficial./ O escândalo atingiu, então, o ex-ministro da secretaria de Comunicação./ Luiz Gushiken foi acusado de mandar o Banco do Brasil assinar contrato de publicidade sem licitação com a empresário DNA, de Marcos Valério e pagar antecipadamente mais de 20 milhões de reais a empresa./ em meio às denúncias, Gushiken acabou saindo do governo./
Nota pé	Patrícia	Em 2011, depois de concluir a investigação, o Procurador-Geral da República, Roberto Gurgel, pediu a absolvição do ex-ministro Gushiken ao Supremo Tribunal Federal por considerar que não havia provas contra ele./

MAT 05		Data de exibição: 30.07.2012	Tempo: 1'10"
Formato	Dimensão Visual	Dimensão Verbal	
Cabeça	Bonner	No congresso, um dos momentos mais marcantes./ o autor das denúncias e um dos principais acusados ficaram frente a frente./	
off	Imagem criada por computador do calendário, com marcação em vermelho do dia 2 de agosto de 2005. Imagem segue para um fichário, com maços de dinheiro por cima. O fichário abre e, de dentro dele, sai uma pasta com a imagem de José Dirceu chegando para depoimento no congresso	Dois de agosto./ no conselho de ética, o depoimento do ex-ministro José Dirceu, acusado de ser um dos responsáveis pelo mensalão e na primeira fila da platéia, o autor das denúncias./	
passagem	GC: JÚLIO MOSQUERA 02/08/2005	O momento mais aguardado acabou frustrando muita gente./ não houve um debate aberto entre José Dirceu e o deputado Roberto Jefferson./	
off	Imagens Jefferson e Dirceu	Mas os ataques foram bem diretos./	
sonora	Sonora sem crédito	Não organizei, não sou chefe, jamais permitiria compra de votos e pagamento de	

sonora	Sonora Jefferson sem crédito	parlamentares./ Tratei de todos os assuntos com V. Excelência, deputado Zé Dirceu, os republicanos e os não republicanos./
sonora	Sonora Dirceu sem crédito Sonora Jefferson sem crédito	Não é verdade, o senhor está mentindo./ Tenho medo de V. Excelência, porque V. Excelência provoca em mim os instintos mais primitivos./

MAT 06		Data de exibição: 30.07.2012	Tempo: 1'55''
Formato	Dimensão Visual	Dimensão Verbal	
Cabeça	Patrícia	Nove semanas tinham se passado desde o surgimento do escândalo./ foi quando o então presidente Lula falou sobre o assunto durante uma viagem a Paris./	
off	Imagem criada por computador do calendário, com marcação em vermelho do dia 17 de julho de 2005. Imagem segue para um fichário, com maços de dinheiro por cima. O fichário abre e, de dentro dele, sai uma pasta com a imagem de entrevista do presidente Lula	A entrevista foi divulgada em primeira mão pelo Fantástico./	
sonora	Sonora sem crédito (coberta com imagens de Marcos Valério, José Dirceu, José Genoíno e Delúbio Soares)	Doa a quem doer, sabe, nós vamos continuar sendo implacáveis, sabe, na apuração da corrupção./ o PT tem que explicar pra sociedade brasileira que erro cometeu./ o que o PT fez, do ponto de vista eleitoral, é o que tem sido feito no Brasil sistematicamente./	
Off	Imagens entrevista Lula	Menos de um mês depois, o presidente voltou à televisão./ desta vez, em um pronunciamento em cadeia nacional./	
sonora	Sonora sem crédito	Quero dizer a vocês, com toda a franqueza, eu me sinto traído./ traído por práticas inaceitáveis, das quais nunca tive conhecimento./	
off		Mas não disse quem o havia traído, e sem usar a palavra mensalão, Lula admitiu que o partido e o governo tinham errado./	
sonora	Sonora sem crédito	Nós temos que pedir desculpas./ o PT tem que	

off	<p>Imagens plenário da Câmara</p> <p>Imagem de fichário, de onde saem pastas com fotos dos deputados citados em off</p> <p>Imagem sobre para outra gaveta do fichário, onde está escrita a palavra CASSADOS. De dentro da gaveta, saem novas pastas com fotos dos deputados./ fecha gaveta</p>	<p>pedir desculpas./ o governo, onde errou, tem que pedir desculpas./</p> <p>No congresso, deputados tentavam salvar seus mandatos ou, pelo menos, evitar a perda dos direitos políticos./</p> <p>Quatro renunciaram./ Valdemar da Costa Neto e Carlos Rodrigues, os dois do antigo PL./ José Borba, do PMDB e Paulo Rocha, do PT./</p> <p>Três foram cassados: Roberto Jefferson, do PTB, José Dirceu, do PT e Pedro Corrêa, do PP./</p>
Sobe som com áudio das gavetas fechando		
nota pé	Patrícia	<p>Amanhã você vai saber como foi a investigação feita pela Procuradoria-Geral da República que resultou na denúncia dos envolvidos no mensalão ao Supremo Tribunal Federal./ e também vai conhecer os crimes de que são acusados os principais personagens do escândalo, que começará a ser julgado na quinta-feira./</p>

MAT 07		Data de exibição: 31.07.2012	Tempo: 1'14"
Formato	Dimensão Visual	Dimensão Verbal	
Cabeça	Bonner	<p>O Jornal Nacional começou a relembrar ontem a história do mensalão./ depois de amanhã, esse escândalo vai começar a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal./ mas o julgamento político, no Congresso Nacional, terminou em dezembro de 2006./ depois dos trabalhos de três CPIs, dezenove deputados foram denunciados como suspeitos de participar do esquema./</p>	
Sobe som com trilha Off	Imagens em fast do congresso	<p>Da instauração das CPIs ao julgamento foram quase dois anos./ horas e mais horas de</p>	

Sonora Sobe som palmas Off	Gc: JOSÉ DIRCEU Imagens Jefferson e Correa se abraçando	depoimentos pra tentar comprovar a existência de um esquema de pagamento de dinheiro em troca de apoio político./ foi pedida a cassação de dezenove acusados./ quatro renunciaram, doze mantiveram os mandatos e três foram cassados: Pedro Correa, Roberto Jefferson e José Dirceu./ É uma dor que vocês não podem imaginar./
Passagem	GC: DELIZ ORTIZ 01/12/2005	Os três cassados estão inelegíveis./ Pedro Correa até 2014./ Jefferson e Dirceu até 2013./ Pelas contas do próprio Dirceu, ele estará com setenta anos de idade./
Sobe som com trilha	Imagens de Dirceu saindo de trás de uma cortina	

MAT 08		Data de exibição: 31.07.2012	Tempo: 1'38"
Formato	Dimensão Visual	Dimensão Verbal	
Cabeça	Patrícia	A denúncia do mensalão chegou ao Supremo Tribunal Federal em abril de 2006./	
Off	Imagem criada de computador de pastas cheias de papel em cima do arquivo. Imagem vai para o calendário, com marcação em vermelho no dia 11 de abril de 2006. Abre pasta com imagem do procurador.	Toneladas de papel compõem o processo./ o então Procurador-Geral da República, Antônio Fernando de Souza denunciou ao Supremo 40 suspeitos de envolvimento no mensalão./	
off	Imagem do mesmo arquivo se descola para pastas com as designações: núcleo político, núcleo operacional e núcleo financeiro	E disse que o esquema foi montado com base em três núcleos: o político, o operacional, e o financeiro./	
Sobe som com trilha de suspense Off	Imagens da estátua da justiça	Em agosto do ano seguinte, o STF deu início ao julgamento da denúncia./ durante cinco sessões, todas as partes puderam se	

Passagem	GC: GIULIANA MORRONE 26/08/2007	manifestar./ Os advogados disseram que o procurador não apresentou provas./
Sonora	GC: JOSÉ LUIS DE OLIVEIRA LIMA advogado do José Dirceu	No entender da defesa fica caracterizado, mais uma vez, a peça de ficção que é a denúncia ora apresentada e submetida a apreciação de V. Excelência./
Off	imagens do procurador	O procurador defendeu a tese de que o esquema de pagamento em troca de apoio político existiu e detalhou o que considera ter sido o papel de cada um./
Áudio de som de máquina de escrever	foto em preto e branco, escrito JOSÉ DIRCEU	Sobre José Dirceu./
Off		
Sonora	GC: ANTÔNIO FERNANDO DE SOUZA procurador-geral (agosto/2007)	Tinha ciência de todos os passos dos demais membros do núcleo central da organização criminosa
OFF	foto em preto e branco, escrito JOSÉ GENOÍNO	Sobre José Genoíno
Sonora	sonora sem crédito	Aquele que negociava com integrantes de partidos da base aliada, oferecendo vantagem em troca de voto./
Off	foto em preto e branco, escrito DELÚBIO SOARES	Sobre Delúbio Soares
Sonora	sonora sem crédito	Aquele que indicava quem deveria receber o repasse, qual o valor correspondente
Off	imagens plenário STF	Os ministros decidiram, então, aceitar a denúncia./ os acusados viraram réus e, na quinta-feira, os ministros começarão a decidir se eles são culpados ou inocentes./

MAT 09		Data de exibição: 31.07.2012	Tempo: 1'23"
Formato	Dimensão Visual	Dimensão Verbal	
Cabeça	Bonner	Em 2007, começou a chamada instrução do processo da justiça, e todos os réus foram ouvidos novamente./ até que, no ano passado, o procurador-geral da república apresentou as suas alegações finais./	
Off	Imagens fachada da procuradoria	Para a procuradoria-geral da república, o mensalão existiu e foi comandado pelo ex-ministro do governo Lula, José Dirceu./ o	

<p>Sonora</p> <p>off</p>	<p>GC: ROBERTO GURGEL procurador-geral da República</p> <p>imagem criada em computador do mesmo fichário. Das gavetas, saem pastas com a foto e os nomes de Sílvio Pereira, José Janene, Luiz Gushiken e uma pasta sem foto, apenas com o nome de Antonio Lamas./</p>	<p>procurador Roberto Gurgel repetiu seu antecessor, Luiz Fernando de Souza e disse que se tratou de um esquema de desvio de dinheiro público montado pra subornar parlamentares em troca de apoio ao governo no congresso./ em julho do ano passado, o procurador-geral, Roberto Gurgel, pediu a condenação de trinta e seis réus./ A prova é suficiente para que o Supremo Tribunal Federal os condene, como requerido pelo ministério público federal./</p> <p>Dos quarenta réus do início, Sílvio Pereira, que era secretário-geral do PT, aceitou proposta de suspensão condicional e, pra se livrar do processo, prestou serviços comunitários./ José Janene, deputado federal na época do mensalão pelo PP, morreu em setembro de 2010./ o procurador considerou que não há provas suficientes contra Luiz Gushiken, ex-secretário de comunicação do governo Lula e Antonio Lamas, ex-assessor do PL./</p>
--------------------------	---	---

MAT 10		
Data de exibição: 31.07.2012		Tempo: 1'05"
Formato	Dimensão Visual	Dimensão Verbal
Cabeça	Patrícia	Depois que o supremo tribunal federal aceitou a denúncia contra os acusados de envolvimento no mensalão, eles passaram a responder na justiça pelos crimes apontados pelo ministério público./ o processo apura a responsabilidade dessas pessoas pela prática de sete tipos de crime./
off	Imagem criada em computador de papel com cor envelhecida, com a fotos de José Dirceu, em primeiro plano, seguida por de Marcos Valério e Delúbio Soares./	A maior parte dos envolvidos é acusada de formação de quadrilha, que tem pena mínima de um ano de prisão, máxima de três./

	<p>Imagem segue para outra parte da folha, onde está escrito lavagem de dinheiro. Começam a aparecer fotos de outros réus</p> <p>Imagens de José Dirceu caminhando e passando a mão sobre os cabelos</p> <p>Imagem de computador da mesma folha com a foto de Dirceu, marcos Valério e delúbio soares</p> <p>Mesma imagem de computador com a foto de Dirceu, João paulo cunha e Roberto jefferson</p>	<p>E de lavagem de dinheiro, que pode ter pena de três a dez anos de cadeia./</p> <p>O principal personagem do caso, o ex-ministro José Dirceu, foi apontando pelo então procurador Antonio Fernando, na primeira denúncia, como chefe da quadrilha./</p> <p>Dirceu e outras pessoas são acusados de corrupção ativa./ o crime consiste em prometer ou oferecer vantagem indevida a um funcionário público, e tem pena mínima prevista de dois anos e máxima de doze./</p> <p>Outros réus respondem, também, por corrupção passiva, que ocorre quando um funcionário público solicita a vantagem indevida em função do cargo que exerce./ a pena é a mesma da corrupção ativa./</p>
--	--	---

MAT 11		Data de exibição: 31.07.2012	Tempo: 2'07"
Formato	Dimensão Visual	Dimensão Verbal	
Cabeça	Bonner	Em relação a alguns réus, os ministros também vão julgar se houve prática de peculato./	
off	Imagem criada em computador de papel com cor envelhecida, com as fotos de três réus./ Imagem segue para outra parte da folha, onde está escrito peculato, com breve explicação	O peculato é caracterizado quando o funcionário público age sozinho pra desviar dinheiro ou obter vantagem./ também pode ser acusada de peculato a pessoa que recebe o benefício pela irregularidade./ a pena para este crime varia de dois a doze anos de prisão./ as pessoas apontados como integrantes do chamado núcleo operacional do mensalão, que seria responsável por abastecer o esquema, são acusadas de enviar dinheiro para contas no exterior de forma irregular./ esse é o crime de evasão de divisas, que tem punição prevista de dois a seis anos de prisão./ personagens do núcleo financeiro são acusados de gestão fraudulenta por simular, segundo o ministério	

		público, empréstimos que teriam permitido lavar o dinheiro do esquema de compra do apoio político./ dirigentes do banco rural assinavam os depósitos supostamente fictícios que eram repassados a empresas de Marcos Valério e ao PT./ a pena para este crime é de três a doze anos de prisão./
	Patrícia	Olha, como eu disse agora há pouco, depois de ouvir a acusação do ministério público e os advogados de defesa, os ministros vão julgar se os réus são culpados ou inocentes./ e nos casos em que ficar comprovado o desvio de recursos públicos, os envolvidos também poderão ser condenados a devolver o dinheiro./
	Bonner	Os advogados dos réus afirmam que eles são inocentes, que não há provas pra condená-los, e que esperam um julgamento técnico e justo no supremo./ apenas os advogados de José Dirceu e de delúbio soares não comentaram o caso./
	patrícia	E o relator do processo no supremo, Joaquim Barbosa, autorizou os advogados de três réus a terem acesso ao resumo das acusações entregue pelo procurador-geral aos ministros na semana passada./ no documento, Roberto Gurgel diz que o mensalão foi o mais atrevido e escandaloso esquema de corrupção flagrado no país./

MAT 12		Data de exibição: 23.10.2012	Tempo: 1'32"
Formato	Dimensão Visual	Dimensão Verbal	
Cabeça	Bonner	Resolvida a questão dos empates, os ministros do Supremo começaram a debater chamada dosimetria, que é a determinação da pena exata pra cada crime cometidos pelos condenados./ hoje o tribunal começou a tratar do caso de marcos Valério./	
Off	Imagens Joaquim Barbosa	O relator, Joaquim Barbosa, propôs que os ministros que absolveram réus do processo não votassem pra estipular o tamanho da pena./ Os ministros Ayres Britto, Gilmar Mendes e Dias Toffoli discordaram, mas acabaram vencidos./	
Passagem	GC: GIOCONDA BRASIL Brasília	O relator Joaquim Barbosa decidiu fixar as penas réu por réu, crime por crime./ o início foi pelo núcleo operacional, e o primeiro a	

sonora	GC: MINISTRO JOAQUIM BARBOSA relator	começar a ter a pena fixada foi Marcos Valério./ Como a quadrilha alcançou um dos seus objetivos, que era a compra de apoio político de parlamentares federais, esse fato, a meu ver, colocou em risco o próprio regime democrático, a independência dos poderes e o próprio sistema republicano, que é um dos pilares do nosso regime político./
Off	imagem criada em computador de uma pasta, em que está anexada a foto de Marcos Valério imagens de Joaquim Barbosa	Até agora, Marcos Valério foi condenado a onze anos e oito meses pelos crimes de formação de quadrilha, corrupção ativa e peculato./ Valério também foi condenado a pagar quase um milhão de reais em multas./ Barbosa também indicou a condenação do operador do mensalão por outro crime de corrupção ativa, mas os ministros não chegaram a um consenso e a sessão foi suspensa./ além da segunda corrupção, falta calcular as penas dos crimes de lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

MAT 13		
Data de exibição: 23.10.2012		Tempo: 2'25''
Formato	Dimensão Visual	Dimensão Verbal
Cabeça	Patrícia	O julgamento do mensalão é o desfecho de um escândalo político descoberto há sete anos, um dos maiores da história recente do Brasil./ a acusação era de que uma quadrilha, composta por políticos, banqueiros e donos de agências de publicidade e chefiada por José Dirceu, um homem forte do primeiro mandato do ex-presidente Lula, corrompeu políticos pra comprar apoio ao governo no congresso e desviou dinheiro público, ou seja, dinheiro que pertencia ao povo brasileiro./
Sobe som trilha sonora, áudio dos ministros falando	Imagens em fusão da estátua da justiça, da bandeira brasileira, da fachada do supremo, dos ministros (começando por Joaquim Barbosa)	Onze ministros./
Off	Imagens de Dirceu, Jefferson, Delúbio, Genoíno, Marcos Valério	trinta e oito réus./

Sobe som áudio dos advogados falando	Imagens plenário STF	Dezenas de advogados
Off	Imagens advogados	
Sonora presidente do supremo (sai trilha sonora)	Imagens ministros entrando no plenário	As duas horas e vinte e seis minutos do dia dois de agosto começava a primeira sessão do julgamento do mensalão./
Passagem da repórter caminhando em frente ao supremo	Sonora sem crédito	Declaro aberta esta sessão jurisdicional do Supremo Tribunal Federal./
Sobe som trilha sonora	Fade Black	
Sonora	GC: POLIANA	
	ABRITTA	Foram três meses de julgamento, mais de duzentas horas de sessão./ em todo esse tempo, o julgamento do mensalão mostrou ao povo como é a rotina da Suprema Corte./ as formalidades e as frases repetidas a cada sessão./
	Brasília	
Sobe som trilha sonora	Imagens em fast do plenário	
Sonora	Sonora sem crédito	Por favor, sentemo-nos./
Off	Ayres Brito	Não há objeção, declaro aprovada./
Sonora	Imagens ministros	Formalidades também no vocabulário dos juízes./
Off	3 Sonoras sem crédito	E não logrou, data venium o ministério público comprovar o dolo./
Sonora	Imagens ministros	Societas delinquencium./
off	Sonora sem crédito	Pelo crivo do contraditório em juízo./
off	Várias imagens relator levantando-se da cadeira	Foram sessões cansativas./
sonora	Imagens Ayres Brito	Talvez não tenhamos fôlego fisiológico (risos) para suportar./
off	Duas sonoras sem crédito	O relator Joaquim Barbosa sofreu com as dores na coluna./
sonora	Sonora sem crédito (Lewandowski) (Ayres Brito)	No centro do plenário, dando o ritmo e cuidando das normas, o presidente do tribunal./ ora firme./
off		Eu indefiro a questão de V. Excelência./
sonora		Mas eu não sustentei, presidente./
off		Mas eu indefiro./
sonora		Ora conciliador./
off		Sr. Presidente, eu quero que V. excelência me garanta a palavra./
off		Vamos ouvir o voto do eminente....ministro revisor./
off		E, quase sempre, usando poesia./

sonora	Sem crédito	O universo e a esperteza humana não tem limites./ sobre o primeiro eu tenho dúvida
--------	-------------	--

MAT 14		Data de exibição: 23.10.2012	Tempo: 2'47"
Formato	Dimensão Visual	Dimensão Verbal	
Cabeça	Bonner	No plenário, houve momentos de tensão e debates muito acalorados./ o relator, Joaquim Barbosa, e o revisor, Ricardo Lewandowski, divergiram inúmeras vezes./	
Off	Imagem criada em computador, sobrevoando pastas. Uma delas abre com fotos dos ministros Imagens plenário STF	Oito dos onze ministros que iniciaram o julgamento foram indicados pelo presidente Lula ou Dilma./ cada um dos onze tem seu lugar marcado./ Joaquim Barbosa, o relator e Ricardo Lewandowski, o revisor, sentam-se quase de frente um para o outro./ muitas vezes, em lados opostos, também, nas ideias e argumentos./	
Passagem	GC: GIOCONDA BRASIL Brasília	A primeira discussão foi no primeiro dia de julgamento./ discordaram sobre um pedido dos advogados para que o Supremo só julgasse os réus com foro privilegiado./ Barbosa não concordava com o desmembramento./	
Sonora	Sonora revisor sem crédito Sonora relator sem crédito Sonora revisor	Eu, como revisor, ao longo desse julgamento, farei valer o meu direito de me manifestar sempre que entender que isso seja necessário./ Me parece deslealdade, como revisor, é deslealdade./ Eu acho que é um tema um pouco forte que V. Excelência está usando, e já está prenunciando que esse julgamento será muito tumultuado./	
Off		Para os advogados de defesa, o julgamento na justiça comum não atrasaria o processo./	
Sonora	GC: MÁRCIO THOMAZ BASTOS advogado de José Roberto Salgado	O que vai acontecer é que o processo vai pronto pra um juiz natural decidi-lo e dar a sua sentença, condenatória ou absolutória ou desclassificatória./	
Off	imagens ministros	Os ministros se manifestaram e o pedido foi derrubado./	
Sonora	GC: ROSA WEBER ministra do STF	O desmembramento desse processo já foi objeto de resolução deste plenário, em mais de uma oportunidade./ não se pode, no mesmo processo, voltar atrás, a marcha é para frente./	
Off	imagens plenário	O julgamento seguiu, mas antes de começarem a votar, relator e revisor discordaram pela segunda vez./ Joaquim Barbosa queria apresentar o voto em capítulos./	

Sonora	sonora revisor sem crédito	<p>O eminente relator, que tem uma ótica relativamente ao que se contém na denúncia, deverá ler o seu voto e esgotar./</p> <p>Isso é uma ofensa, ministro./ não venha vossa excelência também me ofender./</p> <p>Por decisão da maioria, o julgamento foi dividido e os debates continuaram, porque, no julgamento, todas as decisões são colegiadas, ou seja, tomadas pela maioria dos ministros./ discussões, às vezes, de forma dura./</p> <p>V. Excelência não dirá a mim o que eu tenho que fazer. V. Excelência já proferiu o seu voto, eu proferirei o meu, cumprirei o meu dever./ Mas faça-o corretamente./</p> <p>E, por favor, não me dê conselhos./</p>
Off	sonora relator	
	Sonora revisor sem crédito	
	Sonora relator sem crédito Sonora revisor sem crédito	

MAT 15		Data de exibição: 23.10.2012	Tempo: 2'06"
Formato	Dimensão Visual	Dimensão Verbal	
Cabeça	patricia	É, mesmo com as discussões, o julgamento avançou num ritmo normal e os réus foram julgados./	
Sobe som trilha sonora Off	Imagem de computador de fotos de réus sob uma folha com cor envelhecida	Vinte e cinco foram condenados./ para o supremo tribunal federal ficou comprovada a existência do mensalão, como ficou conhecido o esquema da compra de votos de parlamentares para dar apoio ao então governo Lula no congresso, e que dinheiro público foi usado para abastecer o esquema./	
Sobe som áudio dos ministros Passagem (sai áudio trilha sonora)	Duas sonoras sem crédito GC: GIULIANNA MORRONE Brasília	Condeno./ Condeno./	
Sonora	GC: ARNALDO MALHEIROS FILHO advogado de Delúbio Soares	Assim, argumentos de vários advogados foram contestados, e teses derrubadas./ logo no início, antes mesmo de o caso chegar aqui no supremo, os envolvidos tentaram convencer de que o que se chamava de mensalão, na verdade, se tratava de caixa dois, dinheiro doado por terceiros, mas não declarado à justiça eleitoral./ Delúbio é um homem que não se furta responder por aquilo que fez./ ele só não quer ser condenado por aquilo que não fez./ que ele operou um caixa dois em campanha, operou, que isso é ilícito, é ilícito, e isso ele não nega./	

Áudio trilha sonora off	imagens plenário	Dias depois, na hora de julgar, os ministros responderam duramente./
sonora	GC: CÁRMEN LÚCIA ministra do STF	Acho estranho e muito, muito grave que alguém diga, com toda a tranquilidade que, ora, houve caixa dois./ caixa dois é crime./ caixa dois é uma agressão à sociedade brasileira./ caixa dois compromete, mesmo que tivesse sido isso, ou só isto, e isto não é só, e isto não é pouco, e dizer isto na tribuna do supremo tribunal, ou perante qualquer juiz me parece, realmente, um grave...porque fica parecendo que ilícito, no Brasil, pode ser praticado, confessado e tudo bem./
	GC: GILMAR MENDES ministro do STF	O que se criou foi um fundo, não é, a rigor, esse, esse...o nome que usa, mas se criou um fundo, não é, alimentado por recursos públicos, inclusive, e com recursos privados, para, é, fidelizar, não é, essa base partidária./
MAT 16		
Data de exibição: 23.10.2012		Tempo: 2'02"
Formato	Dimensão Visual	Dimensão Verbal
Cabeça	Bonner	O supremo também derrubou a tese da defesa de que os empréstimos do Banco Rural seriam legais e regulares./ a maioria dos ministros concordou com os argumentos do procurador-geral da República de que eram fraudulentos e de que foi usado dinheiro público para a compra de votos de parlamentares./
Sonora (com trilha sonora em áudio ambiente)	GC: LUIZ FERNANDO PACHECO advogado de José Genoíno	Esses dois contratos nos quais Genoíno era avalista são contratos absolutamente legítimos./ não são contratos falsos, como disse o procurador-geral da república./
off		Depois, no julgamento, o veredito da maior parte dos ministros./
off	GC: MARCO AURÉLIO MELLO ministro do STF	Se pudesse emprestar um rótulo a esses empréstimos, emprestaria o de empréstimos de gaveta./
sonora	GC: JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA advogado de José Dirceu	Derrubada também a tese de que não havia uma quadrilha./
off		Meu cliente não é quadrilheiro./ meu cliente não é chefe de uma organização criminosa./ e quem diz isso são os autos./
sonora	GC: CELSO DE	E no último dia do julgamento, o veredito duro sobre José Dirceu, homem forte do primeiro governo Lula e o seu núcleo político./
		Eu nunca vi algo tão claro, a não ser essas

Sonora	MELLO ministro do STF GC: JOAQUIM BARBOSA	outras associações criminosas que, na verdade, tantos males causam aos cidadão brasileiros, como as organizações criminosas existentes no Rio de Janeiro e aquela, perigosíssima, hoje em atuação no estado de são paulo./ Eu considero que o conjunto probatório contextualizado coloca o então ministro-chefe da casa civil em posição central, posição de organização e liderança da prática criminosa, como mandante das promessas de pagamentos de vantagens indevidas aos parlamentares que viessem a apoiar as votações do seu interesse./

RETRANCA: RECUPERA JULGAMENTO 17

MAT 17		Data de exibição: 23.10.2012		Tempo: 1'56"	
Formato	Dimensão Visual	Dimensão Verbal			
Cabeça	Patrícia	Outros réus foram absolvidos, por insuficiência de prova ou porque os argumentos de defesa convenceram a maioria dos ministros./			
Sonora off	GC: DIAS TOFFOLI ministro do STF imagem de computador com fotos dos réus absolvidos	Não podemos condenar com base em suposições ou em deduções./ só podemos condenar com base em prova./ Doze réus foram absolvidos e um excluído do julgamento./ Carlos Alberto qualha era acusado de ajudar nos repasses para o partido progressista./ o advogado dele, um defensor público, conseguiu a nulidade do processo./			
sonora off	GC: HAMAN TABOSA defensor público-geral	O senhor qualha não pode vê-lo acompanhar nenhum dos interrogatórios ou depoimentos daqueles que envolveram seu nome e sua empresa na presente ação penal./ Outro advogado optou por desqualificar a própria cliente./			
sonora off	GC: PAULO SÉRGIO ABREU E SILVA Advogado Geiza Dias Imagens geiza	Geiza era uma funcionária mequetrefe./ Ela acabou absolvida e o advogado, citado por ministros na hora do voto./			
sonora	GC: JOAQUIM BARBOSA relator do STF	O plenário do supremo tribunal federal vem entendendo que não haveria prova suficiente contra Geiza e que ela seria uma empregada menor ou, como disse o seu próprio advogado, uma funcionária mequetrefe./			

passagem	GC: ARI PEIXOTO Brasília	No centro das discussões e argumentos está a denúncia do ministério público./ para alguns advogados faltaram provas./ eles dizem que o MP não conseguiu reunir elementos suficientes para a condenação dos réus./
sonora (com áudio ambiente de trilha sonora) off sonora	GC: ANTONIO FELDENS advogado Duda Mendonça imagens Duda GC: ROSA WEBER ministra STF	Faltam todos os elementos para caracterizar lavagem de dinheiro./ falta imputação, falta elemento material, falta descrição do processo de ocultação, falta delito antecedente./ O argumento da defesa convenceu./ Eu não consigo, com todo o respeito, à compreensão contrária do eminente relator, visualizar o dolo específico da lavagem
1. Expectativa: (para saber quais foram os argumentos)		

MAT 18		Data de exibição: 23.10.2012	Tempo: 3'36"
Formato	Dimensão Visual	Dimensão Verbal	
Cabeça	Bonner	Durante quase três meses o país acompanhou o julgamento do mensalão, e ao longo desse período todo, algumas frases ouvidas no plenário do supremo ajudaram a dar a dimensão histórica do momento./	
Sobe som trilha sonora	Imagens estátua da justiça em cores avermelhadas	<p>Onze ministros e muitos momentos para ficar na história./</p> <p>Esses fatos estão com as vísceras expostas./ eles gritam./ cegar para essa realidade é golpear a própria sociedade./</p> <p>Esse processo criminal revela a face sombria daqueles que, no controle do aparelho de estado transformaram a cultura da transgressão em prática ordinária e desonesta de poder./ O dinheiro é para o crime o que o sangue é para a veia, ou seja, se não circular com volume e sem obstáculo nós não temos esquemas criminosos como este./</p> <p>A entidade bancária serviu de uma verdadeira lavanderia de dinheiro pra se cometer um crime que não está nem previsto na lei, mas esse deveria ser o nome: gestão tenebrosa, pelos riscos que acarreta e pelas conseqüências que acarreta à economia popular./</p> <p>Discussão./</p> <p>Argumentos, teses jurídicas./ e muita inspiração./ na música./</p>	
Off	Imagens plenário		
Sonora	Clips com pedaço de papel envelhecido, contendo escritas as frases que eram ditas		
Sonora	Repete em todas as sonoras		
Sonora			
Sonora			
Off	Sonora revisor e relator		

Sonora		Dormia a nossa pátria mãe tão distraída, sem perceber que era subtraída em tenebrosas transações./
off sonora		Inspiração no paladar./
passagem	GC: CRISTINA SERRA Brasília	Nordestinamente eu diria isto mesmo: gosto de jiló, gosto de mandioca roxa, gosto de berinjela crua, ou seja, algo de vinagre, algo de fel, fica no céu da boca do magistrado que se vê na obrigação de condenar alguém./
sonora		Foram mais de duzentas horas de julgamento e daqui, de dentro deste plenário, também saíram lições que vão ecoar por toda a sociedade brasileira./
Sonora		Agentes públicos que se deixam corromper, qualquer que seja a sua posição, são eles corruptos e corruptores, os profanadores da república, os subversivos da ordem institucional, são eles os delinquentes, marginais da ética do poder./
Sonora		Nenhum juiz verdadeiramente digno da sua vocação condena ninguém por ódio./
Sonora		O estado brasileiro não tolera o poder que corrompe e nem admite o poder que se deixa corromper./
Sonora		Corrupção significa não alguém que foi furtado de alguma coisa, mas significa que uma sociedade inteira foi furtada, a ministra Rosa lembrava num dos primeiros votos, pela escola que não chega, pelo posto de saúde que não se tem, e eu acho que esse julgamento dá exatamente o testemunho de que, no estado de direito, a política é, sim, necessária pra qualquer lugar deste planeta./
Sobe som com trilha sonora	Imagens da estátua da justiça com céu em vermelho	

MAT 19		Data de exibição: 18.09.2013	Tempo: 5'13"
Formato	Dimensão Visual	Dimensão Verbal	
Cabeça	patricia	Doze condenados do mensalão terão direito a um novo julgamento pelos crimes que obtiveram quatro votos favoráveis no ano passado./ o supremo tribunal federal aceitou hoje os chamados embargos infringentes./ o supremo realizou três sessões pra discutir a questão, que dividiu a opinião dos ministros./	
Off	Imagens manifestantes	Em frente ao supremo, protesto e segurança reforçada./ os manifestantes pediam a punição dos condenados no julgamento do mensalão, a devolução do dinheiro desviado no esquema, e a rejeição dos chamados embargos infringentes, recursos que adiam o fim do julgamento por prazo indeterminado./ lá dentro, dava para ouvir o barulho./	
	Imagens plenário STF	A sessão começou as duas horas e trinta e seis minutos./ com o placar empatado, em cinco votos a favor e cinco contra a aceitação dos embargos infringentes./ nas sessões anteriores, votaram a favor da aceitação dos recursos que exigirão um novo julgamento para algumas condenações de doze réus os ministros Luís Roberto Barroso, Teori Zavascki, Rosa Weber, José Dias Toffoli e Ricardo Lewandowski./ votaram contra a aceitação dos ministros Joaquim Barbosa, Luiz Fux, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes e Marco Aurélio Mello./	
	Entra arte de folha amarelada com fotos dos ministros	Os embargos infringentes permitem um novo julgamento dos condenados que receberam, pelo menos, quatro votos favoráveis à absolvição./	
	Mesma arte, com novos caracteres, explicando o que são os embargos	É o caso do ex-ministro José Dirceu, e dos deputados petistas João Paulo Cunha e José Genoíno./	
	Arte com fotos dos condenados	Nas mãos do ministro Celso de Mello, a responsabilidade de desempatar o jogo./ o ministro mais antigo da corte foi o último a se manifestar./ num voto de duas horas e cinco minutos, ele explicou porque aceitou mais essa possibilidade de recurso para os condenados./	
Passagem	GC: CRISTINA SERRA Brasília	O ministro ressaltou que o empate do plenário na questão dos embargos infringentes mostra a importância de discutir o assunto e destacou que é fundamental para o país e para o estado de direito que os julgamentos no supremo sejam independentes./	
Off	Imagens ministro	Que os julgamentos do supremo tribunal federal, para que sejam imparciais, para que	
sonora	GC: CELSO DE MELLO		

Off	ministro do STF	<p>sejam isentos, para que sejam independentes, não podem expor-se a questões externas, como aquelas resultantes do clamor popular e da pressão das multidões, sob pena de completa subversão do regime constitucional de direitos e garantias individuais e de aniquilação de inestimáveis prerrogativas essenciais que a ordem jurídica assegura a qualquer réu, mediante instauração, em juízo, do devido processo penal./</p> <p>Celso de Mello argumentou que o amplo direito de defesa aos condenados está previsto em lei e na constituição./ ele fez um histórico do uso dos embargos infringentes desde quando o Brasil ainda era colônia de Portugal até hoje, como consta no regimento do supremo, com força de lei./ lembrou ainda que, em 1998, o governo enviou um projeto ao congresso para acabar com os embargos infringentes, mas os parlamentares recusaram a proposta, e aprovaram uma lei que é omissa quanto aos embargos./ sendo assim, argumentou o ministro, o recurso continua válido./</p>
Sonora		<p>Não se presume a revogação tácita das leis, especialmente se se considerar, a meu juízo, no caso hora em exame, que não incide qualquer das hipóteses revogadoras das espécies normativas./</p>
Off		<p>Celso de Mello destacou, ainda, que o réu julgado pelo supremo não tem outra instância superior para apelar, daí a importância de ter mais uma possibilidade de recurso./ segundo o ministro, isso está de acordo com a convenção interamericana de direitos humanos, da qual o Brasil faz parte./</p>
Sonora		<p>Esse é um tribunal de princípios./ esse tribunal respeita os princípios que a constituição consagrou no seu texto./ e, para muito além de meras tecnicidades jurídicas, o supremo tribunal federal está aqui e agora prestando prestando reverência, prestando reverência a um dado de fundamental importância, que é o seu compromisso institucional de respeitar e de fazer respeitar direitos, garantias e liberdades fundamentais, não importando quem os invoque./ esta corte age de modo absolutamente impessoal, de forma totalmente isenta e independente./</p>

MAT 20		Data de exibição: 15.11.2013	Tempo: 2'15''
Formato	Dimensão Visual	Dimensão Verbal	
Cabeça	Repórter ao vivo	Este feriado foi atípico./ um dia de muita expectativa em torno das prisões em todo o país./ veja na reportagem de Cláudia bontempo./	
Off	<p>Imagens sedes da polícia</p> <p>Imagens Joaquim Barbosa</p> <p>Entra arte com cela de cadeia sendo fechada, com fotos de marcos Valério, indicando o tempo de pena</p> <p>Foto de Cristiano paz</p> <p>Foto de Ramon hollerbach</p> <p>Foto de Simone Vasconcellos</p> <p>Foto de Kátia Rabello</p> <p>Foto de Henrique pizzolato</p> <p>Foto de José Roberto salgado</p> <p>Muda título da arte para regime semiaberto</p> <p>Fotos dos condenados com indicações de pena</p> <p>Imagens policiais saindo de carro</p>	<p>Os mandados de prisão começaram a chegar nas sedes da polícia federal nos estados no fim da tarde./ assinados pelo presidente do supremo tribunal federal, Joaquim Barbosa, os mandados determinam a prisão de doze condenados no julgamento do mensalão./ a polícia federal não divulgou a íntegra dos mandados, apenas a lista dos condenados./ segundo o voto de Joaquim Barbosa na última quarta-feira, vão começar a cumprir a pena em regime fechado</p> <p>Marcos Valério, operador do mensalão</p> <p>Os ex-sócios dele, Cristiano paz e Ramon Hollerbach</p> <p>Simone Vasconcellos, ex-funcionária de marcos Valério</p> <p>Kátia Rabello, ex-presidente do banco rural</p> <p>Henrique pizzolato, ex-diretor de marketing do banco do Brasil</p> <p>José Roberto salgado, ex executivo do banco rural./</p> <p>No regime semiaberto, vão começar a cumprir as penas o ex-ministro José Dirceu, o ex-presidente do PT, José Genoíno, o ex-tesoureiro do PT, delúbio soares, o ex-deputado do PTB, Romeu Queiroz, e o ex-tesoureiro do extinto PL, atual pr, jacinto lamas./</p> <p>No começo da noite, policiais federais estiveram na casa de jacinto lamas em Brasília, mas ele não estava./ numa rede social, a polícia federal divulgou a foto do avião que, no domingo, vai transportar os presos de outras cidades para Brasília./ quem perder esse vôo, vai ser obrigado a viajar em avião comercial./ os réus inicialmente serão levados para a superintendência da polícia federal./</p>	

passagem	Imagens Joaquim Barbosa GC: CLAUDIA BONTEMPO Brasília	O presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, é quem vai decidir onde cada um vai cumprir sua pena./ A polícia federal vai passar a noite e a madrugada realizando as prisões./ de acordo com a lei penal, elas podem ocorrer em qualquer dia da semana, inclusive sábados, domingos e feriados./ os policiais só não podem prender os condenados durante o período da noite, dentro de casa, mas quem decidir se entregar pode fazer isso a qualquer hora./
----------	---	--

APÊNDICE B

MODELO DE ANÁLISE DAS UNIDADES DO CORPUS CONSOLIDADO

MAT 11		Data de exibição: 31.07.2012	Tempo: 2'07"
Formato	Dimensão Visual	Dimensão Verbal	
Cabeça	Bonner	Em relação a alguns réus, os ministros também vão julgar se houve prática de peculato./	
off	Imagem criada em computador de papel com cor envelhecida, com as fotos de três réus./ Imagem segue para outra parte da folha, onde está escrito peculato, com breve explicação	O peculato é caracterizado quando o funcionário público age sozinho pra desviar dinheiro ou obter vantagem./ também pode ser acusada de peculato a pessoa que recebe o benefício pela irregularidade./ a pena para este crime varia de dois a doze anos de prisão./ as pessoas apontados como integrantes do chamado núcleo operacional do mensalão, que seria responsável por abastecer o esquema, são acusadas de enviar dinheiro para contas no exterior de forma irregular./ esse é o crime de evasão de divisas, que tem punição prevista de dois a seis anos de prisão./ personagens do núcleo financeiro são acusados de gestão fraudulenta por simular, segundo o ministério público, empréstimos que teriam permitido lavar o dinheiro do esquema de compra do apoio político./ dirigentes do banco rural assinavam os depósitos supostamente fictícios que eram repassados a empresas de Marcos Valério e ao PT./ a pena para este crime é de três a doze anos de prisão./	
	Patrícia	Olha, como eu disse agora há pouco, depois de ouvir a acusação do ministério público e os advogados de defesa, os ministros vão julgar se os réus são culpados ou inocentes./ e nos casos em que ficar comprovado o desvio de recursos públicos, os envolvidos também poderão ser condenados a devolver o dinheiro./	
	Bonner	Os advogados dos réus afirmam que eles são inocentes, que não há provas pra condená-los, e que esperam um julgamento técnico e justo no supremo./ apenas os advogados de José Dirceu e de delúbio soares não comentaram o caso./	
	patrícia	E o relator do processo no supremo, Joaquim Barbosa, autorizou os advogados de três réus a terem acesso ao resumo das acusações entregue pelo procurador-geral aos ministros na semana passada./ no documento, Roberto Gurgel diz que o mensalão foi o mais atrevido	

		e escandaloso esquema de corrupção flagrado no país./
--	--	---

NÚMERO: 11 EXIBIÇÃO: 31.07.12	RETRANCA: RECUPERA MENSALÃO 11 TEMPO: 1'05"	DATA DE
3. Identificação do conflito na fala dos apresentadores: o termo se houve denota uma dúvida e, portanto, a identificação do conflito		
Em relação a alguns réus, os ministros também vão julgar <i>se houve</i> prática de peculato./		
4. Expectativa: não há		

NÚMERO: 11 EXIBIÇÃO: 31.07.12	RETRANCA: RECUPERA MENSALÃO 11 TEMPO: 1'05"	DATA DE
Identificação dos personagens		
a) Núcleo operacional: beneficiado (não houve, no off, a citação de nenhum nome, embora algumas fotos de réus tenham aparecido. Salienta-se, mais uma vez, o uso do termo personagem, referindo-se ao acusados no processo. Aparecem desempenhando o papel de beneficiados, como podemos perceber pelos termos: <i>age sozinho, obter vantagem, recebe o benefício</i>)		
Off: O peculato é caracterizado quando o funcionário público age sozinho pra desviar dinheiro ou obter vantagem./ também pode ser acusada de peculato a pessoa que recebe o benefício pela irregularidade./		

NÚMERO: 11 EXIBIÇÃO: 31.07.12	RETRANCA: RECUPERA MENSALÃO 11 TEMPO: 1'05"	DATA DE
Roteiro da informação:		
e) Apresentação: (mais um modelo atípico, em que, no VT, está apenas a apresentação do conflito e dos personagens, o restante encontramos na nota pé. Salientamos a fragmentação dos vts desta edição, com pequenas notas entrecortadas pela fala dos apresentadores. Isto pode ser analisado do ponto de vista do poder de fala, neste caso, exercido pelo telejornal, que busca ser o fio condutor para o entendimento do telespectador e, portanto, ser o portador do maior poder de fala)		
Off: O peculato é caracterizado quando o funcionário público age sozinho pra desviar dinheiro ou obter vantagem./ também pode ser acusada de peculato a pessoa que recebe o benefício pela irregularidade./ a pena para este crime varia de dois a doze anos de prisão./ as pessoas apontados como integrantes do chamado núcleo operacional do mensalão, que seria responsável por abastecer o esquema, são acusadas de enviar dinheiro para contas no exterior de forma irregular./ esse é o crime de evasão de divisas, que tem punição prevista de dois a seis anos de prisão./ personagens do núcleo financeiro são acusados de gestão fraudulenta por simular, segundo o ministério público, empréstimos que teriam permitido lavar o dinheiro do esquema de compra do apoio político./ dirigentes do banco rural assinavam os depósitos supostamente fictícios que eram repassados a empresas de Marcos Valério e ao PT./ a pena para este crime é		

de três a doze anos de prisão./
f) Desenvolvimento:
Nota pé: Olha, como eu disse agora há pouco, depois de ouvir a acusação do ministério público e os advogados de defesa, os ministros vão julgar se os réus são culpados ou inocentes./ e nos casos em que ficar comprovado o desvio de recursos públicos, os envolvidos também poderão ser condenados a devolver o dinheiro./ Os advogados dos réus afirmam que eles são inocentes, que não há provas pra condená-los, e que esperam um julgamento técnico e justo no supremo./ apenas os advogados de José Dirceu e de delúbio soares não comentaram o caso./
g) Tentativa de solução:
Nota pé: E o relator do processo no supremo, Joaquim Barbosa, autorizou os advogados de três réus a terem acesso ao resumo das acusações entregue pelo procurador-geral aos ministros na semana passada./
h) Desfecho sem solução
Nota PE: no documento, Roberto Gurgel diz que o mensalão foi o mais atrevido e escandaloso esquema de corrupção flagrado no país./

NÚMERO: 11	RETRANCA: RECUPERA MENSALÃO 11	DATA DE EXIBIÇÃO: 31.07.12	TEMPO: 1'05"
Lição de fundo moral:			
<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não			
Mesmo com as negativas dos advogados, a reportagem encerra com a fala do procurador, dizendo que o Mensalão foi o mais atrevido e escandaloso esquema de corrupção flagrado no país. Isto reforça a ideia de punição ao mal.			